

bahia

(<https://www.correio24horas.com.br/noticias/categoria/bah>)

Compras de Páscoa podem concorrer a até R\$ 1 milhão na Nota Premiada Bahia

Participantes que inserirem o CPF na nota fiscal nas compras da Páscoa e da Semana Santa irão concorrer em sorteios

Da Redação

redacao@correio24horas.com.br (<mailto:redacao@correio24horas.com.br>)

08.04.2022, 15:26:00



(Divulgação/GOVBA)

Em momentos como o que vivemos, o jornalismo sério ganha ainda mais relevância. Precisamos um do outro para atravessar essa tempestade. Se puder, apoie nosso trabalho e assine o **Jornal Correio** por apenas R\$ 5,94/mês.

(<https://oferta.correio24horas.com.br/o-melhor-preco-do-ano>)

Os participantes da Nota Premiada Bahia podem ter uma Páscoa recheada de prêmios. A compra de chocolates típicos da época e os ingredientes da Semana Santa, com a inclusão do CPF na nota fiscal, podem resultar em

prêmios de até R\$1 milhão.

Todas as compras associadas ao CPF dos participantes, realizadas ao longo do mês de abril, vão concorrer no sorteio regular de maio, que distribuirá 90 prêmios de R\$10 mil e um de R\$100 mil, e também no sorteio especial do milhão, previsto para 4 de julho. Quem ainda não está cadastrado também pode se inscrever no **site** (<http://www.notapremiadabahia.ba.gov.br>) e realizar compras com a inclusão do CPF para concorrer às premiações.

"Esta é uma ótima oportunidade de concorrer aos prêmios e ainda ajudar as filantrópicas, pois sem nenhum custo adicional, ao fazer suas compras de Páscoa, o participante pode exercer a solidariedade e ainda ser premiado com até R\$1 milhão", explica André Aguiar, coordenador de Educação Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), instituição responsável pela campanha.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 651 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 2.498 pessoas, das quais 1.568 moram na capital, 929 no interior e uma fora do estado.

Solidariedade

O participante da Nota Premiada Bahia, concorre aos sorteios de prêmios em dinheiro, e ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no Sua Nota é um Show de Solidariedade, que hoje somam 548. Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, o total repassado às filantrópicas já soma R\$53,4 milhões.

*Em tempos de coronavírus e desinformação, o CORREIO continua produzindo diariamente informação responsável e apurada pela nossa redação que escreve, edita e entrega notícias nas quais você pode confiar. Assim como o de tantos outros profissionais ligados a atividades essenciais, **nosso trabalho tem sido maior do que nunca**. Colabore para que nossa equipe de jornalistas seja mantida para entregar a você e todos os baianos conteúdo profissional. **Assine o jornal** (https://assine.correio24horas.com.br/v2/cadastro/21/digital-anual--40-de-desconto/etapa-1?utm_source=correio24h&utm_medium=single-fim&utm_campaign=MateriaAssine&utm_content=plano).*

Apoiar o jornalismo profissional custa menos do que você imagina. Assine por R\$5,94/mês

(<https://bit.ly/3fSZaT6>)

Pela web

|

Veículo: bahia.ba	
Data: 09 a 11/04/2022	Caderno: Economia



Compras para a Páscoa concorrem a até R\$ 1 milhão na Nota Premiada

Participantes devem inserir o CPF na nota fiscal no ato das compras para concorrer ao prêmio

Os participantes da Nota Premiada Bahia, campanha de cidadania fiscal do governo do estado, podem ter uma Páscoa recheada de prêmios. As compras de produtos típicos para a época, como os chocolates e os ingredientes da Semana Santa, podem resultar em prêmios de até R\$ 1 milhão.

A Secretaria da Fazenda do estado, responsável pela ação, lembra que todas as compras associadas ao CPF dos participantes, realizadas ao longo do mês de abril, vão concorrer no sorteio regular de maio, que distribuirá 90 prêmios de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, e também no sorteio especial do milhão, previsto para 4 de julho.

Quem ainda não está cadastrado, pode se inscrever no [site da campanha](#) e realizar compras com a inclusão do CPF para concorrer às premiações.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 651 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 2.498 pessoas, das quais 1.568 moram na capital, 929 no interior e uma fora do estado.

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Fazenda
Data: 08/04/2022	



Compras de Páscoa podem concorrer a até R\$ 1 milhão na Nota Premiada Bahia

Participantes que inserirem o CPF na nota fiscal nas compras da Páscoa e da Semana Santa irão concorrer no sorteio regular de maio e também no sorteio especial do milhão, previsto para julho.

8 abril 2022



Foto: Elói Corrêa/GOVBA

Os participantes da Nota Premiada Bahia podem ter uma Páscoa recheada de prêmios. As compras para o feriado, como os chocolates típicos da época e os ingredientes da Semana Santa, com a devida inclusão do CPF nota fiscal podem resultar em prêmios de até R\$1 milhão.

Todas as compras associadas ao CPF dos participantes, realizadas ao longo do mês de abril, vão concorrer no sorteio regular de maio, que distribuirá 90 prêmios de R\$10 mil e um de R\$100 mil, e também no sorteio especial do milhão, previsto para 4 de julho.

Quem ainda não está cadastrado também pode se inscrever no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e realizar compras com a inclusão do CPF para concorrer às premiações.

“Esta é uma ótima oportunidade de concorrer aos prêmios e ainda ajudar as filantrópicas, pois sem nenhum custo adicional, ao fazer suas compras de Páscoa, o participante pode exercer a solidariedade e ainda ser premiado com até R\$1 milhão”, explica André Aguiar, coordenador de Educação Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), instituição responsável pela campanha.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 651 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 2.498 pessoas, das quais 1.568 moram na capital, 929 no interior e uma fora do estado.

Peça nota fiscal e contribua com mais de 500 entidades

O participante da Nota Premiada Bahia, além de concorrer aos sorteios de prêmios em dinheiro, ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas, que hoje somam 548. Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, o total repassado às filantrópicas já soma R\$53,4 milhões.

Fonte: Ascom/ Secretaria da Fazenda



entre /O ASSUNTO

f /correo24horas @correo24horas



Arisson Marinho

foto
arisson.marinho@redebahia.com.br



Flávio Oliveira

texto
flavio.oliveira@redebahia.com.br



A gasolina foi o item de maior relevância para o aumento do IPCA em março

O mega-aumento dado pela Petrobras em 11 de março foi o combustível que levou o país a, rapidamente, retroceder 28 anos em apenas um mês. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou nessa sexta-feira (8) que a inflação oficial do país – o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – atingiu 1,62% em março, a maior alta para o terceiro mês do ano desde 1994. Naquele momento, o real ainda não existia, a moeda do país era o cruzeiro real e a alta de preços pelo mesmo indicador bateu em 42,75%.

A taxa de março deste ano também é a maior variação mensal desde janeiro de 2003 (2,25%). Em março de 2021, o IPCA registrou elevação de 0,93%. Acumulado em 12 meses, o indicador marca 11,3%, maior taxa desde outubro de 2003 (13,98%). Nessa base de comparação, a alta em fevereiro deste ano foi de 10,54%.

Segundo o IBGE, o principal impacto na inflação de março veio dos transportes, que subiram 3,02%. A taxa foi puxada pela alta nos combustíveis, que subiram 6,70% no período. A gasolina foi o item de maior impacto no IPCA de março (6,95%). Outros combustíveis com alta de preços foram o óleo diesel (13,65%), gás veicular (5,29%) e etanol (3,02%). Também tiveram aumento

Gasolina para o passado

Aumento dos combustíveis impacta na inflação oficial do país, que teve maior alta para março em 28 anos

itens como transporte por aplicativo (7,98%), seguro voluntário de veículo (3,93%) e conserto de automóvel (1,47%). No último dia 11, após congelar por 57 dias os preços dos combustíveis em suas refinarias, a Petrobras aplicou reajustes de 18,8% na gasolina, 16,1% no gás de cozinha, e 24,9% no diesel.

Na Bahia, a Refinaria Mata-ripe, operada pela Acelen, manteve reajustes de preços ao longo do período. A inflação oficial em Salvador e Região Metropolitana (RMS) ficou em 1,53% em março; 0,9 ponto abaixo da média nacional e a nona maior entre as 16 regiões pesquisadas pelo IBGE. Ainda assim, é a maior taxa para o mês desde 2011 (1,98%). No acumulado de 12 meses, o IPCA da RMS é de 12,13%, maior que a do Brasil (11,3%).

O segundo grupo que mais

contribuiu para a elevação recorde do custo de vida no mês passado foi o de alimentos, com alta de 2,42%, puxada por itens como cenoura (31,47%), tomate (27,22%), leite longa vida (9,34%), óleo de soja (8,99%), frutas (6,39%) e pão francês (2,97%).

No total, oito dos nove grupos que compõem o IPCA apresentaram alta de preços na média nacional: vestuário (1,82%), habitação (1,15%), saúde e cuidados pessoais (0,88%), despesas pessoais (0,59%), artigos de residência (0,57%) e educação (0,15%). O único com queda foi comunicação, de 0,05%.

SALVADOR

Na Região Metropolitana de Salvador, de acordo com o IBGE, os três maiores aumentos foram transportes (3,48%), alimentação e bebidas (1,89%)

e habitação (1,46%).

Os combustíveis em geral (7,18%) foram os que mais puxaram o IPCA dos transportes para cima. A gasolina (6,74%) exerceu a maior pressão inflacionária individual em março na região. O combustível acumula alta de 28,78% nos 12 meses encerrados em março.

Já os alimentos (1,89%) tiveram o maior aumento mensal desde novembro de 2020 (2,11%), puxados por itens como pão francês (6,23%), cenoura (33,91%) e óleo de soja (15,60%). Os aumentos disseminados entre os alimentos ocorreram por uma série de fatores, principalmente climáticos, mas também relacionados ao custo do frete. "O aumento nos preços dos combustíveis acaba refletindo em outros produtos, entre eles os alimentos", analisa Pedro Kislánov, gerente responsável pelo cálculo do IPCA.

Outra alta bastante importante em março, na RMS, foi a do gás de botijão (5,18%), que exerceu a segunda principal pressão inflacionária individual no mês. O grupo artigos de residência (-0,02%) foi o único a ter uma variação negativa em março, na RMS. Foi influenciado por quedas em aparelhos eletroeletrônicos (-1,19%) como televisores (-3,33%) e computadores pessoais (-1,46%). Deflações em subitens importantes, como o frango em pedaços (-5,15%) e plano de saúde (-0,70%), também ajudaram a evitar um aumento ainda maior da inflação.

EXPECTATIVAS

O IPCA está em dois dígitos no acumulado de 12 meses desde setembro do ano passado. O centro da meta para este ano é de 3,5%. O teto é de 5%. Bancos já projetam inflação superior a 7% no acumulado até dezembro. Se confirmadas essas expectativas, 2022 será o segundo ano consecutivo de descumprimento da meta. Em 2021, o IPCA foi de 10,06%.

A inflação persistentemente elevada é mais um obstáculo para a retomada da economia brasileira. Em uma tentativa de frear a alta de preços, o Banco Central (BC) vem subindo a taxa básica de juros da economia, a Selic. Em março, ela chegou a 11,75% ao ano, mas o mercado vê espaço para uma taxa ainda mais alta. Quanto maior a Selic, maior é a dificuldade para empresas e governo investirem, o que gera empregos e aumenta a circulação do dinheiro na economia. Para as empresas, o crédito que financia as aplicações fica mais caro, já o governo tem de economizar mais para pagar dívidas, muitas indexadas ao IPCA.

VILÕES DA CARESTIA: AS MAIORES ALTAS ACUMULADAS EM 12 MESES PELO IPCA

Cenoura 166,17%

Tomate 94,55%

Pimentão 80,44%

Melão 68,95%

Melancia 68,95%

Repolho 64,79%

Café moído 64,66%

Mamão 54,95%

Óleo diesel 46,47%

Gás veicular 45,54%

Veículo: Bocão News	Caderno: Economia
Data: 08/04/2022	



ECONOMIA

Petrobras anuncia redução no preço do gás de cozinha



a Petrobras reduzirá seus preços de venda às distribuidoras

Publicado em 08/04/2022, às 16h29 Fernando Frazão/Agencia Brasil
Agencia Brasil

A [Petrobras](#) anunciou, nesta sexta-feira (8), uma redução no preço do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), que é usado com gás de cozinha. A diminuição no valor foi de R\$ 0,25 por quilo. Segundo a companhia, isso foi possível graças à taxa de câmbio, que tem refletido uma valorização do real frente ao dólar.

“Acompanhando a evolução dos preços internacionais e da taxa de câmbio, que se estabilizaram em patamar inferior para o GLP, e coerente com a sua política de preços, a Petrobras reduzirá seus preços de venda às distribuidoras. A partir de 9/4, o preço médio de venda de GLP da Petrobras para as distribuidoras passará de R\$ 4,48 para R\$ 4,23 por kg, equivalente a R\$ 54,94 por 13kg, refletindo redução média de R\$ 3,27 por 13 kg”, informou a estatal.

Na mesma nota, a Petrobras reiterou seu compromisso com a prática de preços competitivos e em equilíbrio com o mercado, ao mesmo tempo em que evita o repasse imediato para os preços internos, das volatilidades externas e da taxa de câmbio causadas por eventos conjunturais.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

INTERNET Leia mais sobre finanças no Portal A TARDE

www.atarde.com.br/economia

FÁBIO BITTENCOURT

INFLAÇÃO Impulsionado pela elevação do trigo, valor médio do quilo do alimento é de R\$ 18,50

Preço do pão francês tem alta de 6% em Salvador apenas no último mês

O preço do quilo do pão francês aumentou em março em todas as cidades brasileiras, revela a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, divulgada pelo Departamento Interindustrial de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Em Salvador, o preço médio do produto gira em torno de R\$ 18,50 – alta média de 6% em relação ao mês anterior.

O motivo da disparada seria a redução da oferta de trigo no mercado externo.

De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães & Bolos Industrializados (Abimap), a guerra entre Rússia e Ucrânia vem impactando no custo dos insumos na cadeia produtiva, e no valor final dos itens derivados. Juntos, os dois países respondem por quase 30% das exportações mundiais do grão.

Ainda de acordo com a Abimap, o desabastecimento tem a ver também com dificuldades logísticas, uma vez que o conflito fechou portos e interrompeu o transporte. Isso, além da queda na produção ucraniana da comóditte.

As sucessivas altas no preço do pãozinho, porém, ocorre já há pelo menos três anos, bem anterior, portanto, à crise instaurada no leste europeu –, dizem os analistas ouvidos por A TARDE.

Supervisora técnica do Dieese na Bahia, Ana Georgina Dias lembra que o Brasil produz menos da metade do trigo consumido e precisa importar grandes quantidades do grão de países do Mercosul, sobretudo a Argentina, além de Estados Unidos e Canadá. Ela destaca ainda que o país não compra da Rússia ou Ucrânia.

Georgina põe a conta em uma sucessão de acontecimentos que culminou com a alta generalizada dos preços dos alimentos. Os fatores vão desde o advento da pandemia, e o modelo de matriz energética brasileiro (fortemente dependente de água, em um contexto de crise hídrica; quando não diesel, a partir das usinas termelétricas); a desvalorização do real frente ao dólar, passando pela política de paridade internacional do barril de petróleo, até mesmo o aquecimento global.

“Estamos em um mato sem cachorro, como se diz. É tiro, porrada e bomba. Um cenário extremamente complicado, influenciado pelo clima, a alta da exportação e importação de produtos, como óleo de soja, o próprio trigo. Culturas perdendo espaço em área plantada, como o feijão. Escalada de preço de fertilizantes”.

“Infelizmente são problemas complexos, sem soluções fáceis, que foram piorados com a guerra. A questão do aquecimento global tem uma influência maior do que se supõe, com efeitos econômicos e humanitários

Edneia diz que a farinha de trigo teve alta de 140%



Fotos: Shirley Stolze / Ag. A TARDE

no mundo inteiro. O preço do combustível está no frete alimentando a inflação. E não será o aumento dos juros, em um momento de desaceleração da atividade, que resolverá a situação”.

Dono de uma panificadora no Garcia há 25 anos, o empresário Reginaldo de Souza conta que só nos últimos dois meses registrou alta no preço da farinha de trigo de 30%. Com uma produção mensal de duas toneladas de pães, ele diz que tem comprado o produto para estocar, mas que isso não é bom para o negócio.

“É preciso estocar para não correr risco (de desabastecimento), mas não é bom para a gente. O consumidor costuma achar que aumentamos preço por vontade própria, mas não. Chega um limite que não dá para não repassar o custo, o que não é bom para ninguém. Esperávamos, pelo contrário, pela estabilidade dos preços”.

Alimentos básicos

No acumulado do ano, a gerente da Delicatessen Rio Vermelho, Edneia Serra, contabiliza crescimento de 140% no valor da farinha de trigo. Ela diz que antes da pandemia, o preço do quilo do pão francês era R\$ 12,50. E que “foi subindo” para R\$



Reginaldo conta que precisou estocar farinha de trigo

“Infelizmente, são problemas complexos, sem soluções fáceis, que foram piorados com a guerra”

ANA GEORGINA DIAS, do Dieese



Divulgação

13,50; depois R\$ 14,50; R\$ 15; R\$ 16; R\$ 17, até chegar no patamar atual (de R\$ 18).

“O preço está exorbitante, muito elevado, e não repassamos o quanto deveríamos (custo para o consumidor). Além da farinha de trigo, toda matéria prima praticamente dobrou de preço. Toda semana tem reajuste. Os usineiros com dificuldade em comprar trigo. Ficamos segurando o preço de pão, massas, biscoitos”.

Mestre em desenvolvimento regional e urbano, o economista Lucas Spínola diz que o aumento dos preços de alimentos básicos dificulta a vida do consumidor “em termos de alternativas” – como a substituição dos itens –, impactando sobremaneira o bolso da parcela da população mais vulnerável economicamente.

“O poder de compra tem caído e afetado diretamente elementos básicos do consumo, o que dificulta em termos de alternativas para o cidadão. Mais uma vez é apertar ainda mais os cintos, ou buscar alternativas de geração de novas rendas. É um momento desafiador, seja no aspecto humanitário quanto no econômico. As consequências de tudo isto, porém, não se restringem exclusivamente ao Brasil”.

OUTROS ITENS DA CESTA BÁSICA

FEIJÃO

O preço do feijão aumentou em todas as capitais. Para o tipo carioca, as altas no País oscilaram entre 1,43%, e 14,78%. Já o preço do feijão preto apresentou taxas entre 1,07%, e 6,8%

ÓLEO DE SOJA

Registrou aumento em todas as capitais, entre fevereiro e março. As variações positivas oscilaram entre 2,81%, e 15,89%, em Salvador, maior média nacional

FARINHA DE TRIGO

Apresentou elevações expressivas, com destaque para as taxas de Vitória, no Espírito Santo (9,3%)

LEITE INTEGRAL

Os preços do leite integral subiram em 16 cidades, em março. A maior alta foi de 13,09%, em Belo Horizonte

FONTE: DIEESE

“Empregador tem o dever de readaptar o empregado egresso do INSS”



Direito Previdenciário Luciano Martinez

Juiz do Trabalho, professor de Direito do Trabalho e Previdenciário da UFBA
luciano.martinez.ba@gmail.com
@lucianoartinezio

Recebi alta previdenciária, mas no exame de retorno ao emprego fui considerado como inapto para a função que eu antes exercia. O meu empregador tem o dever de me readaptar? Eu tenho o direito de ser readap-

tado em função compatível com as minhas limitações? ANÔNIMO

Resposta: A questão é muito delicada, pois, realmente, não há um dispositivo legal que expressamente diga, com todas as letras, que o empregador está juridicamente obrigado a readaptar o empregado que é considerado inapto ou apto com restrições no exame de retorno. Muitos empregadores, aliás, sustentam que há de se aplicar aqui o disposto no art. 5º, II, da Constituição da República, segundo o qual ninguém está obrigado a fazer ou a deixar de fazer

Há um claro dever de adaptação razoável que, uma vez negligenciado, pode produzir alegação de discriminação contra o empregado vulnerado

alguma coisa senão em virtude de lei. De fato, não há lei que explicitamente literalmente esse dever de readaptar, tampouco que determine o tempo de duração dos procedimentos de readaptação. Há, porém, um consenso na jurisprudência no sentido de que, apesar de não existir expressamente uma obrigação expressa de o empregador readaptar, emerge do sistema normativo um dever de adaptação razoável (ou dever de acomodação razoável) que compele o empregador a adotar medidas razoáveis, vale dizer, medidas que não lhe imponham encargo excessivo, que es-

tejam ao seu alcance. Essas medidas razoáveis devem ser capazes de contemporizar as necessidades do serviço (as necessidades patronais) em face das vulnerabilidades do empregado egresso do benefício previdenciário por incapacidade. Anote-se, aliás, que uma conduta aparentemente neutra do empregador – no sentido de não se esforçar – minimamente o que seja – na busca de uma recolocação do seu empregado “inapto” ou “apto com restrições” – poderá ser entendida como um comportamento discriminatório, produzindo, assim, alegações

dessa natureza, baseadas na cláusula geral contida no art. 1º da Lei n. 9.029, de 1995, ou no § 1º do art. 4º da Lei n. 13.146, de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Há, portanto, um claro dever de adaptação (e de readaptação) razoável que, uma vez negligenciado, pode produzir – e decerto produzirá – alegação de discriminação contra o empregado vulnerado. Não se recomenda, portanto, que o empregador desligue o empregado tão logo ele retorne da fruição do benefício por incapacidade tampouco que se deixe de oferecer a ele a atenção de que visa à readaptação.

MUDANÇAS Levantamento foi feito pelo Sindifisco Nacional, que reúne auditores da Receita

Com eleição próxima, governo federal corta R\$ 57 bi em impostos

Mauro Pimentel / AFP / 4.4.2022



O presidente Bolsonaro em evento no Rio de Janeiro

DA REDAÇÃO

O Presidente Jair Bolsonaro (PL) realizou o corte de R\$ 57 bilhões em impostos aplicados em todo o País. É o que mostra um levantamento realizado pelo Sindifisco Nacional, que reúne auditores da Receita Federal.

Só nos últimos três meses seis tributos foram cortados, o que inclui a taxa sobre a importação de motos aquáticas. A maioria dos cortes foi feita em março, a oito meses do processo eleitoral deste ano. Bolsonaro deve disputar a reeleição ao Palácio do Planalto.

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) foi o tributo que apresentou maior redução. Em 25 de fevereiro, o presidente Jair Bolsonaro editou um decreto que diminui em até 25% as alíquotas cobradas.

De acordo com o governo, a iniciativa reduz as alíquotas de IPI incidentes sobre automóveis, eletrodomésticos da chamada "linha branca" — como geladeiras, máquinas de lavar roupa e secadoras — e outros artigos industrializados. Ficam excluídos da medida produtos que contenham tabaco.

Os percentuais representam uma diminuição de R\$ 19,5 bilhões na carga tributária para o governo federal em 2022; R\$ 20,9 bilhões em 2023; e R\$ 22,5 bilhões em 2024.

Como se trata de um tributo extrafiscal e de natureza regulatória, o governo fica dispensado de apresentar uma fonte de compensação frente à redução, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em 15 de março, o chefe do Executivo federal assinou outro decreto, desta vez para zerar, até 2028, as alíquotas do Imposto sobre Operações

de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) incidentes sobre operações de câmbio.

A redução do imposto a zero equivale a uma perda de R\$ 19,1 bilhões em receita, e será gradual – ocorrerá de

forma escalonada, nos próximos oito anos.

Sendo assim, a exemplo do IPI, também não vai haver compensação financeira, já que o IOF também é um tributo regulatório.

Ao sancionar o projeto de lei que altera a regra de incidência do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) sobre combustíveis, o presidente também zerou as alíquotas do PIS/Cofins sobre diesel, biodiesel e gás de cozinha até 31 de dezembro de 2022.

O corte representa um impacto de R\$ 16,6 bilhões no orçamento federal para o corrente ano. Como o projeto permitia que o governo

não compensasse o tributo, a União fica dispensada dessa obrigação.

Cesta básica e etanol

No último dia 21 de março, o governo reduziu a zero a taxa de importação de seis alimentos da cesta básica e do etanol até o fim deste ano. Antes da decisão da Câmara de Comércio Exterior (Camex), do Ministério da Economia, o imposto era de 18% para a compra de combustível proveniente de países externos ao Mercosul.

Também no dia 21 de março, a Camex também decidiu cortar 10% do tributo de importação para bens de informática e ca-

pital. Nesse caso, a redução será permanente.

Somadas, essas duas iniciativas do governo federal representam corte de R\$ 1 bilhão. A taxa de importação é um tributo regulatório e também não exige compensação financeira.

Já no início do ano, o presidente Jair Bolsonaro zerou as alíquotas do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) nas operações de arrendamento leasing de aeronaves e motores.

A redução vale para 2022 e 2023, e corresponde a um impacto de R\$ 756 milhões. A medida foi compensada com a revogação do Regime Especial da Indústria Química (Reiq).

Só nos últimos três meses, seis tributos foram cortados pela gestão de Bolsonaro

AUDITORIA

Codevasf falha em provar valor de obras após receber R\$ 3 bilhões

DA REDAÇÃO

O valor recebido foi de pelo menos R\$ 3 bilhões dos cofres públicos por meio de emendas parlamentares durante o governo Jair Bolsonaro (PL). Sendo assim, a estatal Codevasf chegou ao fim de 2021 sem comprovar

o balanço o valor real das obras que executa. É o que aponta um relatório da auditoria independente Russell Bedford, obtido pela Folha de S.Paulo.

O documento faz uma ressalva nas contas dizendo que a Codevasf encerrou o exercício "verificando a

existência das operações" da carteira de obras para apresentar os números de maneira confiável.

A Companhia foi entregue pelo presidente Bolsonaro ao centrão em troca de apoio político no Congresso.

A Companhia é vinculada ao MDR (Ministério do Desenvolvimento Regional), pasta comandada até o mês passado por Rogério Marinho (PL). Pré-candidato ao Senado no Rio Grande do Norte, Marinho defende as emendas e teve diversos embates com o ministro Paulo Guedes (Economia) por des-

pesas públicas.

Questionada se não sabe o valor das próprias obras em andamento e o que tem gerado o problema, a estatal afirmou, em nota, que "a manifestação da auditoria independente apresentada como ressalva diz respeito a sistematização de informações" e que "desenvolveu novo método" para resolver o problema.

Além disso, a CGU detectou a ocorrência de sobrepreço de R\$ 3,3 milhões em dez máquinas compradas pela Codevasf com recursos das emendas de relator no ano passado.

EX-SECRETÁRIO

Pai de Leo Prates sofre AVC e é levado às pressas para a UTI

DA REDAÇÃO

O pai do pré-candidato a deputado federal e ex-secretário de Saúde de Salvador, Leo Prates (PDT), sofreu ontem um AVC (Acidente Vascular Cerebral). Alfredo Guimarães Prates, de 78 anos precisou ser trazido de Vitória da Conquista, no sudoeste do estado, para Salvador em uma UTI móvel.

Alfredo foi internado na UTI do Hospital São Rafael, tendo sido transportado em pelo Grupamento Aéreo da Polícia Militar (Graer).

Informações de fontes sociais dão conta de que o idoso estava em uma celebração com parentes, onde familiares fariam uma homenagem a Léo Prates, quando passou mal e desmaiou.

Idoso foi transportado em uma aeronave do Graer

De acordo com informações da PM, ele foi atendido por um médico do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), que o acompanhou no helicóptero até a capital baiana.

Em 2021, o então secretário de Saúde de Salvador fez uma homenagem ao pai em rede social, pelo aniversário dele.

"Dia muito especial, aniversário do meu pai, da minha referência de homem. Ele é o meu exemplo de vida, meu orgulho, minha inspiração!", escreveu Prates.

Table with columns: CRF, CPF/CNPJ, RAZÃO SOCIAL, ANUIDADE, CRF, CPF/CNPJ, RAZÃO SOCIAL, ANUIDADE. Contains a list of companies and their tax identification numbers.

AGRONEGÓCIOS

agronegocios@grupoatarde.com.br

Agro

A TARDE

JOSÉ LUIZ TEJON



UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO

atarde.com.br/colunista/atardeagro
tejon@grupoatarde.com.br

Embrapa atualiza setor educacional sobre inovações no agro

Em 5 de abril, a Associação de Olho no Material Escolar, criada por Leticia e Helen Jacintho para atualizar as informações nos materiais didáticos sobre o campo e as respectivas cadeias produtivas, promoveu um evento na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

A importante iniciativa buscou reunir o setor educacional e contou com a presença de educadores e representantes das maiores editoras e escolas do País.

As editoras que participaram desse encontro repre-

sentam 96% do alunado brasileiro. Mas a grande sacada foi o convite feito ao presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Celso Moretti, para uma palestra atualizando os educadores a respeito das cinco últimas décadas de inovações que ocorreram no agronegócio.

A Embrapa é instituição de pesquisa respeitada no Brasil e exterior e a palestra visou atualizar e construir pontes, ampliando o diálogo entre a educação e o agro, com embasamento científico e visão motivadora.

Foi uma grande oportunidade de abrir um diálogo entre o agro e o mercado educacional, disponibilizando conteúdo para um

material didático-científico e próximo da realidade do setor, além de construir um importante networking entre as partes.

A grande sacada foi convidar o presidente da Embrapa para fazer palestra

Movimento entende ser distorcida a imagem do agro levada aos alunos

Iniciativas como essa mostram com dados científicos, e por meio de pessoas de reconhecido saber, aos representantes de editoras e do setor educacional como ensinar de forma correta os futuros líderes do agro no Brasil. E revelam como é importante se fazer o agronegócio corretamente. Que a ideia se multiplique em todos os estados.

Lembrando que a De Olho no Material Escolar começou como um movimento de um grupo de mães ligadas ao agro, e que encabeçaram campanha para fis-

calizar conteúdo dos materiais didáticos do ensino fundamental das escolas públicas e particulares.

Imagem

O movimento entende ser distorcida a imagem do agro levada aos alunos e a abordagem de questões como desmatamento, violações contra indígenas, trabalho escravo e agrotóxicos.

O projeto ganhou força e hoje é essa associação que tem um trabalho sério e que conta com o apoio de lideranças do setor de vários estados brasileiros.

FRUTICULTURA As perdas no campo fazem preços do produto subirem para o consumidor final

Chuva gera prejuízo de até 70% para produtores de uva de Juazeiro

RUAN AMORIM*

O município de Juazeiro, no norte baiano, é o maior polo da fruticultura baiana. Este ano, o período chuvoso da cidade baiana, que é destaque quando o assunto é a produção de frutas frescas, têm deixado produtores de uva apreensivos e gerado perdas de até 70% da produção. Além de prejuízos para os agricultores, os temporais também mexem com o bolso do consumidor, uma vez que os danos afetam o preço da fruta.

O produtor rural e proprietário da Agropecuária Santa Isabel, Valdemiro Rodrigues, 60, é quem teve sua plantação de uva afetada pelo grande volume pluvial que acometeu o município entre janeiro e março. As chuvas em excesso, segundo ele, além de prejudicar o cultivo da fruta no momento atual e gerar grandes prejuízos financeiros, também trazem a incerteza do que será o próximo plantio da uva.

“Na minha plantação de uva, o prejuízo gira em torno de 70%. Em dinheiro, de R\$ 250 mil a R\$ 300 mil. Mas não é só isso que me deixa, como produtor rural, apreensivo. Ainda é importante considerar o comprometimento com as safras seguintes, visto que com as chuvas vêm algumas doenças fúngicas, como o míldio, que causa severos danos na massa foliar, o que deixa as plantas sem reserva nutricional suficiente para a safra seguinte”, explica Valdemiro.

O produtor rural também conta que, por ano, ele consegue em duas safras, 40 toneladas de uva por hectare. Mas, a realidade em 2022 vai ser outra, por causa do percentual da produção que já foi perdido por causa das chuvas. “As chuvas que estão ocorrendo aqui desde outubro de 2021 estão variando entre 700 e 800 milímetros, sendo que a média dos anos anteriores é de 450 milímetros. Nesse cenário, a fruta não aguenta”, lamenta Valdemiro.

Quem também está um pouco apreensivo por causa das chuvas é o produtor Clemilton Gonçalves, 46.



Divulgação

Clima da região do São Francisco é favorável para produção de uva

Pragas que os temporais podem trazer para as lavouras preocupam os produtores

Apesar de sua plantação de uva não ter sido prejudicada diretamente pelas chuvas, ele teme a incidência de pragas que o temporal pode trazer para as lavouras. “Minha lavoura não foi impactada pela chuva de forma direta, mas ela traz um aumento de custo por causa que abre caminhos para doenças fúngicas”, explica Clemilton.

Por causa dos temporais, as expectativas para a safra da uva este ano não são boas para Valdemiro. Mas esse não é o único fator que faz com que os produtores estejam desanimados. Outro agravante é o custo de produção, que não está baixo para a categoria. “De fato, a perspectiva não é animadora. Além das chuvas, os preços dos insumos já chega-

ram a mais de 40% de aumento. Isso nos impossibilita de fazer uma safra adequada”, pontua Valdemiro.

Clemilton também diz que os aumentos exacerbados dos preços dos defensivos e insumos podem prejudicar a produtividade da cultura. “Muita gente vai tentar produzir o mínimo e não conseguir, assim como vai ter pessoas que vai con-

seguir. Além disso, o dólar em queda pode prejudicar quem faz exportação da fruta”, diz o produtor.

Embora tenha muitos contra em relação a produção e exportação da uva, Clemilton conta que as expectativas para safra este ano são boas. Por não ter sido afetado diretamente pelas chuvas e também pelo míldio, a sua produção tem se mostrado promissora. “A gente teve um aumento na produtividade. As nossas raízes são novas e isso influencia. A nossa expectativa é que a cada ano a produção aumente”, diz Clemilton.

Custo da produção

No cenário de aumento do custo de produção e até prejuízos pela chuva, o consumidor será afetado. Quem fala sobre isso é o superintendente da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (Seagri), Claudemir Nonato. Segundo ele, “ocorrerá redução na produção e, também por conta das condições climáticas enfrentadas, a qualidade dos frutos tende a ficar comprometida, o que deve repercutir para os consumidores”.

O produtor Valdemiro também reforça as consequências para o consumidor, que surgem em detrimento da situação atual do mercado e produção dos agricultores. “Pode faltar a fruta, ou seja, a oferta da uva diminuir. Com isso, ela vai chegar ao consumidor com preços exorbitantes”, enfatiza Valdemiro.

Apesar do contexto atual em relação aos produtores de uva, o superintendente Claudemir diz que as perspectivas de expansão da fruticultura tropical na Bahia são excelentes. Isso devido ao clima favorável, áreas disponíveis para irrigação e à possibilidade de obtenção de duas ou mais safras/ano, e, principalmente, a participação dos fruticultores baianos, que continuam respondendo por grande parte do resultado da produção brasileira de frutas.

“No estado, a fruticultura é considerada uma das atividades agropecuárias que mais empregam, envolvendo mais de meio milhão de pessoas, demandando mão de obra intensiva e qualificada. Isso gera oportunidades de ocupação, a depender da lavoura, de dois a cinco trabalhadores por hectare cultivado”, diz Claudemir.

* SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO

MOBILIDADE Via está quase pronta e já traz benefícios para a comunidade

Linha Vermelha tem 95% das obras concluídas

DA REDAÇÃO

Economia de tempo e combustível, imóveis valorizados, negócios em crescimento. Esses são alguns dos benefícios apontados pelos soteropolitanos que conhecem e já utilizam a nova Linha Vermelha. Com 95% das obras concluídas, a via é composta pelas avenidas Orlando Gomes e 29 de Março e tem um traçado que segue pela Via Regional até Águas Claras/Cajazeiras, onde também estão sendo construídas a nova rodoviária de Salvador e mais uma estação de metrô. Do total de 12 quilômetros de pistas, nove já estão concluídos. O investimento do Governo do Estado é de aproximadamente R\$ 580 milhões.

O empresário Jaílson Miranda, 47 anos, mora próximo ao Aeroporto de Salvador e mantém um negócio em Nazaré. Ele considera que a obra “foi um trabalho magnífico para quem vive na Região Metropolitana. Saio todo dia de casa, pego a Avenida Paralela, entro na 29 de Março até Águas Claras e vou para a empresa. Quando não tinha esta via, eu demorava cerca de uma hora para fazer o trajeto de carro, sem engarrafamento. Com tudo travado, não tinha como calcular. Hoje, em 25 minutos, eu chego”.

Auxiliar administrativa em um novo instituto de beleza inaugurado no fim do ano passado, às margens da 29 de Março, Jéssica Fernandes afirma que a escolha do espaço foi motivada pela implantação da Linha Vermelha. “Aqui é um local que está crescendo. O desenvolvimento vai chegar

do e trazendo movimento, outros comércios, segurança, proporcionando uma perspectiva de crescimento para os negócios que estão sendo implantados e a valorização dos imóveis na região”.

Gerente de um posto de combustíveis, Robson Leandro trabalha no local há dois anos e afirma que o movimento na região agora é muito maior. “Melhorou bastante a trafegabilidade. Isso traz mais segurança e um movimento maior para a empresa, que fica valorizada. Melhora para nós e para os clientes”, resume.

Um dos clientes do posto é o rodoviário Diego Cardim, que utiliza a Linha Vermelha diariamente, a caminho do trabalho. “[A via] melhorou o trajeto. É uma rapidez para acessar da Suburbana à orla. Estou ganhando pelo menos 30 minutos por dia, pois para acessar a Estação Mussurunga sem ser por aqui, eu precisaria pegar a Paralela, fazendo a volta na cidade. E aqui facilitou”.

Sem enchente

A dona de casa Vânia Cerqueira, 30 anos, destaca uma melhoria importante para o conforto e a saúde dos moradores do entorno da Via Regional. “Esse córrego já encheu várias vezes. Nós tínhamos um terreiro de candomblé e de quatro casas no terreno, duas desabaram. Agora, com a canalização das águas, isso acabou. Não tem mais enchente. [A Linha Vermelha] valoriza nossa propriedade. Vamos poder voltar com nossas atividades aqui. Reduz também os insetos e outros bichos. Está ficando uma maravilha”.



Obra é fruto do investimento de R\$ 580 milhões do governo do estado: motoristas elogiam acessibilidade

Fotos Fernando Vivas / GOVBA



Vânia destaca os benefícios da canalização das águas

Além da valorização e da urbanização no local, as comunidades do entorno também foram beneficiadas com a construção de praças, academias ao ar livre e campos de futebol com grama sintética. O estudante Tiago Souza, 16 anos, treina futebol no Campo 29 de Março e está indo para a equipe júnior do São Paulo Futebol Clube. “Eu treino aqui há cerca de dois anos. Outro dia teve uma avaliação aqui, fiz seis gols e tinha um olheiro, que gostou do meu futebol. Agora os professores estão ajeitando para eu poder ir para São Paulo”.

O treinador de Tiago, Carlos Eduardo da Silva, diz que

seu projeto tem nove anos, treinando há dois no Campo 29 de Março. “Antes, a gente jogava em um campo de terra lá no Jardim Nova Esperança. Agora, conseguimos estes horários neste campo



Rodoviário Diego Cardim elogia melhoria do trajeto

gramado e cercado, que é excelente. Isso é uma oportunidade para tirar esses jovens das ruas. Tenho cerca de 60 alunos, dou aula três vezes por semana e já tenho atletas no futebol profissio-

nal. Minha ex-aluna Yasmin hoje joga no Corinthians. Estou para encaminhar Tiago para o São Paulo, além de outros que estão se preparando para conseguirem vagas também”.

Conjunto de intervenções vai ajudar na geração de empregos

Fernando Vivas/GOVBA



Obra viária liga toda a orla marítima, saindo de Piatã ao encontro da BR-324

André Leal é engenheiro da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado (Conder), coordena a obra e explica a importância da intervenção. “É uma obra que liga toda a orla marítima, saindo lá de Piatã ao encontro da BR-324, beneficiando especialmente quem vive em Piatã, Jaguaribe, Castelo Branco, Cajazeiras IV, V, VIII, Via Regional e Águas Claras. Somam-se a isso a nova rodoviária e uma estação de metrô. Esse conjunto vai proporcionar uma geração grande de emprego em fun-

ção da mobilidade urbana da população”.

Leal acrescenta que a construção de cinco pontes, seis viadutos, quatro quilômetros de canalização de córregos e as desapropriações foram alguns dos desafios enfrentados durante as obras. “Além disso, tem a parte de urbanização e infraestrutura com ciclovias, quatro campos de futebol e academias ao ar livre, interligando a nova rodoviária à orla marítima”.

A Linha Vermelha é um corredor transversal que,

junto com as obras da Linha Azul (Avenidas Pinto de Aguiar e Gal Costa), forma um complexo que tem 8 túneis (quatro duplos) e 15 viadutos. Os dois sistemas viários totalizam 25 quilômetros, ao longo dos quais foram implantados passeios, pontes, ciclovias, escadarias, rampas, acessos e retornos, além de serviços de macrodrenagem, urbanização, paisagismo, iluminação e sinalização. As intervenções proporcionam ainda dignidade e autoestima para os moradores dessas regiões.

A TARDE Lab

LUDOVICA, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL À SERVIÇO DA POPULAÇÃO BAIANA



TURMA DE CUIDADOR DE IDOSOS DURANTE AULA REALIZADA NO LABORATÓRIO DE PRÁTICAS SUPERVISIONADAS.

O LUDOVICA - Centro de Educação Profissional (antiga Escola Técnica São Rafael), fundado em 1989, é uma instituição de ensino mantida pelo Monte Tabor, que tem contribuído com o mercado de trabalho, na área da saúde, por meio da formação profissional de técnicos em enfermagem.

A filosofia do LUDOVICA é baseada em princípios cristãos institucionais, estabelecidos pelo fundador D. Luigi Verzé. Sendo assim, o Curso Técnico em Enfermagem e os demais oferecidos pela instituição são voltados para o aprimoramento do aluno como pessoa humana, com o desenvolvimento de suas aptidões, de forma a atender às várias demandas das áreas profissional e social.

Para a qualidade do ensino oferecido, a instituição conta com o corpo docente capacitado, bem como o acolhimento e acompanhamento individual do aluno, aliado à busca constante de suas potencialidades.

Durante o curso, os alunos participam de atividades, como eventos institucionais e feiras de saúde, que contribuem para o desenvolvimento da solidariedade, responsabilidade e competências, quesitos necessários para que o estudante possa ter uma formação profissional de excelência. Dessa forma, ao ingressar no mercado de trabalho, espera-se que ele assumo, literalmente, a função de um agente do “cuidar”.

Nos últimos anos, a escola tem oferecido também cursos de atualização na área

da Enfermagem, bem como cursos para cuidadores de idosos. O corpo docente do LUDOVICA é formado por profissionais de diversas áreas de atuação, entre as quais, enfermeiros, especialistas e mestres, biólogos, nutricionistas, o que permite a troca de experiências e a possibilidade de o estudante adquirir o melhor de cada um deles.

Atento às necessidades do pós-pandemia e também acompanhando seu projeto social, o Monte Tabor tem disponibilizado vagas gratuitas para cursos de capacitação nas áreas de cuidador de idosos, agente de higienização, camareira, copeiro dietista e recepcionista. A gratuidade é voltada para pessoas inscritas em algum programa de distribuição de renda do Governo Federal e também para pessoas que estejam desempregadas.

Celular roubado: saiba o que fazer para bloquear o Pix

SEGURANÇA Desde que o Pix – ferramenta de pagamento instantâneo do Banco Central – se popularizou no país, os roubos e furtos de celular passaram a ser seguidos de uma "corrida contra o tempo" para que a vítima bloqueie os aplicativos de banco o quanto antes. Se não conseguir, o aparelho pode ser desativado por quadrilhas especializadas que invadem contas bancárias, ampliando o prejuízo de quem ficou sem celular. Por isso, é cada vez mais necessário saber o que fazer em caso de roubo ou furto de celular e como evitar ser alvo desse tipo de crime.

Quando o celular é roubado, o recomendado é que a vítima acione o banco imediatamente para pedir o bloqueio do aplicativo e

Quando o celular é roubado, o recomendado é que a vítima acione o banco imediatamente para pedir o bloqueio do aplicativo

das transferências. Isso pode ser feito por telefones listados na internet ou por outros canais e sites das instituições financeiras. A depender do caso, o banco pode até reter a transferência antes que o dinheiro vá para contas de lanranjas.

Outro passo complementar é trocar as senhas de todos os aplicativos que possam ter informações sensíveis, como e-mail, e notificar a operadora de telefonia. Quando o pedido é validado pela operadora, é feito o bloqueio da linha, evitando o acesso a informações do chip para que os criminosos não entrem em contato com pessoas pelo celular para aplicar mais golpes. Recentemente, ganhou força, por exemplo, o golpe que criminosos se passam pelas vítimas para solicitar empréstimos pelo WhatsApp.

Para fazer o bloqueio completo do celular, podem ser

solicitadas pela operadora informações como dados pessoais, número do boletim de ocorrência e o IMEI, sigla utilizada para International Mobile Equipment Identity. "Este último é o registro de identificação próprio de cada aparelho, que possibilita que o procedimento de bloqueio seja feito de forma mais ágil.

Caso o usuário não tenha o IMEI do aparelho registrado, é possível se precaver e obtê-lo discando o comando *#06# no telefone. O número é informado logo em seguida. Em casos de celulares com dois chips, inclusive, podem até ser mais de um. A recomendação é anotá-los em um lugar seguro e que possa ser acessado caso o celular seja roubado.

Desde abril de 2021, é possível controlar o limite no sistema de Pix, reduzindo ou aumentando o valor disponível para transações.

PRIVATIZAÇÃO DA ELETOBRAS FICA FORA DE PAUTA

TCU O Tribunal de Contas da União (TCU) frustrou as expectativas do governo ao publicar a pauta de julgamentos desta semana sem incluir a análise da segunda etapa da privatização da Eletrobras. O governo aguardava que a Corte concluisse o processo até quarta-feira para conseguir finalizar a venda da estatal em um mês, até o dia 13 de maio. Relator do processo, o ministro Aroldo Cedraz pode, se quiser, pedir a inclusão do tema na pauta a qualquer momento.

CRÉDITO RURAL

209,1

bilhões de reais é o valor do desembolso do crédito rural em nove meses da safra 2021/2022. O crescimento registrado é de 25% maior em comparação com o mesmo período da safra passada, de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Mercado vê 'apagão de dados' no BC com greve de servidores

BANCO CENTRAL O mercado financeiro está no escuro com o "apagão de dados" do Banco Central, que deixou de publicar indicadores e projeções por causa da greve dos servidores. A próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), no começo de maio, também pode ter sua preparação afetada pelo movimento

dos funcionários do órgão, que pedem um reajuste salarial de 26,6%. Em média, um analista do BC ganha R\$ 26,3 mil mensais.

As decisões do Copom são embasadas em um conjunto de apresentações técnicas do corpo funcional do BC, que tratam da evolução e de perspectivas das economias

brasileira e mundial, das condições de liquidez e do comportamento dos mercados.

O economista-chefe do Banco Alfa, Luis Otavio Souza Leal, disse que o mercado acompanha a greve de "soss-laio", dado que ainda falta tempo para a reunião. "Mas não é uma situação confortável, além de ser inédita".

#Segundou

NO CORREIO*

♀ **Mulher,**
atriz e mãe



Giselle Itié
Atriz



Entrevista com
Joca Guanaes
Marketing e consultor de estratégia

HOJE, ÀS 19H

no Instagram
@correio24horas


Correio*

PARCELA DE ABRIL COMEÇA A SER PAGA 5ª

AUXÍLIO BRASIL Os beneficiários do programa Auxílio Brasil vão começar a receber as parcelas de abril a partir desta quinta-feira, quando o grupo que possui 1 como final do NIS terá o benefício liberado. O programa é voltado para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social e garante uma renda mensal de pelo menos R\$ 400.

Os pagamentos do Auxílio Brasil começaram a ser feitos em 17 de novembro, mesmo dia em que o governo liberou

a última parcela do auxílio emergencial, instituído em razão da pandemia de covid-19. Atualmente, 18,02 milhões de famílias são atendidas pelo programa em todo o país. Os benefícios são pagos por meio da conta poupança social ou por contas correntes regulares. Quem for inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) pode abrir, de forma automática, uma conta do tipo poupança social digital para receber o pagamento.



BANCO BOCOM BBM S.A.
CNPJ/IMEI Nº 15.114.366/0001-69
NIRE Nº 29.3.000.1103.7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
Ficam os Senhores Acionistas do Banco BOCOM BBM S.A. ("Companhia") convocados, na forma de seu estatuto social, para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada no dia 28 de abril de 2022, às 15 horas, de forma semipresencial, por meio da plataforma digital Microsoft Teams ou presencialmente, na sede da Companhia, localizada na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Miguel Calmon, 398, 7º andar (parte), Comércio, CEP 40015-010, nos termos da seção VIII do Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81, de 2020, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: em Assembleia Geral Ordinária: (i) aprovação do relatório da administração da Companhia, suas contas e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer do auditor independente, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021; (ii) aprovação da proposta da administração sobre a destinação do lucro líquido; (iii) reeleição dos membros do conselho de administração da Companhia; e (iv) nomeação do presidente do conselho de administração da Companhia; e em Assembleia Geral Extraordinária: (i) ratificação das deliberações tomadas pelo conselho de administração que aprovaram o pagamento de bônus aos diretores da Companhia; (ii) ratificação dos pagamentos, pela Companhia, de participações nos lucros e resultados (PLR), bônus e gratificações de longo prazo aos empregados, e bônus-auditôribonus aos estagiários, conforme aprovado pela diretoria da Companhia; (iii) aprovação do montante global da remuneração dos administradores da Companhia; (iv) aprovação da alteração do estatuto social da Companhia para (a) constituir um comitê de auditoria e um comitê de remuneração, conforme exigido pelas Resoluções CMN nº 4.910 e 3.921, e (b) promover ajustes textuais ao longo do título VII, referente à oviduidade da Companhia, conforme exigido pela Resolução CMN nº 4.860; e (v) consolidação do estatuto social da Companhia. O material pertinente às deliberações da ordem do dia será previamente disponibilizado aos acionistas na sede da Companhia e por meio digital, mediante solicitação por e-mail para o endereço controlesocietario@bocombm.com.br. Os acionistas interessados em participar e/ou votar a distância na Assembleia, mediante atuação remota via plataforma digital, deverão enviar solicitação prévia para participação em até 48 (quarenta e oito) horas antes do dia e horário da Assembleia por e-mail para o endereço controlesocietario@bocombm.com.br, o qual deve ser acompanhado de cópia eletrônica da seguinte documentação, conforme o caso: (i) documento de identidade com foto e CPF ou CNPJ do acionista; (ii) contrato ou estatuto social consolidado e atualizado do acionista; (iii) documento de identidade com foto e CPF ou CNPJ do representante devidamente constituído pelo acionista; (iv) instrumento de mandato por meio do qual o acionista outorga poderes de representação ao seu representante; e (v) ata de eleição dos administradores que representarão o acionista na Assembleia. O link para participação na Assembleia será encaminhado a todos os acionistas ou representantes que enviarem a referida solicitação na forma estabelecida acima, sendo certo que serão admitidos à Assembleia todos os acionistas ou representantes que apresentarem a documentação solicitada em até 30 minutos antes do início dos trabalhos, conforme item 2, VIII, da seção VIII do Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81, Salvador, 11 de abril de 2022.
Presidente do Conselho de Administração
BANCO BOCOM BBM S.A.

Ações na Justiça querem anular reeleição de Geraldo Jr

União Brasil pede ao Supremo Tribunal Federal a anulação da eleição que garantiu o 3º mandato consecutivo do vereador como presidente da Câmara

Da Redação

REPORTAGEM
correio24horas@redebahia.com.br

Três ações judiciais pedem a anulação da reeleição antecipada do vereador Geraldo Júnior (MDB) para o terceiro mandato consecutivo como presidente da Câmara Municipal de Salvador. Duas tramitam na 5ª Vara da Fazenda Pública, movidas pelo vereador Cláudio Tinoco e pelo Movimento Brasil Livre (MBL). A terceira, elaborada pelos advogados do União Brasil, corre no Supremo Tribunal Federal (STF) e está a cargo do ministro Kassio Nunes Marques.

Os advogados do União Brasil questionam a mudança na Lei Orgânica do Município (LOM) para que o vereador pudesse ser reconduzido ao terceiro mandato em uma eleição que só costumava ser realizada no final do ano, já que vale para o biênio 2023/2024. Eles afirmam que Geraldo Júnior fez “escancarado dribble à Constituição Federal” e que agiu para “consolidar sua indicação a vice na chapa do pré-candidato do Partido dos Trabalhadores ao governo da Bahia”.

“Daí a necessidade de intervenção judicial através da presente demanda, buscando o reconhecimento da violação aos princípios republicanos e do pluralismo político”, afirma a ação do União Brasil, lembrando que o STF já se posicionou em outras ocasiões contrariamente a reeleições consecutivas de presidentes no âmbito do Legislativo.

“Não podemos aceitar que a Câmara seja utilizada como manobra eleitoral ou instrumento de chantagem e ameaças a adversários políticos por quem quer que seja. Ninguém está acima das normas, da Constituição”, diz o vereador Duda Sanches (União), que participou da elaboração da ação no STF.

Geraldo Júnior nega que tenha havido qualquer irregularidade na eleição antecipada da Mesa Diretora da Câmara. Ele afirmou que já estava preparado para questionamentos na Justiça. “Não temos dúvida que tivemos apoio irrestrito dos parlamentares que assinaram, aprovaram e me elegeram como presidente legítimo para o biênio 2023/2024”, afirma. Ele diz que vai se manifestar sobre as ações assim que for intimado para responder.

MANOBRA PLANEJADA

As mudanças na LOM só foram publicadas no Diário Oficial do Legislativo em 29 de março, mesmo dia da eleição antecipada da Mesa Diretora da Câmara para o biênio 2023/2024. Mas a manobra foi planejada ao menos uma semana antes, de forma sigilosa e utilizando de artifícios que não seriam nada republicanos, envolvendo alterações em notas taquigráficas, na ordem do dia e até escondendo vídeos das sessões que seriam encaminhados à Justiça.

As irregularidades teriam começado na convocação da sessão ordinária do dia 23 de março, data da votação da proposta de alteração da LOM e do projeto de resolução que permitiu a antecipação da eleição, só que essas proposições não constavam na publicação da ordem do dia.

Segundo o Regimento Interno da Câmara, a ordem do dia deve ser publicada no Diário Oficial contendo, obrigatoriamente, as proposições que serão analisadas, para que seja dada a devida publicidade aos temas pautados. Ou seja, os vereadores não foram comunicados de que seriam votados o projeto de resolução e nem a alteração na LOM.

Apesar disso, as proposições poderiam ter sido incluídas na ordem do dia via pedido de urgência ou preferência durante a própria sessão, conforme regras estabelecidas no Regimento Interno, mas isso também não ocorreu, o que pode ser comprovado por vídeo, pois os trabalhos em plenário são transmitidos ao vivo e gravados.

Em suma: os vereadores aprovaram a ordem do dia em 23 de março sem saber, pois não foram comunicados, que estavam votando também o projeto de resolução e a emenda que alterou a LOM. “Geraldo Júnior enganou todos na Casa, abusou da confiança dos pares e agiu sem transparência em benefício próprio”, acusa o vereador Cláudio Tinoco.

Há, ainda, outro agravante, como relata Tinoco. “A proposta de alteração da Lei Orgânica, que permitiu a reeleição do presidente, não poderia ter sido distribuída sem conter parecer das comissões, sobretudo a análise de admissibilidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final (CCJ)”.

A CCJ é presidida pelo vereador



1

2

3

4

Geraldo Júnior, que já havia exercido a Presidência durante os anos de 2016-2020 (primeiro biênio), foi reeleito para o mesmo cargo no Legislativo seguinte 2020-2022 (segundo biênio) e, agora, candidatou-se para o terceiro biênio, após a manobra que culminou na alteração da Lei Orgânica municipal, logrou ser novamente reeleito para um terceiro mandato consecutivo ao exercer o cargo no período de 2023-2024 (terceiro biênio).

Deixando a necessidade de intervenção judicial através da presente demanda, buscando o reconhecimento da violação aos princípios republicanos e do pluralismo político.

Cumpra registrar, nesse especial, que, ao promover as alterações chapada e sabidamente inconstitucionais, que permitiram sua segunda reeleição consecutiva, mais do que a efetiva assunção à Presidência da Câmara Municipal, pretendeu Geraldo

Junior fazer prova de sua força política e, assim, se colocar como um dos players das iminentes Eleições Gerais.

Prova disso é que, após as alterações que autorizaram sua candidatura, enquanto reeleito para Presidência da Câmara Municipal para o biênio 2023-2024, Geraldo Júnior foi, imediatamente após a manobra, anunciado como pré-candidato a vice-governador da Bahia.

Evidente, portanto, que Geraldo Júnior, com o escancarado dribble à Constituição Federal, mais do que efetivamente ser reconduzido à Presidência, buscou consolidar sua indicação a vice na chapa do pré-candidato do Partido dos Trabalhadores ao governo.

Este fato foi amplamente noticiado pelos meios de comunicação locais.

ador Alexandre Aleluia (PL), aliado de Geraldo Júnior, que também foi contemplado com o cargo de corregedor da Casa com a eleição antecipada da nova Mesa Diretora.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Tinoco fez ainda outra denúncia grave. “As matérias foram incluídas na sessão por condução exclusiva do presidente, sem constarem na ordem do dia ou de qualquer acordo do colégio de líderes ou do plenário, conforme notas taquigráficas daquela sessão do dia 23, infringindo o Regimento Interno. Vale observar que o arquivo das notas taquigráficas foi alterado e substituído no site da Câmara Municipal no dia 30 de março para tentar legitimar um processo golpista e sem transparência”.

Geraldo Júnior promulgou o projeto de resolução e a mudança na LOM sem que houvesse apresentação, discussão e votação. “Portanto, teria sido promulgada uma emenda à Lei Orgânica sem projeto, sem publicação e sem parecer, mesmo que tudo isso fosse devidamente apresentado em plenário equivocadamente como projeto de resolução. Vale frisar que havia dispensa de formalidades para votar o que estava originalmente na ordem do dia, e não havia nada pautado sobre alteração na Lei Orgânica”, ressalta o vereador do União Brasil.

VÍDEOS SÃO ESCONDIDOS

Cláudio Tinoco denunciou que até hoje não recebeu os vídeos com cópias das imagens da sessão do dia 29 de março que resultou na eleição antecipada do presidente da Câmara Municipal de Salvador, e dos demais membros da Mesa Diretora para o biênio 2023/2024. Tinoco solicitou o material via requerimento protocolado no dia 1º de abril para embasar uma ação judicial preparada por ele solicitando a anulação da eleição.

O vereador solicitou ainda cópias integrais dos vídeos da sessão do dia 23 de março, quando foi aprovada a alteração na Lei Orgânica do Município que permitiu a reeleição de Geraldo Júnior, e também não recebeu o material. “Os dois vídeos deveriam estar disponíveis no site da Câmara ou no FTP regularmente disponibilizado pela Casa, mas não estão”, disse o vereador.

1 Vereador Geraldo Júnior (MDB) nega que tenha havido qualquer irregularidade na eleição antecipada da Mesa Diretora da Câmara e afirma que já estava preparado para questionamentos na Justiça FOTO: ARISSON MARINHO
2, 3 e 4 Trechos da ação do União Brasil que foi encaminhada ao Supremo Tribunal Federal (STF) e que pede a anulação da eleição realizada no último dia 29 de março. A análise do pedido está nas mãos do ministro Kassio Nunes Marques REPRODUÇÃO



Petrobras reduz preço do gás de cozinha em 5,6%

NAS REFINARIAS Quase um mês após aumentar o gás de cozinha em 16%, a Petrobras anunciou nessa sexta (8) que vai reduzir o preço em 5,6% a partir do sábado nas suas refinarias. A gasolina e o diesel permanecem com preços inalterados. A Refinaria Mataripe, da Acelen, que fornece combustíveis para o mercado baiano, não informou sobre reposicionamento de preços até o fechamento desta edição.

A queda no valor do gás de cozinha ocorreu dois dias depois que a estatal anunciou o substituto do atual presidente, general Joaquim Silva e Luna, demitido pelo presidente Jair Bolsonaro por causa dos aumentos dos combustíveis. Em seu quase um ano de ges-

Refinaria baiana não informou se vai seguir o mesmo movimento da Petrobras em relação ao reajuste do gás e da manutenção dos preços da gasolina e do diesel

ção, Luna deu menos reajustes no gás de cozinha do que seu antecessor, Roberto Castello Branco.

Em 2020, em pleno auge da pandemia, Castello Branco promoveu 14 reajustes no gás liquefeito de petróleo (GLP), sendo cinco reduções e nove altas. Em 2021, com o início da retomada da economia, foram realizados quatro aumentos, o último às vésperas da sua demissão pelo mesmo motivo que tirou Luna do cargo. Ao assumir em 19 de abril, o general esperou dois meses para dar o primeiro aumento no GLP, em junho. Em julho veio a segunda alta e posteriormente em outubro, último movimento no preço do gás de cozinha até março deste ano.

Esta é a primeira queda do GLP no ano e o segundo reajuste de 2022, seguindo a volatilidade do preço global

do petróleo provocada pela guerra na Ucrânia. No dia 11 de março, a Petrobras elevou o GLP em 16%, após 152 dias com o preço congelado. Nas refinarias da empresa, o botijão de 13 quilos do gás de cozinha passa a custar em média R\$ 54,94, contra o preço anterior de R\$ 58,21.

Em nota, a Petrobras reiterou o compromisso com a prática de preços competitivos e em equilíbrio com o mercado, "ao mesmo tempo em que evita o repasse imediato para os preços internos, das volatilidades externas e da taxa de câmbio causadas por eventos conjunturais". Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), incluindo impostos e serviços, o botijão de 13 quilos era vendido na semana de 27 de março a 2 de abril ao preço médio de R\$ 113,63 no território nacional.

Governo vai atualizar tabela do IR; valor não foi definido

FAIXA DE ISENÇÃO O Ministério da Economia faz os últimos cálculos antes de dar o sinal verde para a correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) ainda este ano. Na contramão dessa medida, o governo, por ora, desistiu de passar de 25% para 33% o corte linear das alíquotas do Imposto sobre Produtos In-

dustrializados (IPI), em benefício da indústria. A informação é do portal do jornal O Estado de S. Paulo.

Segundo a reportagem, entre reduzir o Imposto de Renda para as empresas e a tributação das pessoas físicas, a preferência do ministro da Economia, Paulo Guedes, é a correção da tabela e da faixa de isenção do IRPF.

Além de ser uma promessa não cumprida na eleição de 2018 do presidente Jair Bolsonaro, a medida seria uma compensação pelo impacto da guerra da Rússia e da Ucrânia nos preços, que retira a renda dos brasileiros.

A faixa de isenção, hoje em R\$ 1,9 mil, deve aumentar, mas o valor não está definido.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 4,7079	R\$ 4,7089
Dólar Turismo	R\$ 4,7500	R\$ 4,8770
Euro turismo	R\$ 5,1770	R\$ 5,3200

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	118.322,26	-0,45%

POUPANÇA

09/04/2022	0,6422%
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.212,00

INFLAÇÃO

	Março	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	1,62%	3,20%	11,30%
INPC/IBGE	1,7%	3,42%	11,73%
IGP-M/FGV	1,74%	5,49%	14,77%

PIS / PASEP

532MI

de reais do PIS/Pasep de 2020 não foram retirados pelos trabalhadores que têm direito ao benefício. Os valores vão ficar à disposição até 29 de dezembro. Informações sobre o abono podem ser obtidas pelo telefone 158 e aplicativo da Carteira de Trabalho Digital.

Páscoa Animada Correio*

Compre o Correio e leve um copo caça ovos.

14-ABR QUINTA-FEIRA

Jornal+ COPO R\$4,00

Merchêdo fica 12: mais bar feito em lojas vendas no: www.comprasnet.ba.gov.br

Prêmio de 10 milhões em dinheiro em espécie. Acumulados podem somar e seu copo de aniversário. 1750000-7800 quanto mais você comprar, mais você ganha. Para mais informações, consulte o site www.comprasnet.ba.gov.br. Não são incluídas nenhuma das despesas de envio e frete.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO
PREF. MUN. MATA DE SÃO JOÃO/AVISO DE LICITAÇÃO Nº 46/2022 – ERRATA DO Pregão Eletrônico nº: 04/2022 – FMS – AQUISIÇÃO, COM INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DE ELETROCARDIOGRAMA DIGITAL, CONTRATIVEL COM TELEDIAGNOSTICO ECG – ONTD E CABO DE PACIENTE PARATENDER AS NECESSIDADES DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE (HOSPITAL MUNICIPAL, PA E POLICLINICA SEDE E LITORAL) E ATENÇÃO BÁSICA. Abertura: 25/04/2022 às 09h00min. <https://www.matadesaojoao.ba.gov.br/site/licitacoes> e <https://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp>

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANAMBI
AVISO DE RETIFICAÇÃO E REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 014-22PE-PMG
 A Pregoeira da Prefeitura de Guanambi-BA leva ao conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO E REPUBLICAÇÃO da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 014-22PE-PMG, ficando, portanto, REDESIGNADA a data da sessão pública para o dia 25/04/2022 às 09h00min, no site www.licitacoes.com.br. OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de veículos e motocicletas 0km, para compor a frota da Prefeitura Municipal de Guanambi-BA. O Edital RETIFICADO encontra-se disponível nos sites: www.guanambi.ba.gov.br/licitacoes, www.licitacoes-e.com.br sob o nº 925692 e na sede da Prefeitura Municipal, maiores informações no Setor de Licitação, no horário de expediente. Telefone: (77) 3452-4312, e-mail: licitacao@guanambi.ba.gov.br. 08/04/2022 – Wélia Reis Ferreira – Pregoeira.

SECRETARIA DA SAÚDE **Estado da Bahia**
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2022 – ID: 932496- SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA/ CENTRO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E REABILITAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CEPRED. Abertura: 02/05/2022 às 10h00min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA). Objeto: Aquisição Prótese Ortopédica II. Famílias: 65,50. Local da sessão: www.licitacoes-e.com.br - CEPRED. O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: cepred.copel@saude.ba.gov.br, telefone: (71) 3103.6218 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h no endereço, Av. Antonio Carlos Magalhães, S/Nº, CAS - Centro de Atenção à Saúde Prof. Dr. José Maria de Magalhães Netto – Sala da COPEL/CEPRED - CEP 40.280-000 - Salvador – BA, 08/04/2022, **Leonon Felix Carvalho - Pregoeiro Oficial.**

SECRETARIA DA SAÚDE **Estado da Bahia**
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2022 – ID 932357 SESAB/HGESF.
 Abertura: 26/04/2022 às 09h00min. (Horário de Brasília-DF). Objeto: **Aquisição de Materiais de Penso.** O Edital poderá ser obtido através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: danielle.silva@saude.ba.gov.br, telefone: (71) 3103-9138 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 16h00min no endereço: Praça Conselheiro João Alfredo, S/Nº, Pau Miúdo, Salvador-Bahia. 07 de Abril de 2022. **Danielle Moutinho Silva – Pregoeira Oficial.**

SECRETARIA DA SAÚDE **Estado da Bahia**
AVISO DE PRORROGAÇÃO/REABERTURA – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022 – ID BB Nº 929421 - SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA E PROTEÇÃO DE SAÚDE - SUVISA - PROCESSO 0195324202101339121. A Comissão Permanente de Licitação – COPEL/SUVISA, torna público para conhecimento dos interessados, que em função de alteração no Edital, a sessão para abertura das propostas referente ao Pregão Eletrônico nº 019/2022 – Objeto: aquisição de refrigeradores para vacina... Conforme Termo de Referência – TR, marcada para as 10h30minutos do dia 06/04/2022 foi **PRORROGADA/REABERTURA** para às 10h30minutos do dia 19/04/2022. O Edital alterado encontra-se no site www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Maiores esclarecimentos através do telefone: (71) 3115-4142. Salvador, 05/04/2022 - **Andiara Ferreira Cardoso - Pregoeira**

Celular roubado: saiba o que você deve fazer para bloquear

O ESTADO DE S.PAULO

Desde que o Pix, ferramenta de pagamento instantâneo do Banco Central, se popularizou no País, os roubos e furtos de celular passaram a ser seguidos de uma "corrida contra o tempo" para que as vítimas bloqueiem os aplicativos de banco o quanto antes. Caso não consigam, quadrilhas têm se especializado em destruir o aparelho e invadir contas bancárias, multiplicando o prejuízo de quem já não tem mais o celular em mãos.

As quadrilhas têm lucrado tanto com transferências por Pix que o crime atraiu a atenção do Primeiro Comando da Capital (PCC), conforme investigação da Polícia Civil de São Paulo. De acordo com Anderson Honorato, delegado assistente da 2.ª Delegacia do Patrimônio, o Pix se tornou o "negócio da moda", o que tem feito policiais investigarem grupos especializados no crime. Enquanto parte deles não são desmantelados, o Estadão listou dicas para evitar roubos com transferência pelo Pix.

1. Quando e como notificar o banco quanto ao crime?

Uma vez que o celular é roubado, o recomendado é que as vítimas acionem o banco imediatamente para solicitar o bloqueio do aplicativo e das transferências. Isso pode ser feito por telefones listados na internet ou por outros canais oferecidos em sites das instituições financeiras, como chats para atendimento. A depender do caso, o banco pode acabar retendo a transferência antes que o dinheiro vá para conta de laranjas.

Outro passo complementar é, em caso de roubo ou furto de aparelho celular, trocar as senhas de todos os aplicativos que possam ter informações sensíveis, como e-mail, e notificar a operadora de telefonia. Quando o pedido é validado junto à operadora, é efetuado o bloqueio da linha, evitando que criminosos acessem as informações do chip e que entrem em contato com outras pessoas por meio do celular para aplicar mais golpes. Recentemente, ganhou força, por exemplo, o golpe que criminosos se passam pelas vítimas para solicitar empréstimos pelo WhatsApp.

2. Quais informações são solicitadas pela operadora para bloqueio do celular? Para fazer o bloqueio completo do celular, podem ser solicitadas pela operadora informações como dados pessoais, número do

boletim de ocorrência e o IMEI, sigla utilizada para International Mobile Equipment Identity. Este último é um registro de identificação próprio de cada aparelho, que possibilita que o procedimento de bloqueio seja feito de forma mais ágil.

Caso o usuário não tenha o IMEI do aparelho registrado, é possível se precaver e obtê-lo discando o comando *#06# no telefone. O número é informado logo em seguida. Em casos de celulares com dois chips, inclusive, podem até ser mais de um. A recomendação é anotá-los em um lugar seguro e que possa ser acessado caso o celular seja roubado.

3. Onde registrar boletim de ocorrência de forma rápida?

Como se sabe, é imprescindível registrar boletim de ocorrência junto às autoridades policiais, ação que dá visibilidade ao crime, ajuda nas investigações policiais e permite, posteriormente, a identificação e as prisões de quadrilhas de criminosos. No Estado de São Paulo, é possível registrar ocorrência de forma online para parte dos crimes, como roubo e furto, por meio do site da Secretaria de Segurança Pública. Outros Estados também oferecem essa alternativa, mas também há a possibilidade de ir até uma delegacia.

4. É possível diminuir os limites para transferência por Pix?

Sim. Quando os golpes envolvendo Pix começaram a ganhar força, em meados do ano passado, a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) alertou que, desde abril de 2021, o usuário pode controlar seu limite no sistema de pagamento instantâneo, reduzindo ou aumentando o valor disponível para realizar transações. Para além de se precaver ao sair na rua, a medida é importante para auxiliar o cliente na gestão e controle de transações no Pix, mitigando riscos.

Como medida de segurança, o Banco Central fez uma série de mudanças no Pix em agosto do ano passado após os casos de roubo e sequestros relâmpago dispararem em São Paulo e outras capitais. Depois disso, o sistema de pagamentos que opera em tempo real passou a ter limite de R\$ 1 mil para operações entre 20 horas e 6 horas. Além do Pix, o limite também passou a ser aplicado em outras operações entre pessoas físicas, como compras pelo cartão de débito e em TEDs (Transferência Eletrônica Disponível).

Petrobras anuncia redução de 5,5% para preço do GLP a partir de hoje

AGÊNCIA ESTADO

A Petrobras informou ontem que o preço do Gás Natural Liquefeito de Petróleo (GLP) será reduzido em média em 5,5% a partir de hoje nas refinarias da estatal. O preço do quilo do GLP passa a ser de R\$ 4,23, informou a companhia. Em 11 de março, a Petrobras havia elevado o combustível em 16%, acompanhando a alta do preço do petróleo.

"Acompanhando a evolução dos preços internacionais e da taxa de câmbio, que se estabilizaram em patamar inferior para o GLP, e coerente com a sua Política de Preços, a Petrobras reduzirá seus preços de venda às distribuidoras", disse a empresa.

A gasolina e o diesel permanecem com os preços inalterados.

Com a queda, o gás de cozinha, de 13 quilos, passa a ser de R\$ 54,94 em média, refletindo redução média de R\$ 3,27 por 13 kg, segundo a Petrobras.

Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o botijão de 13 quilos era vendido na semana de 27 de março a 2 de abril



A PETROBRAS informou que o preço do Gás Natural Liquefeito de Petróleo (GLP) será reduzido em média em 5,5% a partir de hoje nas refinarias da estatal

ao preço médio de R\$ 113,63 no território nacional, com o preço mais alto atingindo R\$ 160.

"A Petrobras reitera seu compromisso com a prática de preços competitivos e em equilíbrio com o mercado, ao mesmo tempo em que evita o repasse imediato para os preços internos, das volatilidades externas e da taxa de câmbio causadas por eventos conjunturais", informou a companhia.

PREÇOS

A gasolina e o diesel permanecem com os preços inalterados. Com a queda, o gás de cozinha, de 13 quilos, passa a ser de R\$ 54,94 em média, refletindo redução média de R\$ 3,27 por 13 kg.

Cenoura sobe 166% em 12 meses e lidera aumentos

O ESTADO DE S. PAULO

Sete produtos, liderados pela cenoura, subiram mais de 50% no acumulado de 12 meses a ajudaram a puxar a inflação para cima no período. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que capta a inflação oficial no País, ficou em 1,62% em março, maior patamar para o mês desde 1994, e acumula alta de 11,3% no acumulado de 12 meses, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ontem.

Dos mais de 400 itens acompanhados pelo IBGE, a cenoura é a que ficou mais cara no acumulado de 12 meses: alta de 166,17%.

Os sete produtos seguintes no ranking são todos da área de alimentos e bebidas: tomate (94,55%), pimentão (80,44%), melão (68,95%), melancia (66,42%), repolho (64,79%), café moído (64,66%) e mamão (54,95%).

Dois combustíveis completam a lista de "top 10" dos produtos que mais subiram os preços no período: óleo diesel (46,47%) e gás veicular (45,54%). Os maiores impactos na inflação de março vieram justamente das áreas representadas acima: os setores de Transportes (que inclui combustíveis e representou 0,65 ponto porcentual do aumento) e Alimentação e bebidas (0,51 ponto). Juntos, os dois grupos contribuíram com cerca de 72% do IPCA do mês passado.

Com inflação em alta, Selic pode chegar a 13,5% em 2022

O ESTADO DE S.PAULO

O galope da inflação em março, que atingiu 1,62%, a maior taxa em 28 anos, e a perspectiva de um cenário turbulento dos preços para os próximos meses devem fazer com que o Banco Central (BC) suba ainda mais a taxa básica de juros neste ano.

Nas contas do economista-chefe da consultoria MB Associados, Sergio Vale, a Selic deve chegar em 2022 a 13,5% para conter as expectativas inflacionárias para 2023, que são crescentes. "Não vai bastar subir a Selic para 12,75%. Será preciso subir mais do que isso", prevê.

Vale acha difícil que o BC

Michelle começa a ir nas agendas de Bolsonaro

ESSTADO DE MINAS

O presidente Jair Bolsonaro (PL), afirmou que vai levar a primeira-dama Michelle Bolsonaro para uma série de agendas fora de Brasília. Ontem, ela acompanhou o chefe do Executivo durante agenda no Rio Grande do Sul.

Em discurso durante uma visita às obras da Unidade de Radioterapia da Santa Casa de Bagé, o presidente falou sobre o assunto.

"É a primeira vez que ela sai comigo de Brasília. Com toda certeza, outras vezes, ela me acompanhará, que isso abrilhanta realmente o evento e nos traz mais tranquilidade", disse.

A decisão de levar a primeira-dama nas viagens foi feita pelo núcleo que define a estratégia eleitoral do presidente. De acordo com eles, Michelle cativa o público feminino, no qual Bolsonaro tem a maior rejeição.

Ontem, Michelle também discursou e repetiu o slogan do chefe do Executivo federal: "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos".

consiga trazer a inflação para a meta de 3,25% no ano que vem, especialmente porque a autoridade monetária está sozinha no combate à inflação. Hoje o BC não conta com a ajuda da política fiscal para segurar os preços e é muito provável que esse quadro se repita em 2023. A seguir, os principais trechos da entrevista.

CENÁRIO

Economista acha difícil que o BC consiga trazer a inflação para a meta de 3,25% no ano que vem.

Lula e Alckmin selam acordo, mas segmentos no PT ainda resistem

O ESTADO DE S.PAULO

O acordo que selou a aliança para o ex-governador Geraldo Alckmin (PSB) ser vice na chapa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Palácio do Planalto, ontem, não interrompeu o processo de "caça às bruxas" instalado no PT. Nos bastidores do partido, há críticas à coordenação da campanha e preocupação com deslizes verbais de Lula, que, nos últimos dias, deram munição para adversários, principalmente aos aliados do presidente Jair Bolsonaro.

Lula tentou consertar afirmações em defesa do aborto e explicar a declaração na qual incentivou que sindicalistas batessem à porta das casas de deputados e de seus parentes para cobrar votações. Mas o desgaste já estava feito, tanto que o bombardeio nas redes sociais continua. Além disso, a equipe de Bolsonaro prepara um material com todas as polêmicas frases de Lula para divulgar no início da campanha oficial, em agosto.

Alckmin preferiu o silêncio. Ao ser indicado ontem, pelo PSB para fazer dobradinha com Lula, o ex-

tucano afirmou que a hora é de "generosidade, grandeza política e união" e disse estar disposto a somar esforços para a "reconstrução" do País. "Temos hoje um governo que atenta contra a democracia e as instituições", destacou.

Lula, por sua vez, observou que Alckmin entrava para o time dos "companheiros", embora uma ala do PT tenha críticas à indicação. Por uma questão de formalidade, o casamento passará pelo crivo do Diretório Nacional do partido, na próxima quarta-feira, 13, mas a chance de veto da aliança é zero.

Não foi à toa que, no começo de seu discurso, ao lado de Alckmin, Lula elogiou a presidente do PT, Gleisi Hoffmann. Fez uma espécie de desagravo a ela. A deputada é alvo de "fogo amigo" até mesmo em sua própria corrente, a Construindo um Novo Brasil (CNB).

Em 2019, antes da pandemia de covid-19, uma ala do PT tentou encurtar o mandato de Gleisi à frente do partido. O grupo não queria que ela conduzisse a campanha deste ano. Argumentava que a deputada levava o PT para uma linha radical e de isolamento e não tinha jogo de cintura político.

PONTO DE VISTA

Túlio Ribeiro

Os riscos de uma recessão global

Após a economia mundial encontrar uma curva de ascendente com superação da pandemia do COVID-19, uma lista crescente de riscos está obscurecendo as perspectivas econômicas — embora a maioria dos economistas ainda acredite que uma recessão este ano seja relativamente improvável.

Certamente a guerra na Ucrânia, as sanções da Rússia, as políticas de "zero COVID" da China, o aumento da inflação e os aumentos de juros do Federal Reserve dos Estados Unidos devem prejudicar o crescimento em 2022. As questões por certo apontam uma deterioração das condições e escolhas políticas mal avaliadas podem levar a economia global de uma desaceleração para uma contração.

"As recessões são incrivelmente difíceis de prever, e mesmo bons analistas, como o Fed, só sabem que estamos passando por uma recessão quando estamos em uma, não antecipadamente", Tara Sinclair, professora de economia da Universidade George Washington em Washington, DC, alertou esta semana. "Em geral, os

formuladores de políticas sustentam as recessões em suas previsões e se concentram em prever a economia em tempos normais."

Na principal potência do mundo, o Federal Reserve enfrenta a delicada tarefa de resfriar a inflação, que está na máxima de quatro décadas, sem elevar as taxas de forma tão acentuada que provoque uma recessão. Historicamente, o banco central tem lutado para realizar tais "aterrissagens suaves" — a maioria dos economistas argumenta que só o fez uma vez, em 1994, quando o então presidente Alan Greenspan supervisionou a duplicação da taxa de referência sem matar o crescimento econômico.

A redução da aceleração na maior potência mundial registrou sua inércia mais rápida em décadas no ano passado, repercutiria globalmente, ameaçando reverter o crescimento apenas dois anos depois que a economia mundial encolheu 4,3% devido à pandemia. Foi quando Bill Dudley, ex-presidente do Federal Reserve Bank de Nova York, alertou que uma recessão era agora "praticamente inevitável", já que o

Federal Reserve esperou muito tempo para apertar a política.

O presidente do Fed dos EUA, Jerome Powell, que deve supervisionar pelo menos seis aumentos de juros este ano após um aumento de 0,25 ponto porcentual no mês passado, insistiu que o banco central pode "mais provavelmente" alcançar um pouso suave.

Neste caminho de atenção e alerta nas últimas semanas foi a inversão da curva que traça os rendimentos dos títulos do Tesouro dos EUA de curto e longo prazo — uma indicação de que os investidores estão ficando pessimistas sobre as perspectivas de curto prazo da economia. Esta é uma curva de rendimento invertida, que ocorre quando os investidores trocam ações por títulos menos arriscados, precedeu todas as oito recessões americanas desde 1955, embora os prazos entre uma inversão e uma desaceleração tenham variado entre meses e anos.

Campbell R Harvey, professor da Fuqua School of Business da Duke University, pioneiro no uso da curva de juros para prever recessões, registrou que a curva não aponta para uma crise embora alertasse que há um risco real de recessão e concordou com os críticos que dizem que o Fed tem sido muito lento para agir sobre a inflação. "Eles têm um problema difícil, eles deixaram muito tar-

de? sim. Eles estão se arrependendo de todo o QE [flexibilização quantitativa] que fizeram? Sim." E destacou. "É um risco real? Obviamente é."

Neste contexto, os economistas do Goldman Sachs recentemente colocaram as chances de uma recessão nos EUA no próximo ano em 20% a 35%.

"O estímulo de infraestrutura de Biden vai entrar em ação", disse Tim Harcourt, economista-chefe do Instituto de Políticas Públicas e Governança da Universidade de Tecnologia de Sydney. "Pode não salvar os democratas no meio do mandato, mas pode salvar a economia. A economia da China será atingida pela nova paralisação de Xangai."

Conclusivamente, mesmo que as economias tenham resistido à guerra na Ucrânia e às sanções contra a Rússia relativamente bem até agora, a possibilidade de escalada e medidas mais punitivas permanecem como fatores de risco nos próximos meses. Está aí a possibilidade de contaminação global por exatamente a perda dos limites para estancar uma guerra que parece decididamente caminhando para a vitória russa.

* Túlio Ribeiro é economista, mestre em história e doutor em política estratégica.

Procura por refeição barata cresce devido aos altos preços

Devido ao aumento dos alimentos, a busca por restaurantes populares tem se tornado um alívio

DAVI VALADARES
ESTAGIÁRIO

Com o desemprego em alta e os preços dos alimentos não parando de subir, a quantidade de pessoas em busca dos restaurantes populares para poder fazer refeição tem sido crescente. Quem passa diariamente em frente aos estabelecimentos consegue notar filas desde das primeiras horas da manhã. As pessoas em situação de rua, que costumavam ser o principal espaço com famílias em extrema vulnerabilidade social e idosos com baixa renda. Em Salvador são servidas diariamente em média 6 mil refeições para a população. Os equipamentos são geridos pela prefeitura e pelo governo do estado.

“O serviço dos restaurantes populares tem sido fundamental para assistir a população em vulnerabilidade social em

toda a pandemia. São oferecidas gratuitamente refeições de extrema qualidade, ricas do ponto de vista nutricional e muito saborosas nos nossos equipamentos de Pau da Lima e São Tomé de Paripe. Continuaremos dando todo suporte para garantir a segurança alimentar dessas famílias que tanto precisam do nosso apoio”, disse o secretário de Promoção Social e Combate à Pobreza de Salvador, Kiki Bispo.

Existem no total quatro restaurantes populares em Salvador. Desses, dois são administrados pela Prefeitura de Salvador, um em São Tomé de Paripe e outro em Pau da Lima, e dois são geridos pelo Governo do Estado, localizados nos bairros do Comércio e Liberdade. Nos equipamentos da prefeitura são oferecidas de forma gratuita 1000 refeições diárias. Os clientes são pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social ou em situação de rua, geralmente de bairros próximos aos equipamentos



Foto- Romildo de Jesus

APOIO

População de extrema vulnerabilidade e idosos têm acesso às refeições por apenas R\$ 1

de Pau da Lima e do subúrbio, que estão em insegurança alimentar.

“Houve um acentuado aumento na procura pelos serviços do restaurante no

início de 2021, o que levou a Prefeitura a aumentar a oferta de refeições de 350 a para 500 em cada restaurante. Apesar da procura ter diminuído nos

últimos meses, a Prefeitura manteve o quantitativo ofertado e, considerando a crise econômica gerada pela pandemia, também manteve a gratuidade na

cobrança”, acrescentou o titular da pasta social.

PREÇO SIMBÓLICO

Como destacado, a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia (SJDHDS) mantém duas unidades do Restaurante Popular na capital. Em 2021, com a pandemia, os equipamentos ofertaram 1.226.260 refeições. Foram R\$ 7.459.321,75 investidos. Neste ano, já foram ofertadas 212.635 refeições, com um investimento de R\$ 1.403.384,55.

Em ambos os restaurantes, o usuário paga o valor simbólico de R\$ 1,00 pela refeição. As crianças menores de 05 anos são atendidas gratuitamente. Os Restaurantes Populares fornecem em média 5 mil refeições por dia, sendo 2.645 na unidade Comércio e 2.300 na unidade Liberdade. Atualmente os perfis dos atendidos são famílias inteiras, desempregados, jovens e idosos.

ALERTA

Acidentes de trabalho crescem 470% na Bahia

DAVI VALADARES
ESTAGIÁRIO

Os dados do mercado de trabalho no Brasil são preocupantes. Desemprego em alta, salário diminuindo e o número de acidentes de trabalho em crescimento. Na Bahia, por exemplo, segundo dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Sistema Único de Saúde (SUS) foram registrados 39.037 acidentes de trabalho no estado de 2010 a 2021. O número saltou de 1.133 casos em 2010, para 6.469 no ano passado, um crescimento de 470% no período. Conforme os dados, Salvador lidera o ranking de acidentes de trabalho no estado.

“Esses acidentes, com sequelas temporárias ou permanentes, geram altos custos sociais para os trabalhadores e suas famílias, assim

como para o SUS, a Previdência Social e as empresas, impactando diretamente no desenvolvimento econômico social do país e do estado da Bahia”, destacou o professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Cleber Cremonese. Na capital baiana, foram 12.382 acidentes entre os anos de 2010 e 2021, o que equivale a 32% do total registrado na Bahia.

Segundo o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), os pedreiros representam o primeiro ramo de atividade mais vulnerável para acidentes de trabalho no estado (9,6%). Em seguida vem agricultores (8,3%) e soldados (8,1%). Em relação à classificação dos trabalhadores por grupos mais amplos, 40% dos acidentes foram registrados na área de produção de bens e serviços, seguidos pela agro-

pecuária (16%). O levantamento também descreve o perfil da maioria das vítimas desses acidentes em todo o estado. São pessoas entre 30 e 39 anos (29%), que trabalham na informalidade (37,5%) e do sexo masculino (86%).

MORTES

Dados preocupantes apontam também um crescimento no número de mortes em decorrência dos acidentes. O Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do SUS aponta que 34.683 pessoas morreram por acidentes de trabalho no Brasil entre 2010 e 2019. Na Bahia, foram 1.750 casos fatais (5%) no mesmo período. Em Salvador, foram registradas 195 mortes, sendo 92% de trabalhadores homens.

Segundo a Previdência Social, que registra apenas os acidentes ocorridos com

trabalhadores segurados com vínculos pela CLT, 81% dos casos foram dos chamados acidentes típicos (o que ocorre na execução do trabalho) e 19% de acidentes de trajeto (o que ocorre no percurso da residência para o trabalho ou vice-versa). De 2018 a 2020, o órgão registrou um total de 31.552 acidentes de trabalho entre os segurados, sendo 69% das vítimas homens e 31% mulheres.

CONSCIENTIZAÇÃO

Para conscientizar a população sobre os riscos desses acidentes, será lançada na próxima segunda-feira (11), às 14 horas, no Salvador Shopping, a campanha “Acidentes de trabalho: é urgente evitar!”. A ação é promovida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), em parceria com o Instituto de Saúde Coletiva da UFBA e a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab).

Hospital Regional da Chapada bate recorde de cirurgias e exames

Empenho, dedicação e trabalho de excelência. Essa vem sendo a fórmula de sucesso utilizada pela equipe do Hospital Regional da Chapada, em Seabra, para aumentar o atendimento à população de municípios da Chapada Diamantina. Somente nos primeiros três meses de 2022, a unidade administrada pela Fundação Fabamed registrou números recordes de atendimentos ambulatoriais, exames e cirurgias.

Ao todo, no período entre janeiro e março foram feitos mais de 8 mil exames entre ambulatoriais e de imagem, além de 758 cirurgias entre ortopédicas e gerais. Destas, 227 foram ortopédicas e 531 destinadas a pacientes que necessitavam de outros tipos de atendimentos cirúrgicos. Inaugurado em 2017 e referência para 11 cidades

da região, o HRC oferece atendimento de urgência e emergência 24 horas, centro de bioimagem e cirúrgico, ambulatório, dentre outros.

Diretor médico da unidade, Everson Matt destaca que o hospital também realiza procedimentos eletivos e atende pacientes cadastrados no sistema Lista Única do Governo do Estado. “Nós temos um serviço de urgência e emergência onde dispomos de cirurgião-geral, anestesista e ortopedista dando suporte 24 horas para Seabra e os municípios pactuados. Associado a esse serviço, temos o ambulatorial, onde realizamos a triagem e as cirurgias eletivas. Seguimos aumentando o número de cirurgias realizadas a cada dia para zerar a lista de pacientes que estavam aguardando em virtude das restrições impostas pela pandemia da Covid-19”, explica.

Saiba como aliviar os diversos desconfortos provocados pela TPM

O período de tensão pré-menstrual pode trazer muitos desconfortos para a mulher. Pensando nisso, a Pantys, primeira marca de calcinhas absorventes da América Latina e única clinicamente testada do mundo, lança, em parceria com a Desinchá, marca referência em chás e bem-estar do Brasil, coleção inédita de chás voltados para as fases do ciclo da mulher. Com dois blends formados por ingredientes selecionados, a novidade trará opções especiais para cada momento. Disponível no e-commerce e lojas físicas de ambas as empresas, será possível adquirir o lançamento.

A novidade é voltada para

o equilíbrio de todos que menstruam. Produzido com ingredientes naturais, auxiliam proporcionando saúde, autocuidado e bem-estar em todas as fases do ciclo. “Estamos super felizes com essa parceria. Acreditamos muito na união de marcas e há algum tempo desejávamos uma parceria que proporcionasse para todos que menstruam um momento de conexão com os ciclos. O Chá Fases é um produto voltado para o autocuidado e para a beleza natural, apoiando o ciclo feminino e as mudanças hormonais que ocorrem no dia a dia, deixando o ciclo mais leve”, conta Maria Eduarda Camargo, sócia-fundadora da Pantys.

Instituto dos Advogados da Bahia elege novo presidente

Foi eleito como Presidência do Instituto Dos Advogados da Bahia (IAB), o advogado Antônio Menezes Filho. Ele é graduado em Direito pela Univer-

sidade Federal da Bahia e tem mais de quatro décadas de atuação na advocacia. Além disso, é o atual Ouvidor Geral da Ordem dos Advogados da Bahia (OAB-BA) e vice-presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, na região Nordeste.

Menezes Filho foi eleito integrando a chapa “IAB Unido e FORTE”. Além dele, a diretoria do órgão é composta pela Vice-Presidente, Jovani de Aguiar Ribeiro Pereira, pela Diretora Secretária, Cláudia Maria de Amorim Viana, pelo Diretor Tesoureiro, Lucas Failace Castelo Branco, pelo Diretor de Estudos de Legislação, Doutrina e Jurisprudência, Ricardo Maurício Freire Soares, e pela Diretora de Cursos e Difusão, Christiane Moraes Gurgel. O mandato será de três anos.

Rui assina ordem de serviço para pavimentação da BR-122

O município de Cafarnaum recebeu a visita do governador Rui Costa, nesta sexta-feira (8), para a entrega de obras e autorização de novas intervenções. Destaca para a pavimentação da BR-122, entre o entroncamento da BA-052 (Morro do Chapéu), Cafarnaum e o entroncamento da BA-434 (distrito de Segredo, em Souto Soares), que teve ordem de serviço assinada pelo governador. A obra, de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura do Estado (Seinfra), receberá um investimento de mais de R\$ 70 milhões e vai beneficiar 119 mil habitantes de Cafarnaum, Mulungu do Morro, Morro do Chapéu, Souto Soares, Iraquara e Várzea Nova.

O governador também assinou ordem de serviço para implantação do sistema de abastecimento de água da localidade de Cigana e deu

o fornecimento de energia para a população.

De acordo com os relatórios oficiais, o reservatório da usina de Furnas terminou o mês de março acima de 80% do volume útil. Até a hidrovía Tietê-Paraná, que teve suas operações interrompidas por setes meses, já foi retomada. Em 2014, a hidrovía já havia tido suas atividades interrompidas por 20 meses.

A volta das chuvas, aliada às medidas adotadas pelo Governo, permitiu a redução do consumo de energia das termelétricas, considerada bem mais cara. Essa decisão e o aumento da produção das hidrelétricas e das fontes eólica e solar, os custos serão menores durante o próximo período seco, que vai de maio a novembro. Tudo isso se traduzirá em menores tarifas para os consumidores.

Mutirão de aplicação das 2ª, 3ª e 4ª doses contra Covid-19

Salvador terá mais um mutirão de aplicação de doses complementares da vacina contra a Covid-19 neste sábado (9), das 8h às 13h. A 2ª dose será direcionada exclusivamente para jovens que estiverem com o nome na lista do site da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), no endereço www.saude.salvador.ba.gov.br. Também devem estar com o nome no site as pessoas com 80 anos ou mais e indivíduos imunossuprimidos, para terem acesso à 4ª dose do imunizante.

Já a 3ª dose de adultos será na modalidade “Liberou Geral”, contemplando residentes de Salvador ou de qualquer cidade baiana. O único requisito para moradores fora de Salvador é ter o Cartão SUS vinculado a algum município do estado da Bahia, além de apresentar, obrigatoriamente, original e cópia do cartão de vacina, carteira nacional de vacinação digital (ConectSUS) atualizado, documento de identificação com foto e comprovante de residência do município do Estado da Bahia.

Tribuna da Bahia

Rua Djalma Dutra 121, Sete Portas Salvador Bahia - CEP 40.255-000

FUNDADOR: ELMANO SILVEIRA CASTRO. EM 21 DE OUTUBRO DE 1969

Conselho Editorial

Presidente
Antônio Walter Pinheiro

Vice-Presidente
Marcelo Sacramento

Diretor de Redação
Paulo Roberto Sampaio

Propriedade:
Site-Editora

REDAÇÃO

Secretário de Redação.....Gerson Brasil
Chefe de Reportagem.....Leidiane Brandão
Editora de Cidade.....Tatiana Ribeiro

Editor de Política.....Guilherme Reis
Editor Raio Laser.....Raul Monteiro
Editor de Esportes.....Luiz Britto

Gerente Comercial
Ricardo Paiva

Gerente Administrativo Financeiro
José Carlos do Carmo

e-mail: tribuna.tribuna@terra.com.br

As informações nacionais e internacionais são fornecidas pela Agência Folha Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião do jornal

Assinatura Anual R\$560,00 - Semestral R\$280,00 - Trimestral R\$140,00

Coluna **ESPLANADA**

POR LEANDRO MAZZINI E WALMOR PARENTE
E COM CAROLINA FREITAS E SARA MOREIRA



ARTICULADOR

Presidente nacional do PSD, o ex-prefeito Gilberto Kassab amarga revezes para lançar candidato à Presidência da República, mas não se pode negar que sua articulação tem fortalecido o PSD nos Estados. O mais 'mineiro' dos paulistas trabalha chapas nos maiores colégios eleitorais, como São Paulo, Minas Gerais e Bahia. O PSD pode eleger bancadas fortes por onde passam canetas de governadores e presidente.

Negativas

Kassab recebeu três negativas - de Rodrigo Pacheco (PSD-MG), Eduardo Leite (PSDB-RS) e Paulo Hartung (Sem partido) -, mas insiste na busca de um nome para a disputa presidencial.

Consórcio

O PL e o Republicanos travam disputa para indicar o vice na chapa do presidente Jair Bolsonaro. Os partidos compõem consórcio na base com o Progressistas.

Equação

A equação é simples: quem tiver a vice indica ministérios em eventual novo governo. O general Braga Netto (PL) encontra oposição discreta do Republicanos, patrocinada pela forte bancada evangélica.

Quadrinhos da PF

A Federação Nacional dos Policiais Federais elaborou material educacional para apresentar às crianças os valores da corporação. O projeto começou na gestão de Luís Boudens e estreia na do novo presidente, Marcus Firme. A "Turma Federal" conta com Lana, Guto e Tatá, crianças inconformadas que se unem para combater os inimigos do Brasil.

Didatismo

São histórias em quadrinhos e desenhos animados. Num Brasil onde se idolatra o bandido em alguns casos, o didatismo da Fenapef exalta o lado do bem. "Queremos que as crianças gostem dos policiais federais, torçam por nós, vejam a gente como parte da vida delas", explica Firme.

Família

Ex-assessora pagada de Magno Malta alçada a ministra, Damare Alves aposta no voto da família tradicional para vencer a disputa ao Senado.

Turmas

Novo ministro do MEC, Victor Godoy é conhecido pelo Centrão como "capitão do mato" do ex-chefe. Fazia tudo que Milton Ribeiro mandava. Como vivia às turmas

Jorge Paulo Lemann diz que Brasil terá 'novo presidente' em 2023

O ESTADO DE S. PAULO

O bilionário e megainvestidor Jorge Paulo Lemann afirmou, neste fim de semana que as eleições de outubro levarão "um novo presidente" ao poder no ano que vem. Em um painel da BrazilConference, ele foi questionado sobre seus planos e metas para 2023. Na resposta, disse desejar que o País melhore seu sistema de educação e sinalizou que espera mudanças no Executivo: "Temos uma eleição em curso no Brasil e teremos um novo presidente".

O empresário acrescentou que, em sua visão, o avanço da educação no País deve ser prioridade nas próximas décadas. Ele é cofundador da Fundação Estudar. "Mais brasileiros devem ser hábeis a participar da economia, de startups e de serem competitivos diante do mundo", afirmou.

Com as mudanças no modelo de trabalho impostos pela pandemia da covid-19, que obrigou a maioria dos escritórios a adotarem o trabalho remoto, Lemann avalia que aos poucos as companhias vão se ajustar ainda mais ao modelo.

Tribuna da Bahia

Rua Djalma Dutra 121, Sete Portas Salvador Bahia - CEP 40.255-000

FUNDADOR: ELMANO SILVEIRA CASTRO. EM 21 DE OUTUBRO DE 1969

Conselho Editorial

Presidente
Antônio Walter Pinheiro

Vice-Presidente
Marcelo Sacramento

Diretor de Redação
Paulo Roberto Sampaio

Propriedade:
Site-Editora

Diretoria: 3322-6959
Redação: 3321-2161
Publicidade: (71) 3322-6377
Fax: (71) 3321-5322
Assinatura: (71) 3322-7266

Representações:
Feira de Santana: (75) 3623-6141/5728
Brasília - DF 61 3543-0071 / 3253 5051
São Paulo - SP Tel.: (11) 2985.9444
Norte/Nordeste Tel.: (85) 3264-0406

Secretário de Redação.....Gerson Brasil
Chefe de Reportagem.....Leidiane Brandão
Editora de Cidade.....Tatiana Ribeiro

Editor de Política.....Guilherme Reis
Editor Raio Laser.....Raul Monteiro
Editor de Esportes.....Luiz Britto

Gerente Comercial
Ricardo Paiva

Gerente Administrativo Financeiro
José Carlos do Carmo

e-mail: tribuna.tribuna@terra.com.br

Assinatura Anual R\$560,00 - Semestral R\$280,00 - Trimestral R\$140,00

Presidente repete antecessores e aposta em pacote de R\$ 160 bilhões

O GLOBO

Ao lançar mão de um "pacote de bondades" com impacto até o momento de R\$ 160 bilhões na economia, o presidente Jair Bolsonaro (PL) mira o bolso dos brasileiros para elevar a popularidade no ano eleitoral. A estratégia, que passa pelo aumento da renda e estímulos econômicos de curto prazo, visa ainda a atender a segmentos da população em que seu desempenho nas pesquisas de intenção de voto é pior, como o eleitorado de menor renda e as mulheres. O modelo não é novo: antecessores do atual ocupante do Palácio do Planalto também abriram os cofres às vésperas da eleição e, como resultado, colheram melhorias na avaliação das próprias gestões.

No caso de Bolsonaro, os efeitos já começam a aparecer: a pesquisa Datafolha de março mostrou redução da reprovação ao presidente, de 53% para 46%. O carro-chefe da estratégia para o pleito de outubro é o Auxílio Brasil. O programa, que substituiu o Bolsa Família no ano passado, elevou os gastos com transferência de renda de R\$ 35



O PRESIDENTE Jair Bolsonaro (PL) mira o bolso dos brasileiros para elevar a popularidade no ano eleitoral

bilhões para R\$ 91 bilhões anuais.

Outros exemplos são os cortes de tributos — como os federais sobre diesel —, o saque de R\$ 1.000 do FGTS para trabalhadores com carteira assinada, o vale-gás, o crédito para mulheres empreendedoras e caminhoneiros, a liberação de empréstimo consignado para beneficiários do Auxílio Bra-

sil e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a redução do custo com a conta de luz após a antecipação do fim da taxa extra. Em outra frente, o governo estuda reajustar salários de servidores e a tabela do Imposto de Renda.

O impacto fiscal das principais medidas chega a R\$ 86 bilhões, mas boa parte das ações anunciadas

não deve afetar as contas públicas, a exemplo do saque do FGTS, cujos recursos são dos trabalhadores. O maior volume vem das renúncias com a isenção de tributos federais sobre o diesel (R\$ 20 bilhões) e o corte de 25% do IPI (R\$ 20 bilhões, metade nas receitas de estados e municípios), possíveis porque houve aumento de receitas decorrente da inflação.

Governo abandona obras paradas e anuncia novas escolas

AGÊNCIA O GLOBO

Apesar da falta de recursos para terminar 3,5 mil escolas em construção há anos, o Ministério da Educação (MEC) autorizou a construção de outras 2 mil unidades. Bom para mostrar no palanque de campanha, o projeto não tem recursos previstos no orçamento, o que deve aumentar o estoque de escolas não entregues pelo governo e esqueletos de obras inacabadas. Mesmo assim, os colégios já são anunciados por deputados e senadores aos seus eleitores.

O esquema de "escolas fake" tem como base o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), controlado pelo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, por meio de um apadrinhado. O fundo precisaria ter R\$ 5,9 bilhões para tocar todas as novas escolas contratadas. Com o orçamento atual, leva-

ria 51 anos para isso. Ao priorizar obras novas em detrimento das iniciadas, o governo fere leis orçamentárias.

Em publicação em seu Instagram, o deputado Zé Mário (MDB-GO) diz aos seus seguidores que conseguiu R\$ 6,93 milhões para construir uma escola rural no interior do município de Morrinhos, em Goiás. "Recurso viabilizado junto ao FNDE", escreveu, com uma foto sua em que aparece sorridente. Na verdade, o governo liberou apenas R\$ 30 mil e não há previsão orçamentária de que o restante do valor sairá. "Eu não tenho como iniciar uma obra desse valor", disse o prefeito Joaquim Guilherme (PSDB). "Com esse pequeno empenho que foi feito aí?"

Correligionário de Ciro Nogueira, o deputado Vicentinho Junior (Progressistas-TO) disse aos seus eleitores nas redes sociais que conseguiu R\$ 209 milhões para construção de 25 escolas, 12 creches e 3 quadras.

PONTO DE VISTA

Inaldo da Paixão Santos Araújo

Os encantos da Baía e a primeira vez em Caboto

Bahia é um estado maravilhoso! Qualquer adjetivo empregado para qualificar esse estado-continente jamais abarcará todos os encantos e belezas com que o Criador presenteou os que aqui vivem. Caboto, sem sombra de dúvidas, é uma dessas pequenas joias perdidas no tempo e no esquecimento daqueles que deveriam ter a obrigação de dele cuidar e de divulgar o que lá existe.

Em uma tarde de fevereiro,

tive o prazer de conhecer esse paraíso entranhado no Recôncavo baiano. É incrível que, em 57 anos de vida (bem vividos, acredito), não tenha visitado essa maravilha insculpida pela natureza. Banhado pelas águas da Baía de Todos-os-Santos, o Distrito de Caboto está localizado em frente à Ilha de Maré, a 65 km de Salvador e a 15 km da cidade de Candeias, da qual o distrito faz parte. Candeias é um dos municípios da Região Metropolitana de Salvador. Embora aquela cidade tenha uma Nossa Senhora como padroeira, continua sem a proteção dos homens. Mas já que é a hora do almoço, como canta Belchior, "deixemos de coisas, cuidemos da vida, senão chega a morte ou coisa parecida, e nos arrasta moço sem ter visto a vida".

Voltemos, pois, a Caboto. Trata-se de uma pequena vila de pescadores, habitada por pessoas de vida simples, que, em sua maioria, vivem da pesca e do turismo (precário), do comércio de bares e restaurantes modestos, que oferecem uma diversidade de pratos com

frutos do mar e outras iguarias, sem contar o visual paradisíaco.

Além das riquezas naturais, Caboto possui uma riqueza cultural baseada na história do Brasil Colônia. Fruto do estero marítimo que eventualmente seca na maré baixa, Caboto nasceu nas proximidades do Engenho Freguesia, tendo como sustento econômico o transporte de açúcar para a capital, um pequeno comércio e a pesca. Nesse sentido, os engenhos Freguesia e Caboto marcaram o florescimento da economia açucareira do Recôncavo baiano em todo o período colonial, sendo, inclusive, considerado como exemplo na década de 1560.

De acordo com o historiador Jair Cardoso, a região de Caboto foi uma das primeiras da Bahia e do Brasil a assistir ao florescimento da economia açucareira, onde tudo começou. Escravos trazidos da África pelos portugueses eram obrigados a trabalhar nos engenhos de cana-de-açúcar, rendendo, assim, lucro para os seus senhores. O distrito é herdeiro da antiga Freguesia, que, no passado, tinha duas irmandades: uma composta de negros e outra de brancos.

Caboto também dispõe de um museu. Em 3/1/1968, o governo do estado da Bahia criou o museu do recôncavo Wanderley Pinho para servir de sede e, em 1970, a casa-grande, a capela e o engenho foram restaurados pela superintendência

do Centro Industrial de Aratu e pelo departamento de edificações públicas do estado da Bahia, sob a orientação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para servir de sede ao novo museu, inaugurado em fevereiro de 1971. Não teve a oportunidade de conhecê-lo. Afinal, Caboto não é um lugar que se deve ter pressa em conhecer. Mas, com certeza, retomarei em breve para aprender um pouco mais da história desse local. Se o bom Deus assim o permitir, aqui escreverei sobre.

O distrito de Caboto oferece diversos acessos a ilhas e praias, a exemplo da Ilha de Maré (região pertencente a Salvador), da Prainha de Aratu, do Distrito de Passé, do subúrbio da Capital à beira mar e de outras localidades, cujo transporte é feito por barqueiros nativos da região. Mas, voltando à minha primeira vez em Caboto, confesso que, há muito, não sentia um prazer tão grande em apenas contemplar a oportunidade que a vida me deu de conhecer um local esplendoroso, habitado por gente simples e de beleza rara. Como já dizia Jorge Portugal e Roberto Mendes, "coisa que só se vê na Bahia".

Inaldo da Paixão Santos Araújo é mestre em Contabilidade. Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia. Professor da Universidade do Estado da Bahia. Escritor.

Trade turístico se mantém otimista para o feriado da Semana Santa

DAVI VALADARES
ESTAGIÁRIO

Com a flexibilização do uso de máscara na Bahia, a cadeia produtiva do turismo já olha para frente com a expectativa elevada. Para o feriado da Semana Santa, por exemplo, o setor espera um fluxo grande nas principais cidades do estado. Em Salvador, um dos destinos mais procurados pelos turistas de todo o Brasil, a movimentação deve ser maior do que a registrada no mesmo período do ano passado. O cenário da capital deve se repetir em cidades litorâneas como Imbassaí e Porto Seguro.

“Ficamos dois anos com baixíssima ocupação devido

à pandemia. Com uma maior flexibilização isso vai propiciar um aumento do fluxo de turistas no estado. A gente espera que a ocupação para este feriado fique acima do registrado no ano passado (55%). Atualmente Salvador está sendo bastante visitada e essa movimentação é fundamental para o setor. Nossa expectativa é que possamos terminar o ano com a ocupação próxima ao período de pré-pandemia”, projetou o presidente da Associação Brasileira de Indústria de Hotéis (ABIH-BA), Luciano Lopes. Conforme ainda o porta-voz dos hoteleiros, os turistas que vão vir para capital no feriado devem ficar de quatro a cinco dias na cidade.

Também se recuperando dos efeitos das restrições impostas pela pandemia de

Covid-19, o setor aéreo já vislumbra um cenário de retomada mesmo com a alta dos combustíveis. De acordo com a Decolar, plataforma de viagens, as buscas por passagens aéreas cresceram 80% em todo Brasil na comparação com o feriado de 2021. No levantamento mais recente da plataforma e que foi divulgado pela revista Veja, Salvador aparece como o quarto destino mais procurado para a data.

“O levantamento leva em consideração as rotas nacionais, partindo de doze estados em todas as regiões. Os destinos mais buscados pelos viajantes foram as capitais São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Recife (PE). Na sequência, aparecem Salvador (BA), Porto Alegre (RS), Fortaleza (CE) e Porto Segu-



Fotos- Romildo de Jesus

PROTOCOLOS

Com a flexibilização das restrições, trade acredita que fluxo de visitantes deve aumentar

ro (BA)”, informou a Decolar.

Para o presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens - Bahia (Abav-BA), Jean Paul Gonzé, o feriado da Semana Santa deve ser positivo para o setor de viagem. “A movimentação de Salvador está crescente. Acredito que para este feriado da Semana Santa o fluxo será bem elevado. A cidade de Salvador investiu muito no turis-

mo da cidade e isso atraiu muita gente. Então, nossa projeção é que o aumento da movimentação deste ano seja bem maior do que o do ano passado”.

FLEXIBILIZAÇÃO

Para atrair ainda mais turistas para a cidade, o prefeito de Salvador, Bruno Reis, flexibilizou ainda mais o uso das máscaras na capital

baiana. O uso do equipamento passou a ser facultativo em 14 tipos de espaços da capital, entre eles praia, parques públicos, parques temáticos e de Diversões e centros e espaços de convenções. Na última semana, o governador Rui Costa já havia decretado a suspensão da obrigatoriedade do uso de máscaras em ambientes abertos em toda a Bahia.

Número de casos ativos de Covid diminui em Salvador

DAVI VALADARES
ESTAGIÁRIO

O número de casos ativos de Covid-19 está em queda em Salvador. É o que mostram os últimos boletins epidemiológicos feitos pela Diretoria de Vigilância Epidemiológica em Saúde da Bahia (Divep-BA). O número de pessoas consideradas contaminadas e ainda em fase de transmissão do vírus, que era de 581 na última sexta-feira, dia 08, passou para 571 no último sábado, dia 09, e chegou a 561 ontem (10). No intervalo de sete dias, domingo retrasado e este último, a queda no número de casos ativos na capital foi de quase 200 pessoas.

“Essa queda é resultado da vacinação. Já temos um número significativo de pessoas vacinadas. Alguns já estão com a terceira dose e outros a quarta. Então, esses anticorpos, que perma-

necem por um ano no corpo, têm neutralizado o vírus. A pessoa vacinada pode, inclusive, nem saber que está com o vírus”, disse o pesquisador-chefe do Instituto Senai de Inovação em Sistemas Avançados de Saúde, o médico infectologista Roberto Badaró.

Conforme a Secretaria de Saúde de Salvador, até o momento, a capital aplicou 2.349.308 vacinas de primeira dose, 2.136.161 de segunda dose e 1.184.149 de dose de reforço. Em todo o estado, são 11.449.927 pessoas vacinadas com a primeira dose, 10.538.629 com a segunda dose ou dose única e 5.075.145 com a dose de reforço. Do público de 5 a 11 anos, 836.514 crianças já foram imunizadas com a primeira dose e 224.016 já tomaram também a segunda dose.

HOSPITALIZAÇÃO

A quantidade de pacien-

tes hospitalizados também está estabilizada nos últimos dias em Salvador. Segundo os indicadores da Secretaria Municipal de Saúde, a taxa de ocupação de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) adulto na capital está em 24%. Já na UTI pediátrica a taxa está em 73%. No total há em toda rede administrada pelo município ou conveniada junto a prefeitura 175 leitos de UTI adulta em funcionamento e 30 pediátrico.

“Quem ainda não tomou sua dose de reforço, faça sua parte pra gente continuar avançando e vencendo essa guerra contra o coronavírus”, destacou na semana passada no Twitter o prefeito Bruno Reis. Desde o início da pandemia até o momento, 294.045 casos de Covid-19 foram registrados e 8.621 pessoas morreram pela doença na capital.

ESTADO

Na Bahia pela primeira vez em dois anos foram registrados menos de mil casos ativos de covid-19. Segundo boletim divulgado no último sábado (9) pela Secretaria de Saúde da Bahia, o estado possuiu 953 casos ativos. A última vez que esse patamar havia sido registrado foi em 20 de abril de 2020, quando foram notificados 979 casos ativos.

A secretária da Saúde do Estado, Adélia Pinheiro, alertou que para que os números da doença continuem reduzindo é preciso o avanço da vacinação. “Cerca de 90% da população baiana com 12 anos ou mais já iniciaram o esquema vacinal, mas há muitas pessoas ainda em atraso para completar o esquema vacinal. São 4,1 milhões de pessoas que não buscaram os postos de saúde para tomarem a segunda dose ou a dose de reforço [terceira dose]”, afirmou.

CATOLICISMO

Semana Santa inicia com celebrações nas paróquias

CLEUSA DUARTE
REPORTER

Católicos de todo o mundo iniciaram ontem, domingo dia 10, a celebração dos mistérios da Paixão, morte e ressurreição de Jesus. Na Arquidiocese de Salvador, cada uma das 101 paróquias e as três diaconias, bem como as quase 700 comunidades, realizam até o próximo dia 17 (Domingo de Páscoa), programações especiais que podem ser conferidas diretamente com as secretarias paroquiais. Na Catedral Basílica do Santíssimo Salvador Igreja Mãe de todas as paróquias da Sé Primacial do país, no Largo do Terreiro de Jesus, as Celebrações estão sendo presididas pelo Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, Cardeal Dom Sérgio da Rocha, o Domingo de Ramos, foi realizado sem a

tradicional Procissão pelas ruas.

“Nós ainda não temos condições de cumprir com tudo o que é necessário para assegurar a saúde, preservar contágios, ainda que tenha melhorado a pandemia do coronavírus, graças aos cuidados que têm sido tomados e à vacinação. Não temos condições de realizar um evento de caráter arquidiocesano. Por isso que neste ano, cada paróquia realiza do modo possível a bênção e sua procissão de ramos. Esperamos sim que no próximo ano possamos realizar uma programação na Semana Santa com uma participação maior das pessoas”, disse o Cardeal Dom Sérgio da Rocha antes do início da Santa Missa do domingo de Ramos e Paixão do Senhor, realizada ontem às 10 horas na Catedral Basílica de Salvador.

As celebrações prosseguem ao longo desta semana na Catedral com a seguinte programação: na Quinta-feira Santa, 14, todo o clero da Arquidiocese de Salvador estará presente na Missa do Crisma e da Renovação das Promessas Sacerdotais também conhecida como Missa da Unidade, às 8h30; Já às 18h será celebrada a Missa da Ceia do Senhor e do Lava-pés; no dia 15 de abril, Sexta-feira Santa acontecerá a Liturgia da Paixão do Senhor, às 15h. No dia 16 de abril, Sábado Santo, ocorrerá a Vigília Pascal, às 18h. No Domingo de Páscoa, 17 de abril, na Ressurreição do Senhor a Santa Missa, ocorrerá às 10h.

“A bênção e celebração nos levam a olhar para Jesus e também para as pessoas que caminham conosco. A procissão ainda que breve

marca, esse 'caminhar juntos'. Nós ainda necessitamos muito do 'caminhar juntos', do encontro com o irmão, mas também do encontro com Deus. Sobretudo neste tempo de retomada da vida, dessa etapa da pandemia. Que possamos caminhar juntos confiando na presença de Deus, mas também convivendo fraternalmente com as pessoas”, disse o Cardeal Dom Sérgio da Rocha.

Outro motivo de olhar para Deus, segundo Dom Sérgio é para rezar pela paz no mundo, “precisamos da paz entre nós, da paz em nossos corações, em cada pessoa, em cada família, rezar pela paz nas ruas, Rede Sociais, mas para isso nós também precisamos ser promotores desta paz, ser instrumento da paz, acolhendo a paz que vem de Deus e compartilhando com os irmãos”.

Papa Francisco pede trégua durante Páscoa para alcançar paz negociada

POR ASSOCIATED PRESS

O papa Francisco abriu a Semana Santa com um apelo por uma trégua na Ucrânia durante a Páscoa, para abrir espaço para uma paz negociada. O pontífice destacou a necessidade de os líderes “fazerem alguns sacrifícios pelo bem do povo”.

Esta foi a primeira celebração da missa do Domingo de Ramos diante de multidões na Praça de São Pedro desde o início da pandemia. Francisco pediu que “deixem as armas para iniciar uma trégua de Páscoa, não para recarregar armas e retomar a luta, não! Uma trégua para alcançar a paz por meio de negociações reais”.

O papa não se referiu di-

retamente à invasão da Ucrânia pela Rússia, mas a referência foi clara. Ele denunciou, por repetidas vezes, a guerra e o sofrimento causados a civis inocentes. “Na verdade, que vitória seria essa, de quem fincar uma bandeira sob uma pilha de escombros?”, questionou.

Durante sua homilia no Domingo de Ramos, o pontífice também denunciou “a loucura da guerra” que leva as pessoas a cometerem “atos insensatos de crueldade”. “Quando recorreremos à violência.. perdemos de vista por que estamos no mundo e acabamos cometendo atos insensatos de crueldade. Vemos isso na loucura da guerra, onde Cristo é crucificado mais uma vez”.

Municípios: São João de Riachão do Jacuípe promete muita animação

PEDRO OLIVEIRA
REPÓRTER

“Com a filha de João/Antônio ia se casar/mas Pedro fugiu com a noiva/na hora de ir para o altar”. Esta e outras cantigas de roda são características marcantes do São João. Por isso que esses três Santos – Santo Antônio, São João e São Pedro, são os padroeiros dos festejos juninos no Nordeste do País. E é no mês de junho que o som da sanfona poderá ser ouvido em quase todo estado, e no município de Riachão do Jacuípe será melhor ainda, onde o fole vai gemer e a poeira levantar até o dia rair.

Com investimentos na

ordem de R\$ 1,7 milhões, o “Arraiá da Saudade” em Riachão do Jacuípe, na região Sisaleira, a 180 km de Salvador, promete ser um dos mais animados do interior da Bahia. A programação com seis dias de duração, 21, 22, 23, 24, 25 e 26 de junho, contará com shows consagrados de artistas do forró e sertanejo, como Calcinha Preta, Dorigival Dantas, João Bosco e Vinícius. Zezé di Camargo e Luciano, além de Murilo Hiff, Forró do Tico, Fulô de Mandacaru, Del Feliz, Romeu Cabaré, Ricardo o Rei do Bar, Raylan Sopalacio, Tayrone e Olivian Monteiros, além dos melhores grupos musicais formados por filhos da terra.

Com mais de 20 atrações convidadas, o arrasta-pé terá como palco das atenções, a Praça Landulfo Alves, um dos principais cartões postais da cidade. Nesta época do ano, o espaço se transformará em uma imensa cidade cenográfica - Arraiá da Saudade - local aonde serão realizados os shows musicais e os festivais de quadrilhas e de sanfoneiros. Devido a sua grandiosidade, o São João em Riachão, tem uma diversidade rítmica muito rica o que agrada todos os tipos de público que invadem a cidade para festejar o trio de santos. A expectativa da comissão organizadora é de que cerca de 300 mil pessoas passem pelo circuito da festa.

“A nação forrozeira não titubeia quando diz que esse será o São João do reencontro. Esperamos dois anos por este momento e não temos dúvida de que os festejos juninos no município será um dos mais animados da região sisaleira e um dos principais do interior da Bahia por conta da sua grandiosidade! Foi pensando dessa forma que construímos uma grade especial, com atrações a nível nacional, estadual, regional e local, e tenho certeza que irá agradar a todos os gêneros. A festa chega em boa hora para tirarmos esse atraso que a pandemia causou”, relata o prefeito Carlos Matos.

Para garantir a segurança e integridade do público pre-

sente, segundo o prefeito, haverá um esquema especial, envolvendo guarnições das polícias: Militar, Civil e Seguranças Particulares. “Além da cidade possuir boa rede hoteleira, a procura por casas para alugar, começa a ser procurada e a economia do município já se encontra movimentada. Estamos injetando incentivos no comércio local para aquecer as vendas. O evento além de atrair os filhos da terra que moram fora do domicílio, atrairá milhares de visitantes e turistas que gostam de curtir uma boa festa em família”, comenta Carlos Matos.

Ainda segundo o gestor, os recursos que estão sendo aplicados no São João deste ano,

são economias que o fez no início de seu governo para a festa de 2021, como a pandemia do coronavírus não permitiu, o dinheiro foi aplicado e promete não impactar no orçamento do município. “Antes dos artistas subirem ao palco, eles estarão com os seus cachês pagos. A festa também sofrerá algumas inovações no palco, estrutural e ganhará uma belíssima decoração junina. A programação será aberta no dia 21 de junho, com festival de quadrilhas e de sanfoneiros. Outro atrativo dos festejos em Riachão será a festa privada Forró da Mina, que costuma atrair milhares de foliões. A nossa grade fortalece a deles e vice e versa”, concluiu o prefeito.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 08/04/2022	Coluna: Economia



EM FEVEREIRO, CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL É PUXADO PELOS DERIVADOS DO PETRÓLEO (30,9%)



8 Abril, 2022

O crescimento da produção industrial da Bahia em fevereiro/22 frente a fevereiro/21 (4,4%) se deu por conta do avanço registrado pela indústria de transformação (5,8%), que voltou a crescer após 12 meses seguidos em queda e um mês de estabilidade. Por outro lado, a indústria extrativa do estado caiu pelo segundo mês seguido (-17,7%). Houve crescimento em 5 das 11 atividades da indústria de transformação investigadas separadamente na Bahia. A fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (30,9%) foi quem apresentou o avanço mais representativo para o resultado positivo do estado de uma forma geral, seguida pela fabricação de outros produtos químicos (3,7%).

O setor de derivados do petróleo tem o maior peso na estrutura industrial da Bahia e apresentou o seu sexto resultado positivo consecutivo, embora ainda acumule perda de 12,1% nos 12 meses encerrados em fevereiro. Em fevereiro, o maior crescimento absoluto entre as atividades da indústria de transformação, apesar de ter um peso menor na estrutura industrial baiana, foi o da fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (45,1%). Por outro lado, houve quedas em 6 das 11 atividades da transformação, sendo as mais relevantes na metalurgia (-45,6%) e na fabricação de produtos de borracha e de material plástico (-16,0%).

Mostrando a sexta retração consecutiva na comparação com o mesmo mês do ano passado e com a maior queda absoluta do estado em fevereiro, a metalurgia acumula recuo de 25,4% em 12 meses. Já a fabricação de produtos de borracha e de material plástico caiu pelo sétimo mês seguido, mas ainda apresenta avanço de 1,0% no acumulado dos últimos 12 meses.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 09/04/2022	Coluna: Economia



MINERAÇÃO BAIANA CONTINUARÁ COM AVANÇOS EM 2022



9 Abril, 2022

pela sua grande diversidade mineral, a Bahia também é uma importante produtora de ouro do país. O estado, atualmente, ocupa a quarta posição na produção desse metal, que apenas em 2021, gerou uma arrecadação de CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral) de mais de 30 milhões de reais, conforme dados da Agência Nacional de Mineração (ANM). A expectativa é que os números sejam ainda maiores em 2022 com o início das operações da Equinox Gold, em Santaluz.

Para este ano, a Equinox Gold estima uma produção de 70 a 90 mil onças de ouro, levando em consideração que se trata de um ano parcial de produção. A expectativa é que o projeto Santaluz produza anualmente 100 mil onças, o que equivale a mais de três toneladas de ouro. No final do mês de março, a empresa realizou a sua primeira fundição de ouro do circuito de resina e eluição, mais uma grande etapa da fase de comissionamento, iniciada em fevereiro, e da preparação para o início da operação e produção comercial do ouro.

“Parabéns à equipe de Santa Luz e aos contratados por alcançarem esse marco significativo. Concluir a construção com segurança, no prazo e no orçamento, apesar dos desafios adicionais da pandemia COVID-19, é uma prova do trabalho árduo e dedicação da equipe ao projeto. Também estamos comemorando a conquista de Três milhões de horas de trabalho sem perdas por acidentes”, destaca o CEO da Equinox Gold, Christian Milau.

Em mina de propriedade da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), a área tem potencial de expansão a partir de oportunidades de desenvolvimento subterrâneo e várias metas de exploração dentro do Greenstone Belt que se estende entre Santaluz e a Mina Fazenda, em Teofilândia. Para o presidente da CBPM, Antonio Carlos Tramm, o início das operações da Equinox Gold, na Bahia, será de grande importância para o desenvolvimento da mineração no estado e também para ampliar cada dia mais a importância da Bahia na produção nacional de ouro.

“A Bahia é um estado com uma grande diversidade mineral. Em 2021 registramos a produção de 43 tipos de minérios diferentes e sem dúvida o ouro tem um destaque muito importante. O início da produção trará resultados importantes para o nosso estado e ficamos ainda mais contentes porque tudo isso só foi possível graças ao trabalho árduo de pesquisa realizado pela CBPM, que hoje é a única empresa de estado, responsável por pesquisa mineral no país”, ressaltou Tramm.

Além do início da operação da mina em Santaluz, a ampliação da produção de ouro da Yamana Gold também impactará positivamente na produção baiana. Com a expansão, a Planta Metalúrgica, em Jacobina, passa a ter um aumento da sua capacidade de produção de 7.500 toneladas por dia para 8.500 toneladas por dia ainda em 2022.

Mineração baiana em desenvolvimento

Além da expansão na produção de ouro, a mineração baiana está se desenvolvendo e com a previsão de alcançar novos patamares ainda em 2022. O estado, que de acordo com dados na ANM, foi o que mais investiu em pesquisa mineral nos anos de 2019 e 2020 – levando em consideração investimentos públicos e privados – está colhendo os frutos de todo o trabalho desenvolvido nos últimos anos.

Um dos projetos que promete ganhar ainda mais destaque, devido à crise de fertilizantes no país, são os remineralizadores. A técnica consiste em aplicar ao solo rochas moídas compostas por minerais que contribuem para a melhoria da fertilidade do solo, possibilitando seu rejuvenescimento. Empresas baianas já atuam no mercado e essa pode ser uma boa alternativa para diminuir a dependência brasileira da importação de fertilizantes e também uma boa opção para a destinação dos resíduos da mineração.

Além dos remineralizadores, os investimentos na Bahia crescem a cada dia, seja na ampliação e tecnologia do processo produtivo. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), mais de 70 bilhões estão previstos para serem investidos durante o período de 2021 a 2025. Alguns dos investimentos em execução e previstos são em melhorias nos projetos já existentes para o aumento da produção e também na implantação de novas áreas produtoras.

Um dos exemplos é a Largo, produtora de vanádio no município de Maracás, que divulgou um plano de investimentos na Bahia, até 2032, na ordem de U\$\$590 milhões. Grande parte do orçamento (U\$\$360 milhões) será destinado à construção de uma fábrica de pigmentos de titânio, a ser instalada no Pólo Industrial de Camaçari. A outra parte (U\$\$230 milhões) será utilizada na expansão da produção de vanádio para baterias, das atuais 12 mil toneladas, por ano, para 15.900 toneladas, a partir de 2030, com boa parte dessa produção voltada para o segmento de baterias dos veículos elétricos (EV).

Outro destaque, é a Ero Brasil, antiga Mineração Caraíba, produtora de Cobre nos municípios de Jaguarari, Juazeiro e Curaça, que investirá US\$ 94,5 milhões para expansão de capacidade e melhoria de operações; Engenharia (obras), máquinas e equipamentos para aprofundamento das minas subterrâneas de Pilar e Vermelhos; E a reabertura da mina a céu aberto de Surubim. A Ero Brasil ainda indica investimentos adicionais em pesquisa mineral no Vale do Curaça: de US\$ 35 milhões/ano.

No entanto, além dos investimentos na produção, a logística também é essencial para o desenvolvimento não apenas do setor, mas da economia baiana como um todo. Com o avanço das obras da Fiol (Ferrovia de Integração Oeste-Leste), que tem previsão de conclusão para 2026, as perspectivas do setor para os próximos anos são, ainda, mais animadoras, principalmente por viabilizar o transporte de cargas como o minério de ferro para o Porto Sul em Ilhéus, que também está em construção.

De acordo com o presidente da CBPM, Antonio Carlos Tramm, todos esses avanços e investimentos irão colocar a mineração baiana em um outro patamar, melhorando cada vez mais a economia do estado como um todo e dos municípios e das pessoas onde tem mineração.

“A mineração está presente em mais de 50% dos municípios baianos, e é uma atividade que além de gerar muitos empregos diretos e indiretos, paga mais que outros setores, como o comércio, por exemplo. O avanço da mineração nos últimos anos é muito evidente. Saímos do quinto colocado da lista de

maiores produtores minerais, fomos para o quarto lugar e encerramos 2022 como o terceiro maior produtor do país, sem dúvida essa é uma grande vitória para o nosso estado”, destacou Tramm. Este conteúdo tem apoio institucional da CBPM e WWI e oferecimento da Mineração Caraíba.

Foto: divulgação/Equinox Gold)

Veículo: Bocão News	Caderno: Política
Data: 11/04/2022	



POLÍTICA

Receita com royalties do petróleo dispara e turbina caixas de governos com R\$ 118,7 bi no ano eleitoral



Disparada dos preços internacionais puxam novo recorde em receitas do setor no país. Alta do dólar e expansão da produção do pré-sal também ajudam

Publicado em 11/04/2022, às 08h10 - Atualizado às 08h19 Divulgação
Redação

A disparada dos preços internacionais do petróleo reforça os cofres públicos no ano eleitoral. Depois de bater recorde em 2021, avançando 65% em relação ao ano anterior, a [arrecadação de União, estados e municípios com royalties](#) e participações especiais da produção de petróleo e gás no país deve terminar o ano com um novo salto de nada menos do que 58,9%, para R\$ 118,7 bilhões, segundo projeção da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Em janeiro, a previsão era de quase R\$ 77 bilhões no ano. A revisão reflete a aceleração da trajetória de alta do barril no mercado internacional provocada pela eclosão da guerra na Ucrânia no fim de fevereiro e as sanções impostas à Rússia, que é um dos maiores produtores do mundo.

Também influenciam a conta o dólar ainda alto e a expansão da produção nos campos de alta produtividade do pré-sal na Bacia de Santos.

Especialistas alertam para o risco de o calendário eleitoral impedir a aplicação dessa “gordura extra” em investimentos de longo prazo como saúde, saneamento, educação e meio ambiente, como prevê a lei.

A receita dos royalties (cujas alíquotas em contratos variam de 5% a 15% do valor da produção mensal) e participações especiais (contribuições extras trimestrais com alíquotas progressivas para campos de grande volume de produção) tem sido turbinada pelo dólar alto e pela valorização do petróleo desde a retomada da economia global no ano passado, após o baque da Covid-19.

Em março deste ano, o barril do tipo Brent bateu US\$ 139, a maior cotação desde 2008. Apesar do recuo nas últimas semanas, ainda acumula um salto de mais de 30% neste ano. Na sexta-feira passada, o contrato futuro do Brent terminou o dia em US\$ 102,78.

RJ fica com a maior parte

A expectativa é que os preços do petróleo continuem altos durante o ano, o que encarece os combustíveis, mas favorece principalmente estados e municípios, que ficam com cerca de 60% dos royalties.

Governadores e prefeitos de Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo são os mais beneficiados por concentrarem a maior parte da produção no mar.

A tendência é que cidades como as fluminenses Maricá, Niterói e Macaé, a paulista Ilhabela e a capixaba Presidente Kennedy se mantenham na liderança dessa arrecadação, com a manutenção em vigor do sistema que privilegia os entes federativos produtores.

Uma lei aprovada no Congresso para alterar essa distribuição segue suspensa à espera de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo dados da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), somente a receita dos municípios fluminenses com royalties cresceu 66% em 2021, somando R\$ 8,6 bilhões, a quinta alta consecutiva.

Alguns municípios do estado também receberam participações especiais, totalizando R\$ 2,9 bilhões. Mais otimista que a ANP, a Firjan prevê que a arrecadação de royalties no país cresça 83% este ano, considerando a cotação do barril em US\$ 115 e a do dólar em R\$ 4,92. "Hoje, o Rio responde por cerca de 80% do total de petróleo produzido no país. E esse percentual só tende a crescer porque as principais oportunidades de expansão da produção estão localizadas em águas fluminenses", diz Fernando Montera, coordenador de Conteúdo de Petróleo, Gás e Naval da Firjan.

Veículo: Metro1	
Data: 09/04/2022	Caderno: Política



POLÍTICA

Câmara pode votar proposta que desobriga estados e municípios do investimento mínimo em educação

Liberação é relativa aos anos de 2020 e 2021 devido à pandemia de Covid-19



Foto: **Divulgação**

Por: **Agência Câmara** no dia 09 de abril de 2022 às 16:38

A Câmara dos Deputados pode votar nesta segunda-feira (11) a proposta de emenda à Constituição (PEC) que libera estados e municípios, em 2020 e 2021, de cumprirem o mínimo previsto na Constituição de investimentos em educação (PEC 13/21). A sessão está marcada para as 17 horas. Já aprovada pelo Senado, a PEC decorre do estado de calamidade pública provocado pela pandemia de Covid-19.

Conforme a proposta, os estados, os municípios e os agentes públicos desses entes federados não poderão ser responsabilizados administrativa, civil ou criminalmente pelo descumprimento da aplicação, exclusivamente nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, na manutenção e desenvolvimento do ensino do mínimo de 25% da receita resultante de impostos.

A PEC estabelece que o ente federado que não cumprir o mínimo constitucional nesses dois anos deverá aplicar os recursos faltantes nessa finalidade até o exercício financeiro de 2023.

Para ser analisada, os deputados precisam votar antes pedido de dispensa do intervalo de duas sessões previsto no Regimento Interno entre a votação na comissão especial e no Plenário.

PIB de estados atrelados ao agronegócio deve crescer mais

Alta das commodities beneficia apenas parte das unidades da Federação



Máquinas operam em lavoura de soja em Mato Grosso. Ascim/Aprosoja

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO Com o avanço dos preços das commodities, parte dos estados mais atrelados ao agronegócio deve registrar crescimento maior do PIB (Produto Interno Bruto) ao longo da pandemia, indicam projeções da MB Associados.

Segundo a consultoria, Mato Grosso do Sul (4,9%), Tocantins (4,7%) e Goiás (4,5%) tendem a apresentar as altas mais intensas do PIB no acumulado de 2020 a 2022, na comparação com 2019, o ano anterior à crise sanitária.

"A gente viu um impacto importante da valorização das commodities na pandemia. É natural que isso puxe para cima as projeções em estados como esses", avalia Sérgio Vale, economista-chefe da MB.

Em seguida, aparecem Pará e Espírito Santo, com estimativas de crescimento de 4% e 3,9%, respectivamente. "O Pará tem o impacto da atividade extrativa", aponta Vale. "O Espírito Santo conta com uma base forte de celulose. Também há o efeito da valorização das commodities."

Os dados mais recentes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sobre o PIB dos estados são referentes a 2019. A MB busca estimar o desempenho com a pandemia em curso nos anos seguintes.

No caso do PIB nacional, os resultados já conhecidos vão até 2021. Conforme o IBGE, o indicador despencou 3,9% no país em 2020. Após a queda no ano inicial da pandemia, houve alta de 4,6% em 2021.

Em 2022, a MB projeta uma estagnação do PIB nacional. Ou seja, a expectativa é de va-

riação nula, de 0%.

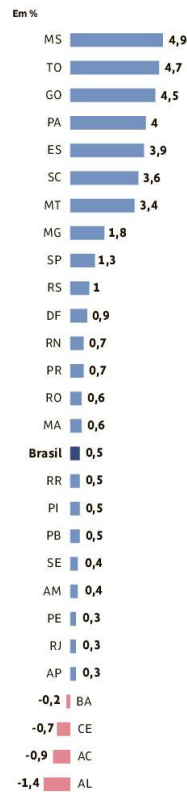
Assim, pelos cálculos da consultoria, o indicador deve acumular um leve avanço de 0,5% entre 2020 e 2022, frente a 2019.

"Crescer 0,5% em três anos é quase nada. O cenário de 2022 é de uma economia ainda fraca no país. Isso vai impedir que os estados também tenham uma recuperação mais vigorosa", afirma Vale.

No acumulado de 2020 a 2022, 15 unidades da Federação — 14 estados e o Distrito Federal — devem registrar variação superior à do PIB bra-

Desempenho regional na pandemia

Variação projetada para o PIB de cada UF no acumulado de 2020 a 2022



Fonte: MB Associados, a partir de dados do IBGE

“A gente viu um impacto importante da valorização das commodities na pandemia. É natural que isso puxe para cima as projeções em estados como esses”

Sérgio Vale
economista-chefe da MB
Associados

(Associação Brasileira das Empresas Aéreas) e lata (Associação Internacional de Transportes Aéreos). "Existe um monopólio de fato na produção e importação do QAV [querosene de aviação] pela Petrobras, como fornecedora quase exclusiva do QAV no país", afirmam as associações na petição ao Cade.

As associações afirmam ainda que a Petrobras faz pequenas flutuações de preço, cobrando mais quando não há ameaça de concorrência e menos quando nota intenções de importação de outras empresas. Isso porque as concorrentes teriam que usar necessariamente a infraestrutura logística da Petrobras na importação, dando à petroleira condição de monitorar o mercado.

As companhias aéreas dizem que a venda de refinarias, fruto de acordo com o Cade, não vai resolver os problemas porque a Petrobras ainda seria a única produtora nos mercados mais relevantes.

As empresas pretendem pedir ao ministério a criação de uma mesa de diálogo permanente entre governo e setor, para serem discutidas saídas para os problemas apontados.

O Ministério da Economia não vê objeções à criação desse canal de comunicação e, conforme mostrou a Folha, integrantes da pasta concordam com o teor de ao menos parte das manifestações sobre a Petrobras, já que mem-

bre a pasta têm falado de

forma reservada que a política de preços da petroleira, embora não possa ser modificada, é questionável. Além disso, eles contam com uma iniciativa do Cade.

As medidas de cortes de impostos, por sua vez, já são vistas com mais reticências na pasta de Guedes. Não se enxerga muita margem para novas iniciativas no IR no leasing de aeronaves, por exemplo, pois ele já teve sua solução para um período de cinco anos encamiñada por meio de MP (Medida Provisória) publicada em 31 de dezembro de 2021 — que ainda está em trâmite no Congresso.

A MP reduziu a zero o IR sobre as operações até o fim de 2022 e estabeleceu para depois disso um aumento escalonado para 1% em 2024, 2% em 2025 e 3% em 2026. As MPs têm força imediata de lei, mas precisam ser referendadas pelo Congresso dentro de quatro meses para se tornarem definitivas, caso contrário, deixam de ter validade (a alíquota seria elevada para 15%).

Procurada, a Petrobras negou haver monopólio em querosene de aviação e disse que o mercado é aberto à livre concorrência, sem restrições legais, regulatórias ou logísticas. Disse ainda que comercializa o querosene apenas para distribuidores, sem gestão sobre preços praticados para as companhias aéreas.

Em São Paulo, maior economia estadual, o crescimento estimado no período é de 1,3%.

De acordo com as previsões, três unidades da federação devem repetir o leve avanço de 0,5% do indicador brasileiro. São as seguintes: Roraima, Piauí e Paraíba.

Por fim, nove estados tendem a ficar abaixo do PIB nacional no acumulado de 2020 a 2022. Desse nove, quatro devem apresentar recuo no indicador, sinaliza a consultoria. São os seguintes: Alagoas (-1,4%), Acre (-0,9%), Ceará (-0,7%) e Bahia (-0,2%).

Vale aponta que as restrições geradas pela Covid-19 prejudicaram estados com grande peso de serviços presenciais. Membros do Nordeste fazem parte dessa lista.

Na região, lembra o economista, o auxílio emergencial mitigou danos iniciais da pandemia. Mas, com o fim do benefício social e a escalada da inflação no país, a recuperação do consumo tende a ficar mais complicada, conclui.

"A inflação está corroendo o poder de compra da população. Isso afeta estados com renda mais baixa", diz Vale.

No recorte específico do ano de 2022, 14 unidades da Federação devem ter PIB com desempenho superior ao do Brasil, indica a MB. A maior alta prevista é para o Tocantins, de 1,7%, após projeções de recuo de 1,6% em 2020 e de avanço de 4,6% em 2021.

Nas sequências, aparecem Mato Grosso do Sul e Goiás. Em ambos os casos, o crescimento esperado em 2022 é de 1,4%.

Latam, Gol e Azul vão a Guedes reclamar de preço de combustível e pedir alívio de imposto

Fábio Pupo

BRASÍLIA O ministro Paulo Guedes (Economia) recebe nesta segunda-feira (11) os presidentes das companhias aéreas Latam, Gol, Azul e Passaredo. As empresas querem demonstrar ao chefe da equipe econômica preocupação com o preço do querosene de aviação e aproveitar para pedir alívio tributário ao setor.

Segundo as companhias, o combustível já havia subido 76% em 2021 e representa hoje 52% dos custos (em vez dos tradicionais 32%) em meio à guerra na Ucrânia e à consequente disparada do petróleo.

As empresas afirmam que o cenário gerou um prejuízo de R\$ 16,5 bilhões no ano passado para o setor e tem levado à elevação dos preços das passagens e à reprogramação de malhas aéreas. O setor vê um momento de fragilidade enquanto ainda tenta se recuperar da crise da pandemia.

A culpa de ao menos parte dos valores em alta é de problemas concorrenciais no mercado de combustíveis, na visão do setor, que também tem reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Especificamente, os execu-



Movimentação de aeronaves no aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Jardiel Carvalho/Folhapress

tivos reclamam do que chamam de monopólio da Petrobras, de oligopólio na cadeia de distribuição, da falta de transparência na precificação dos combustíveis e da política de paridade internacional da petroleira. Encargos e impostos aplicados ao setor também são alvo de pedidos. Os executivos querem um programa de refinanciamento tributário para o setor, ou ao menos um diferimento de tarifas de controle aéreo.

Além disso, pedem medidas de alívio ligadas à tributação da folha de salários, ao adicional de periculosidade, ao Cofins aplicado à importação, ao ICMS e ao Imposto de Renda sobre o leasing de aeronaves.

No caso das reclamações sobre a Petrobras, o encontro das empresas com as autoridades nesta semana se soma a um movimento já feito no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). Conforme mostrou a cul-

na Paineira S.A., as companhias levaram ao órgão antitruste, por meio de associações, reclamações sobre a Petrobras no processo que investiga possíveis infrações à ordem econômica pela petroleira.

O objetivo do pleito é fazer o órgão antitruste incluir o querosene de aviação na investigação iniciada em janeiro acerca dos reajustes ou abrir um novo inquérito.

O pleito no Cade foi aberto por associações como Abear

mercado

Rever Lei das Estatais é retrocesso no combate à corrupção

Legislação reduziu risco de interferência político-partidária, diz instituto de governança corporativa

Lucas Bombana

SÃO PAULO As idas e vindas nas indicações para a diretoria da Petrobras nos últimos dias tendem a provocar um aumento na percepção de risco dos investidores acerca dos rumos que serão dados à empresa em um ano eleitoral.

Se uma deterioração aguda nas perspectivas para o negócio não ocorreu, isso se deve, na avaliação de especialistas, aos aprimoramentos na governança da empresa trazidos especialmente pela Lei das Estatais.

Na terça-feira (5), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendeu a revisão da Lei das Estatais, após o empresário Adriano Pires desistir de assumir a presidência da petrolífera.

Segundo Pedro Melo, diretor-geral do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), a Lei das Estatais, que entrou em vigor em 2016, representa um marco na evolução das práticas de governança de empresas públicas e sociedades de economia mista.

Um dos maiores avanços da legislação, diz Melo, foi reduzir o risco de captura da empresa estatal por interesses político-partidários, fator responsável por casos notórios de corrupção, de ineficiência de alocação de recur-

sos públicos e de atendimento a objetivos eleitorais e pessoais, em detrimento dos objetivos da companhia.

Após declarações que defendem a revisão na lei, o IBGC diz que não se devem admitir pressões por alterações de requisitos e vedações legais para facilitar a indicação de pessoas com atuação político-partidária ou em conflito de interesses para cargos da administração e do conselho fiscal de empresas regidas pela Lei 13.303/2016.

"Além de ir na contramão das boas práticas, tal flexibilização resultaria em retrocesso na governança das empresas públicas e sociedades de economia mista brasileiras e na agenda de integridade e de combate à corrupção".

Na noite de quarta (6), o Ministério das Minas e Energia apresentou os nomes de José Mauro Ferreira Coelho para presidir a Petrobras e de Márcio Andrade Weber para comandar o Conselho de Administração da estatal.

O diretor do IBGC lembra que o artigo 17 da Lei das Estatais estabelece requisitos e vedações para a ocupação dos cargos de membros do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal. Esses requisitos, acrescenta, elevam a qualificação necessária para a ocupação desses cargos e mitigam o risco de

conflito de interesses entre a companhia e os profissionais contratados.

"A Lei das Estatais foi reconhecida internacionalmente, sendo um dos pilares essenciais do credenciamento do Brasil na OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico]", diz Melo.

Uma fonte próxima a investidores minoritários estrangeiros que prefere não se identificar diz que o risco de ingerência política não afeta somente a visão do mercado em relação à Petrobras, mas tem um impacto mais amplo sobre a percepção quanto à segurança institucional para fazer negócios no país.

Com as trocas no comando da empresa e o vai e vem de indicados, a mensagem que se passa para os bolsos internacionais, diz essa fonte, é de uma desorganização e de um distanciamento em relação à base de investidores.

Segundo Augusto Sales, professor da FGV Ebape (Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas), quando se discute o tema da governança de uma forma mais ampla no mercado brasileiro, um questionamento cada vez mais recorrente diz respeito a qual o objetivo final que uma empresa deve perseguir.

"O foco deve ser mais res-

Tal flexibilização resultaria em retrocesso na governança das empresas públicas e sociedades de economia mista brasileiras e na agenda de integridade e de combate à corrupção

Pedro Melo
diretor-geral do IBGC

É ela [a lei] quem está ajudando a evitar interferências mais descaradas

Sérgio Lazzarini
professor do Insuper

O processo de sucessão [na Petrobras] não deveria ser algo polêmico ou chamar a atenção, deveria ser natural como acontece em várias outras organizações

Augusto Sales
professor da FGV Ebape

trito a maximizar o lucro ao acionista? Ou, além da geração de lucro, focar outros elementos relevantes para a sociedade de forma mais ampla? É uma discussão em voga não só no setor público, mas também no privado, com o avanço das discussões sobre investimentos responsáveis sob uma ótica social, ambiental e de governança", diz o professor da FGV Ebape.

Na avaliação do especialista, existe espaço inclusive previsto no estatuto da empresa para que a atuação no mercado não seja focada exclusivamente em gerar retorno aos acionistas, tendo também uma preocupação social. "O que não pode acontecer é o Estado abusar desse papel. É preciso que o direcionamento esteja dentro da estratégia de negócio da empresa", afirma Sales.

Para Sérgio Lazzarini, professor do Insuper, o debate sobre o papel social de uma estatal do porte da Petrobras é legítimo. Mesmo porque, se o objetivo for unicamente o lucro, a privatização pode ser mesmo o melhor caminho, diz o especialista.

"O que o Executivo tem de fazer é não entrar em um auto-engano, de achar que dá para coexistir uma Petrobras financeiramente saudável que também controle os preços da gasolina. Isso não existe", diz o professor do Insuper.

Uma saída, afirma, poderia ser por meio de mecanismos de subvenção aos moldes do que foi feito pelo governo Temer, via recursos direcionados do Tesouro, de modo a evitar que a estatal assumira eventual prejuízo. "O legislador precisa saber que não tem almoço grátis", afirma Lazzarini.

Segundo ele, parece haver certa "falta de entendimento" dos políticos em Brasília de uma forma geral sobre qual o papel e ser exercido por uma estatal dentro da economia do país sob a ótica das melhores práticas de governança.

As declarações do deputado Arthur Lira sobre rever a Lei das Estatais são "bastante preocupantes, até porque é ela quem está ajudando a evitar interferências mais descaradas", diz Lazzarini.

Para o professor da FGV Ebape, uma saída para preservar a independência da Petrobras de interferências políticas poderia ocorrer se o conselho de administração assumisse mais liderança na escolha dos novos indicados. "O processo de sucessão não deveria ser algo polêmico ou chamar a atenção, deveria ser natural como acontece em várias outras organizações. Até porque, quando se têm incertezas relacionadas a uma organização, aumenta a percepção de risco do mercado", diz Sales, acrescentando que, assim como foi aprovada a independência do BC (Banco Central), deveriam também as estatais terem a mesma prerrogativa de adotar as estratégias que entenderem as mais adequadas a depender da conjuntura econômica de momento.

"Vale o registro de que mesmo havendo previsões estabelecidas [no estatuto da Petrobras] de eventual uso das empresas para atendimento a interesses públicos, esse caminho aumenta consideravelmente a percepção de risco do mercado e compromete planos de investimento previstos. Nessas situações, no entanto, a União não pode se esquivar de sua responsabilidade, como acionista controladora, de ressarir todos os prejuízos que serão suportados pela companhia", diz posicionamento divulgado no mês passado pela Amec (Associação de Investidores no Mercado de Capitais).

De toda forma, apesar das mudanças recentes conduzidas pelo governo Bolsonaro de maneira atabalhoada, analistas de mercado avaliam que a nova diretoria da Petrobras não deve promover alterações na política de preços.

Após confusão, Petrobras elege novo conselho nesta quarta

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Após um turbulento processo de escolha de nomes pelo governo federal, os acionistas da Petrobras se reúnem nesta quarta-feira (13) para avaliar a terceira troca do presidente e a maior renovação do conselho de administração em pouco mais de três anos de governo.

No encontro, avaliarão também, entre outros temas, as demonstrações financeiras da empresa em 2021 e a proposta de remuneração da administração, que se para R\$ 13,1 milhões para pagar bônus a diretores da empresa por lucros nos últimos anos.

Com maioria das ações com direito a voto, o governo dificilmente deixará de eleger seus oito indicados ao conselho, mas o mercado espera disputa com investidores minoritários, que têm interesse em ampliar sua participação no colegiado.

Responsável por aprovar estratégias e nomeações para a diretoria da estatal, o conselho da Petrobras tem 11 cadeiras, uma delas reservada a representante dos empregados da companhia, a engenheira Rosângela Buzanelli.

Outras duas são reservadas a minoritários, que nos últimos anos acabaram elege-do três representantes, avançando sobre uma das vagas da União.

Os investidores privados indicaram sete nomes e tentaram emplacar mais do que as duas vagas previstas solicitando a adoção do voto múltiplo, sistema que prevê a eleição de cada um dos representantes do conselho e não de blocos de representantes.

Com esse modelo, conseguiram em 2020 emplacar três representantes. Em 2021, tentaram uma quarta vaga, mas



Bandeira brasileira durante protesto do lado de fora da sede da Petrobras, no Rio de Janeiro. Carl de Souza - 18.fev.2020/AFP

não obtiveram sucesso. Fontes acreditam que pode haver conflito entre minoritários e a União no debate para adoção do voto múltiplo.

O principal antagonista do governo na disputa é o investidor Juca Abdalla, apontado como patrocinador da maior parte dos indicados pelos minoritários e ele próprio candidato a uma vaga de representante dos detentores de ações ordinárias.

Os minoritários entendem que um número maior de conselheiros lhes garante um poder maior de fiscalização contra interferências do governo nos negócios da companhia, como o repasse de preços dos combustíveis, por exemplo.

Em outra frente, pode haver também questionamentos ao

processo de votação, já que as cédulas foram distribuídas antes da definição final sobre os indicados à presidência e ao conselho: só na última terça (6), a Petrobras recebeu as indicações de José Mauro Coelho e Márcio Weber.

Coelho foi indicado para substituir o general Joaquim Silva e Luna no comando da companhia. Weber, já conselheiro, foi indicado para presidir o colegiado no lugar do almirante Eduardo Bacelar Leal Ferreira. Antes, porém, os primeiros nomes para as vagas foram Adriano Pires e Rodolfo Landim.

Os dois desistiram após questionamentos sobre possíveis conflitos de interesse, gerando uma das mais conturbadas trocas de comando da estatal nos últimos anos.

A lista final do governo indica uma renovação do conselho, já que quatro dos indicados pela União não participam do conselho atual: além de Coelho, são novas as indicações de Carlos Lessa Brandão, Luiz Henrique Caroli e Eduardo Karrer. O governo não justificou as trocas.

No mercado, porém, a avaliação é que tanto o novo conselho quanto o novo presidente manterão a estratégia atual da companhia e não cederão a pressões por repasse de preços, já que tanto a Lei das Estatais quanto o estatuto da companhia têm mecanismos para evitar operações com prejuízo.

A Assembleia avaliará também a proposta de remuneração dos administradores da companhia. A Petrobras

propõe a seus acionistas se pagar R\$ 13,1 milhões para o pagamento de bônus a seus diretores em 2022.

O valor é quase equivalente ao gasto em 2021, mas naquele ano a cifra continha encargos de INSS e FGTS, o que não ocorre em 2022. Questionada sobre quanto pagará em bônus pelo resultado de 2021, ano em que registrou lucro recorde de R\$ 106,6 bilhões, a empresa disse que a informação não é pública.

Ao todo, a Petrobras propõe gastar R\$ 39,6 milhões com remuneração de executivos de sua administração, incluindo diretores e conselheiros, em 2022. O valor é 15,9% inferior ao de 2021, que incluía os gastos com INSS e FGTS. Sem considerar esses itens, houve alta de 0,37%.

Principais itens da assembleia

1. ELEGER NOVO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Indicados pelo governo:

- Márcio Andrade Weber (presidente do conselho)
- José Mauro Ferreira Coelho (indicado para presidir a companhia)
- Carlos Eduardo Lessa Brandão
- Eduardo Karrer
- Luiz Henrique Caroli
- Murilo Marroquim de Souza
- Ruy Flaks Schneider
- Sonia Julia Sulzbeck Villalobos

Indicados dos minoritários:

- Ana Maria Horta Veloso
- Francisco Petros
- Rodrigo de Mesquita Pereira
- Daniel Alves Ferreira
- Marcelo Mesquita de Siqueira Filho
- José João Abdalla Filho
- Marcelo Gasparino da Silva

2. APROVAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2021, ANO QUE A PETROBRAS REGISTROU LUCRO RECORDE DE R\$ 106,6 BILHÕES

3. APROVAR REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

- Gasto previsto em R\$ 39,6 milhões em salários e benefícios para diretores e conselheiros
- R\$ 13,1 milhões referem-se a bônus pagos à diretoria pelos resultados de anos anteriores

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias_debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

A PEC do Quinquênio é positiva para o sistema de Justiça?

Não Como ficam os interesses da administração pública?

No modelo proposto, benefício expõe a célebre visão do cobertor curto

Cláudia Elisabete Scherz

Mestre e doutora em direito processual civil (PUC-SP) e professora na mesma universidade, é presidente da Comissão Especial de Direito Processual Civil da OAB-SP

A Proposta de Emenda à Constituição nº 63/2013, conhecida como a PEC do Quinquênio, instituiu uma parcela indenizatória por tempo de exercício na magistratura e no Ministério Público, com extensão aos demais funcionários públicos, "calculada na razão de 5% do subsídio do respectivo cargo a cada quinquênio de efetivo exercício até o máximo de 7", nos termos da PEC referida. A proposta entraria em vigor imediatamente a partir de sua promulgação, alcançando o tempo de serviço anterior à sua vigência.

A PEC assenta-se em motivação relevante no sentido de buscar a necessária valorização de carreiras e cargos públicos, em especial aqueles que conferem suporte ao Estado social e democrático de Direito por meio da importante função que desempenham. É preciso implementar uma política remuneratória que também apresente a função de propiciar o reconhecimento pelos serviços prestados e atrair o interesse e a permanência do servidor no cargo público, em sintonia com as condições do Estado de prover adequadamente as despesas e manter saudáveis as contas públicas. A Constituição Federal estabelece o "teto" constitucional lastreado na remuneração do ministro do Supremo Tribunal Federal (atualmente, um ministro da corte recebe R\$ 39.293,32, não incluídas as ajudas de custo de caráter indenizatório).

O quinquênio previsto na PEC é extrateto, o que revela por si só a questão desafiadora de harmonizar to-

dos os fatores que envolvem a gestão estatal. O ponto crucial que se apresenta é conciliar os gastos públicos, equilibrando-os com as receitas que são finitas, ao lado de infindáveis e variadas necessidades da sociedade brasileira, com a concessão do benefício quinquenal em foco, que se torna obrigatória.

Na iniciativa privada, há mecanismos de calibração, considerando as suas receitas em cotejo com os custos decorrentes de sua política remuneratória, sendo facultado ao administrador o ajuste, voltado para equilibrar as suas contas, com a movimentação do quadro de co-

laboradores — inclusive de seus diretores e gestores contratados, que são mantidos não somente em face de seu talento e relevante função desempenhada, mas também em decorrência da suficiência financeira da própria empresa.

Outra realidade se apresenta para a gestão estatal. O funcionalismo público, dotado de estabilidade, de qualidade louvável que lhe confere independência de atuação, precisa estar alinhado com a realidade própria.

Em verdade, a indenização de que trata a PEC 63/2013 consiste em um benefício cruzado, que pode ser veicular perverso por se inserir num sistema com indicação de teto remuneratório e incluir uma parcela extrateto que precisa ser gerida dentro do Orçamento total do Estado. Neste sistema, se aprovada a PEC 63/2013, haverá a concessão do benefício, e seria imprescindível reduzir a remuneração de quem ingressa na carreira. É a célebre visão do cobertor curto.

Não se pode olvidar nem esmaecer o problema causado pela perda inflacionária da remuneração de cargos públicos não corrigidos monetariamente. A correção da moeda aplicável deve ser praticada e compreendida na realidade da administração pública. É preciso erigir critérios que façam a recomposição salarial e que também sirvam de estímulo ao exercício das relevantes funções por quem os desempenha.

Sucedê, todavia, que não nos parece adequada a solução engendrada pela PEC 63/2013.

[...]

O quinquênio é extrateto, o que revela por si só a questão desafiadora de harmonizar todos os fatores que envolvem a gestão estatal. O ponto crucial que se apresenta é conciliar os gastos públicos, equilibrando-os com as receitas que são finitas, ao lado de infindáveis e variadas necessidades da sociedade

Sim Valorização da experiência

Salário inicial é atrativo, mas não retém bons profissionais ao longo do tempo

Ricardo Prado Pires de Campos

Mestre e professor de direito, é procurador de Justiça aposentado e presidente do MPD (Movimento do Ministério Público Democrático)

Antes de mais nada, cabe esclarecer que os salários do Ministério Público e da magistratura, carreiras de Estado, não são aqueles que, por vezes, as manchetes a pontam de forma espetaculosa. Os vencimentos, ordinariamente, são razoáveis e estão absolutamente dentro dos valores de mercado — corroidos pela perda inflacionária, têm perdido muito de sua atratividade nos últimos anos.

O fim da aposentadoria integral e a implantação do sistema de subsídios, com salário inicial muito próximo do final, retiraram significativamente as vantagens de permanecer na carreira. O salário inicial é atrativo para um recém-formado, mas só isso não é suficiente para reter bons profissionais ao longo do tempo.

A concorrência de mercado, representada pela advocacia, registros públicos e empresas privadas, tem retirado muitos quadros da magistratura e do MP. A relevância de se ter profissionais de qualidade é indiscutível. Toda grande organização tem entre seus objetivos contratar e manter ótimos profissionais. A valorização da experiência é fundamental para manter a atratividade financeira no decorrer da carreira. É preciso valorizar a dedicação, a experiência e a fidelidade do servidor.

Cabe ressaltar que a valorização por mérito no setor público é sinônimo de apadrinhamento político, jamais de competência. Os profissionais de competência comprovada não se sujeitam a cambalachos e subserviência. Têm nome a zelar. O

sistema de mérito, consagrado na iniciativa privada, não funciona no setor público. No Estado, a valorização por antiguidade tem gerado resultados muito superiores. Tanto que é adotado na maioria das universidades públicas, ceireiro de ótimos profissionais, e já fez parte do sistema remuneratório dos Ministérios Públicos e das magistraturas. E essas carreiras sempre tiveram profissionais de renome.

Tempo de serviço é sinônimo de experiência, e esta é insubstituível, molda o profissional, aprimora sua

arte e seu ofício. O sistema de ATS (adicional por tempo de serviço) já funcionou muito bem nas carreiras jurídicas e continua sendo adotado por universidades públicas, colaborando na preservação de talentos. As críticas feitas ao sistema de Justiça e ao funcionalismo são a demora no atendimento, resultado da altíssima demanda. Não são críticas ligadas à qualidade dos serviços.

Remunerar de forma criteriosa para servir bem a sociedade significa respeitar a eficiência constitucional para atender o Executivo e o Legislativo, que sempre pedem auxílio a magistrados e membros do MP na elaboração das leis. O Estado, que é o maior empregador e prestador de serviços do país, precisa manter e melhorar constantemente sua qualidade — para isso, deve valorizar seus profissionais e adotar sistema remuneratório que torne atrativas suas carreiras durante toda a jornada, não apenas no início, sob pena de se transformar em mero estágio na vida dos grandes profissionais.

Nenhuma grande instituição se mantém sem um criterioso sistema de estímulos para recrutar e manter profissionais qualificados. Isso não quer dizer que os valores pagos devam desprezitar a Lei de Responsabilidade Fiscal ou oslimites impostos pelo ordenamento jurídico. A eficiência em matéria de gastos demanda a replantação dos ATS. Trata-se do melhor sistema remuneratório de carreiras já adotado no setor público no Brasil.

[...]

A concorrência de mercado tem retirado muitos quadros da magistratura e do Ministério Público. (...) Toda grande organização tem entre seus objetivos contratar e manter ótimos profissionais. A valorização da experiência é fundamental para manter a atratividade financeira no decorrer da carreira

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al_Bairro de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



Navio russo descarrega sua carga de gás natural liquefeito no porto de Bilbao, na Espanha
Vincent West - 10.mar.2022/Reuters

Guerra e energia

O Ocidente deve acelerar mais o processo de substituição dos hidrocarbonetos e produtos da Rússia, além de criar mais barreiras econômicas. É um bom momento e um excepcional motivo para acabar de vez com a queima de carvão mineral, por exemplo, e reduzir a demasiada dependência de um país controlado nos moldes de uma ditadura.

Otávio de Queiroz (São Paulo SP)

Guerra civil

É inadmissível usar aplicativos para disseminar ódio e pregar a violência. O STF e o TSE não podem se acovardar. O Brasil caminha para uma grande guerra civil nas próximas eleições.

Luciano Vettorazzo (São José do Rio Preto, SP)

Polarização?

Angela Alonso ("Qual polarização?", Política, 8/4) me lembrou um momento determinante para nossa democracia: o discurso de Lula no sindicato pouco antes de ser levado para a prisão em Curitiba. Nunca votei em Lula, mas seu comportamento ali foi o de um democrata. Penso que ali ele salvou nossa democracia, percepção ampliada pelas revelações de como se deu o seu julgamento. Repito: nunca votei em Lula. Mas compará-lo a Bolsonaro ofende os que prezam a democracia neste país.

Luiz Oliveira (São Paulo, SP)

Angela Alonso tem razão. Há só uma candidatura extremista, a de Bolsonaro, que ameaça as instituições dia sim, dia não. A chapa Lula/Alckmin é extremista? Algum deles ataca a nossa democracia? Já ameaçaram com arma quem se aproximasse de suas casas? Já caçoaram de uma jornalista barbaramente torturada na ditadura? Já ameaçaram de morte ministros do Supremo? Chega desse negócio de polarização. É uma fábula que desvirtua a realidade e não contribui para eleições saudáveis.

Eliana França Leme (Campinas, SP)

O artigo de Angela Alonso é tendencioso e cínico. Deliberadamente omite verdades, como o mensalão, o petrolão... E passa pano para a incitação à violência que Lula acabou de fazer nesta semana.

João Batista Amaral Natal (São Paulo, SP)

A cada dia a Foice escala um para falar as bobrinhas de sempre. A esquerda, apesar de MST, MTST, black blocs, nunca é extrema esquerda. Já a direita é sempre extrema e radical só por dizer o óbvio: que o Supremo Tribunal Federal é aparelhado e ideológico, que as urnas eletrônicas não são confiáveis etc.

Adriana Mara de Moura e Souza (Barroso, MG)

Atributos

Mentiroso, ignorante, subletrado, homofóbico, ligado a milicianos, de duvidosa honestidade... Esses são alguns dos atributos do presidente da República. E esse senhor concentra votos necessários para levá-lo ao segundo turno. Apesar de todo o ódio que seus seguidores instilam, sou esperançoso de que a maioria do povo brasileiro não é assim e de que a civilidade vai voltar.

Clarilton Ribas (Florianópolis, SC)

Dallari

Dalmo de Abreu Dallari nos deixou. Escreveu o mais belo texto sobre direitos humanos que li. No livro "O Direito da Criança ao Respeito", acrescentou o capítulo "Os direitos da criança", com afetiva análise dos direitos de ser, de pensar, de sentir, de querer, de viver e de sonhar. Ao falar das crianças, falou dos direitos de todos nós com uma delicadeza, profundidade e simplicidade de muito próprias dele.

Antonio Carlos Fester, membro da Comissão Justiça e Paz de SP, fundada por Dallari (São Paulo, SP)

Aborto

Deus não surgiu na goiabeira para forçar a ser mãe uma mulher que não quer se-lo nem para forçar uma menina estuprada a virar mãe. Nós, mulheres, precisamos aprender o que ignoramos, ver o que não podemos ver e ir à luta por nossos direitos. Chega de ter o corpo controlado por leis feitas por homens. Um mundo melhor não virá com máes que foram obrigadas a virar mães.

Rute Bevilacqua (São Paulo, SP)

Primeiro, de forma espontânea, Lula manifestou-se a favor do aborto. Depois, percebendo o erro, lançou mão de um eufemismo. Seu cérebro só pensa em benefício próprio e só emite opiniões que trazem retorno imediato, ou seja, votos. Políticos exploram os mais frágeis com demagogias baratas. Se percebem que não conseguirão o que desejam, mudam de opinião sem a menor vergonha: cinismo explícito.

Mário Negrão Borgonovi (Petropolis, RJ)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

POLÍTICA (8.ABR., PÁG. A9) Diferentemente do publicado em "Freixo e Cláudio Castro lideram no Rio, aponta primeiro levantamento", Sergio Moro saiu do Podemos para a União Brasil, não o contrário.

COTIDIANO (8.ABR., PÁG. B1) Em parte dos exemplares, o mapa que acompanha a reportagem "Gestor de parques diz que áreas não podem ser tomadas" inverteu as cores que indicam as concessionárias em suas legendas. O Consórcio Novos Parques Urbanos corresponde à cor vermelha dos pontos assinalados no mapa; a Urbia, à cor azul.

Parques da capital paulista com gestão privatizada

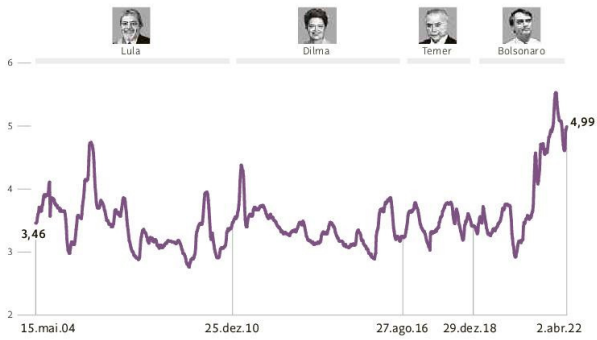
- Gestão do Consórcio Novos Parques Urbanos
- Gestão da Urbia



mercado 1

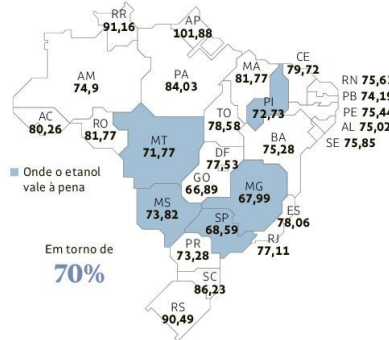
Em alta

Preço do etanol hidratado Em R\$ por litro*



*Corrigido pelo IPCA. Fonte: ANP

Proporção entre o preço do etanol e o da gasolina Em %



Alcool caro deixa motorista sem opção para encher tanque

Biocombustível hoje só é vantajoso em cinco estados, segundo dados da ANP

Nicola Pamplona e Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO E RIO DE JANEIRO Alternativa para os motoristas em tempos de gasolina cara, o etanol hidratado vem se mantendo em patamares elevados de preço e hoje só é competitivo em cinco estados brasileiros. Para especialistas, o cenário reflete restrições de oferta do produto e a busca das usinas por maiores margens. De acordo com dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o preço médio do combustível nos postos brasileiros voltou a se aproximar da casa dos R\$ 5 por litro, onde esteve por 15 semanas entre outubro de 2021 e janeiro de 2022. O cenário põe o combustível entre os principais vilões da inflação. Em 12 meses, o preço do etanol subiu 24,59%, segundo o IPCA, índice oficial de inflação do país. No mesmo período, o preço da gasolina subiu 27,48%. A alta das últimas semanas é atípica, já que os preços costumam cair com a proximidade da colheita da cana-de-açúcar, que começa em abril, e reflete repasse às bombas do aumento da cotação do combustível nas usinas de São Paulo, referência de preços no país. Nas últimas quatro semanas, o preço do etanol nas usi-

nas paulistas subiu 17%, segundo dados do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), da Esalq/USP. Em média, o etanol hidratado foi vendido a distribuidoras em março por R\$ 3,1204 por litro, 11,7% acima de fevereiro. Em seu mais recente boletim mensal de análise do indicador, o Cepea afirma que a oferta do combustível está baixa e houve um aumento da demanda em março com postos renovando estoques para atender a elevada demanda do feriado de Carnaval. Dados da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) apontam que a produção de etanol caiu 8,9% na safra 2021/2022, em relação ao volume produzido na safra anterior. Além da preferência pela produção de açúcar, a seca que atingiu as regiões Sudeste e Centro-Oeste atrapalhou a produção. Executivos do setor dizem ainda que os usineiros tendem a elevar o preço quando a gasolina está mais cara para melhorar margens. "Sobe o preço da gasolina na bomba, sobe o preço do etanol também. O produtor quer ganhar mais. Isso é natural", diz o consultor David Zylbersztajn, ex-diretor da ANP. Com a gasolina cara, a demanda por etanol se aquece, o que ajuda também a pressio-

nar os preços nas bombas, com busca de melhores margens pelos postos revendedores. A Unica diz que houve uma corrida de distribuidoras pelo produto nos meses de fevereiro e março, o que acabou afetando os estoques. "Teve um choque de demanda sem a contrapartida da oferta", argumenta o diretor técnico da entidade, Antonio de Padua Rodrigues. Entre janeiro e fevereiro, segundo dados da ANP, ven-

das hidratado subiram 10%. Pádua diz que o movimento se manteve no mês seguinte, diante da boa competitividade do etanol. "O estoque disponível não foi suficiente para esse tipo de demanda". Ele destaca, contudo, que a oferta de etanol tende a aumentar a partir da segunda quinzena de abril, quando as usinas começam a processar a nova safra. "É uma questão de curtíssimo prazo", diz. O período de entressafra da cana vai de dezembro a março. Com a alta nas bombas, usar etanol hidratado hoje só é vantajoso em estados produtores, como São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e no Piauí. Nesses estados, o preço médio do etanol equivale a menos de 75% do preço médio da gasolina. Em todos os outros, pode ser melhor para o consumidor abastecer com gasolina, mesmo com os elevados preços atuais após o mega-aumento promovido pela Petrobras há quase um mês —segundo a ANP, o preço médio da gasolina no país foi de R\$ 7,222 por litro na semana passada. No Amapá, longe dos principais produtores, o etanol hidratado chega a custar mais caro do que a gasolina: o preço médio do primeiro na semana passada era de R\$ 6,540 por litro, enquanto a segunda saía a R\$ 6,331 por litro.

Sobe o preço da gasolina na bomba, sobe o preço do etanol também. O produtor quer ganhar mais. Isso é natural

David Zylbersztajn consultor e ex-diretor da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis)

Preço da gasolina segue com viés de baixa nas bombas

RIO DE JANEIRO O preço médio da gasolina nos postos brasileiros manteve o viés de baixa nesta semana, segundo a pesquisa da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) divulgada nesta sexta-feira (8). Foi a terceira queda seguida, depois da disparada provocada pelo mega-aumento da Petrobras. A redução foi pequena, de apenas R\$ 0,01 (ou 0,13%), para R\$ 7,192 por litro. Desde que atingiu o pico de R\$ 7,267 por litro, na semana seguinte ao reajuste, o preço médio do combustível caiu 1% nas bombas. O movimento pode ser explicado pela competição entre os postos por clientes. O congelamento do ICMS pelos estados também ajudou a manter os preços nas últimas semanas, já que o repasse da alta das bombas para o imposto acabava gerando novos aumentos nos preços finais. O ICMS da gasolina está congelado desde novembro. No fim de março, em meio a discussões sobre a mudança na fórmula de cálculo do ICMS do diesel, os governos estaduais decidiram prorrogar o congelamento do imposto sobre a gasolina até o fim de junho. Assim, o valor de referência para a cobrança não é alterado a cada 15 dias, como ocorre normalmente. Segundo a pesquisa da ANP, o preço médio do etanol hidratado ultrapassou novamente a barreira dos R\$ 5 por litro, chegando a R\$ 5,014. O preço do óleo diesel ficou praticamente estável esta semana, em R\$ 6,600 por litro, menos de R\$ 0,01 acima do verificado na semana anterior.

Dona da Backer vai retomar produção de cerveja em BH

Leonardo Augusto

BELO HORIZONTE A empresa Três Lobos, dona da marca Backer, que produzia a cerveja Belorizontina, anunciou nesta sexta-feira (8) que vai retomar a produção no seu parque industrial em Belo Horizonte. O anúncio aconteceu dois anos e três meses após serem tomados públicos os primeiros casos de intoxicação na capital mineira que, posteriormente, foram confirmados como ocorridos por causa da ingestão da Belorizontina. Pelo menos 29 pessoas foram contaminadas. Dez morreram. Algumas ainda sofrem com sequelas provocadas pela intoxicação que, conforme investigação da Polícia Civil, ocorreu por dielênol, uma substância utilizada para refrigeração de tanques. A investigação concluiu que havia furos nos dutos que transportavam a substância no entorno dos tanques onde a cerveja era armazenada. Esses tanques também tinham furos, o que permitiu a passagem do dielênol. Por causa das intoxicações, a empresa foi interditada. Em nota, a Três Lobos afirma que obteve "aprovação para a retomada da produção de cervejas em seu parque industrial" e que "o processo de reabertura contou com o acompanhamento das autoridades e órgãos competentes e observou todos os critérios legais e técnicos". Uma das pessoas que foram contaminadas ao consumir a Belorizontina, o técnico em segurança em tecnologia Vanderlei Vanderlei de Paula Oliveira, 39, classificou como "estranha" a volta da empresa. "É muito ruim isso. Fomos deixados de lado, em segundo plano", disse. Assim como outras vítimas, Vanderlei não recebeu indenização pelo fato de ter sido contaminado. O inquérito da Polícia Civil indicou 11 pessoas, entre os proprietários da empresa e funcionários, por homicídio culposo (quando não há intenção de matar), lesão corporal e intoxicação alimentar.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA AVISO DE LICITAÇÃO-PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2022-PROCESSO Nº 017/2022

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ TOMADA DE PREÇOS 04/2022 - Processo 7698/2022

MUNICÍPIO DE PIRACAJÁ AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PIRACAJÁ O Município de Piracajá toma público que no dia 27 de abril de 2022, às 10:00 horas, fará licitação na modalidade...

COS CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PIRACAJÁ O Município de Piracajá toma público que no dia 28 de abril de 2022, às 10:00 horas, fará licitação na modalidade...

MUNICÍPIO DE REGINÓPOLIS AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA AVISO DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Jaticobabal - SP EDITAL - Abcabe-se abasta a Prefeitura Municipal de Jaticobabal, SP, a empresa INCORPORAÇÃO PÚBLICA Nº 08/2022...

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias_debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Os desafios da educação pós-pandemia

É hora de inovar com base em dados e evidências

Mozart Neves Ramos

Membro do Conselho da Mind Lab e titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira de Estudos Avançados da USP (Ribeirão Preto); ex-secretário da Educação de Pernambuco

Desde o fechamento das escolas em razão da pandemia de Covid-19, há dois anos, e à medida que o número de casos da doença cresce país a fora, toda a comunidade escolar passou por inúmeros percalços. Reflexos disso são sentidos até hoje, mesmo com a vacinação avançada, inclusive entre crianças, e as aulas presenciais retomadas em todas as regiões do Brasil.

Consenso entre especialistas, a demora em reabrir as escolas comprometeu ainda mais a qualidade do ensino. O relatório "Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil", conduzido pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), mostrou que as escolas brasileiras passaram cerca de 279 dias fechadas no primeiro ano de pandemia.

Esse cenário provocou um grande retrocesso educacional aferido pelos níveis de proficiência escolar nas redes públicas e privadas. Os resultados recentes do Saresp (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) revelaram que um estudante da rede estadual paulista terminou o ensino médio em 2021 com uma defasagem de quase seis anos em ma-

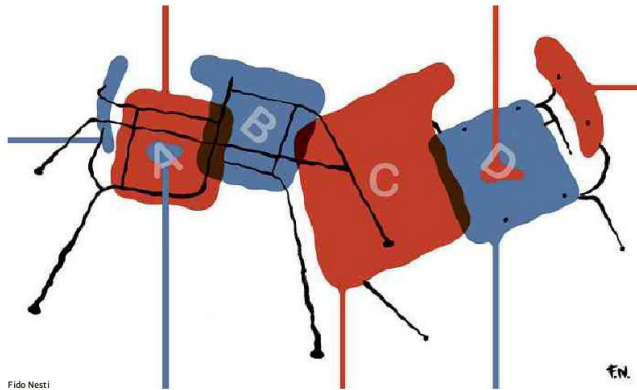
temática e, em língua portuguesa, quatro. O que mais preocupa é que estamos falando da primeira rede escolar a oferecer atividades de ensino remoto e uma das primeiras a retomar as aulas presenciais. Ainda assim podemos ver grandes perdas em todas as etapas escolares.

As primeiras avaliações também mostram que o impacto foi mais acentuado nas crianças em fase de alfabetização ou concluindo o último ano do ensino fundamental. Ainda de acordo com os dados do Saresp, as crianças concluintes desta etapa tiveram um retrocesso em matemática equivalente aos resultados de 2013. Para se ter uma ideia mais tangível, 61,6% dos estudantes do quinto ano não sabem resolver uma simples questão de subtração como esta: "uma construtora encomendou 10 mil parafusos a uma loja, que possuía apenas 3.825 em estoque. Quantos itens são necessários para completar a encomenda?". Em língua portuguesa, a situação é igualmente grave. Um aluno do quinto ano em 2021 apresenta uma proficiência de um estudante do terceiro. Se isto ocorre em São Paulo, é ainda mais preocupante quando nos deparamos com o restante do país.

Ainda em 2020, segundo o Censo Escolar, 2.449 municípios não tiveram nenhuma aula ao vivo. E apenas 417 cidades tiveram estrutura suficiente para oferecer aulas online de maneira satisfatória. O censo mostrou também que a internet está disponível em 89,4% das escolas da rede federal, 74,1% nas da rede estadual e em apenas 39,8% nas municipais. Para além desses problemas estruturais, ficou nitida também a defasagem de habilidades socioemocionais de alunos e professores, já que o convívio entre pares sempre foi importante para cultivarmos respeito e empatia.

Por outro lado, entendo que o cenário pós-pandemia pode ser transformado em janela de oportunidade para mudar nossa maneira de ensinar e aprender. É hora de inovar com base em dados e evidências. É necessário que a escola passe por uma metamorfose, que transforme sua base conteudista em aprendizados essenciais para a vida atual e futura dos estudantes, que os prepare de maneira autônoma para fazer escolhas em seus projetos de vida. Para isso, temos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como uma bússola efetiva, que vai nos orientar quanto às demandas reais dos alunos.

Se ficarmos presos ao retrovisor, o desastre será inevitável. Mas, se tivermos a coragem de olhar para onde aponta o farol e fazer as mudanças necessárias, talvez a educação brasileira tenha chances. Para isso, devemos buscar o que este país tem de melhor, pois sou daqueles que entendem que o Brasil pode aprender com o Brasil. Precisamos de líderes educacionais, capazes de romper com o atual status quo — e isso, infelizmente, está nos faltando.



Fido Nesti

A pertinência das reformas microeconômicas

Segurança jurídica estimula investimento privado

Adolfo Sachsida

Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos do Ministério da Economia

O Brasil avançou em importantes reformas macroeconômicas, como a previdenciária — a maior reforma estrutural da história —, e o novo marco fiscal, que compreende o conjunto das seguintes normativas: a lei de assistência aos governos estaduais e municipais, impedindo o aumento de salário para funcionários públicos por dois anos (2020-21); a resolução do passivo da Lei Kandir; a lei que estabelece gatilhos para estados e municípios, que promoveu melhorias na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); e a emenda constitucional 109, a PEC Emergencial.

Essas iniciativas implicaram a redução das três grandes despesas do governo federal: Previdência, pessoal e pagamento de juros. Este será o primeiro governo desde 1997 que terminará o mandato gastando menos como proporção do PIB do que quando assumiu.

Nossa agenda econômica — baseada no binômio consolidação fiscal e reformas pró-mercado — também obteve importantes avanços microeconômicos. Um robusto conjunto de reformas foi levado a cabo desde

sendo debatidos agora com o Congresso Nacional: novo marco das garantias, modernização de registros públicos, novo marco de securitização e o aprimoramento das garantias do agronegócio. Medidas com potencial de alavancar o mercado de crédito, dando oportunidade de acesso a um volume maior de recursos a taxas de juros mais baixas.

Dentro da agenda de reformas promovida, temos atuado para abrir a economia e diminuir a carga tributária. No lado da abertura, temos a redução de 10% da Tarifa Externa Comum (TEC) e em 20% das tarifas de importação sobre bens de informática, de telecomunicação e de capital. No lado dos impostos, há o fim do adicional de 10% do FGTS sobre rescisão sem justa causa, as reduções do Seguro DPVAT, das taxas da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFERM), do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e o fim gradual do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) câmbio. Medidas que reduzem o peso morto dos tributos e aumentam a eficiência econômica.

As reformas microeconômicas, aprovadas em conjunto com a nossa agenda de concessões e privatização da Eletrobras, acarretam importante crescimento da produtividade da economia brasileira. Mais segurança jurídica emelhor ambiente de negócios estimulam o investimento privado que, por sua vez, gera mais empregos e mais renda para a população. É a economia pelo lado da oferta. Reformas microeconômicas importam.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor_leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

ASSUNTO ONDE VOCÊ GOSTARIA QUE O GOVERNO INVESTISSE O DINHEIRO DOS SEUS IMPOSTOS?

- Saneamento básico, infraestrutura, educação, saúde e esportes. **Vilmara Barboza** (Vitória da Conquista, BA) *
- Renda básica universal. **Ricardo Pimont Strambi** (Santos, SP) *
- Infraestrutura urbana para grupos marginalizados das ruas. **Bernardo Ranieri** (Belo Horizonte, MG) *
- Na triade saneamento básico, educação e segurança pública. **Robson Sciola** (Petrópolis, RJ) *
- Em adaptação climática das cidades, na mobilidade elétrica, no saneamento básico e na recuperação de bacias hidrográficas e dos rios. Na preservação ambiental e nos cuidados com os mares e oceanos. Na geração de energia renovável e na eficiência energética. **Juliano Bueno de Araujo** (Curitiba, PR) *
- Nos dois setores primordiais para a economia: educação e saúde. Sem educação não há profissionais qualificados para exercerem a cidadania de forma a gerar capital — e não me refiro só ao ensino técnico. E saúde, pois um país que não se preocupa com a qualidade de vida dos cidadãos está fadado à miséria. **Tainan Santos** (Taubaté, SP) *
- Educação gratuita para todos. **José Rafael Schmitt Neto** (Curitiba, PR) *
- Na dragagem dos principais rios. **Nilson Dutra** (Rio de Janeiro, RJ) *
- Educação, infraestrutura, saúde, mobilidade. **Gioia Matilde Alba Tumbiolo Tosi** (São Paulo, SP) *
- Emprego, saúde, educação, ambiente. **Vera Lucia Lucas Pinto** (São Paulo, SP) *
- Educação, ciência e ambiente. Com esse conjunto de prioridades, não há país que não avance. **Vera Maria da Costa Dias** (Porto Alegre, RS) *
- Na saúde, equipando hospitais e fazendo auditorias constantes e rígidas, assegurando-se de que os profissionais tenham proficiência e cumpram seus turnos realizando as tarefas do cargo. Assegurando também que os equipamentos e suprimentos sejam usados de forma eficiente. **Lilian Ramos** (São Paulo, SP) *
- Infraestrutura, rodovias, ferrovias, saneamento, saúde e educação. **Roberto Muniz** (Rio de Janeiro, RJ) *
- Especialmente na educação básica, e prioritariamente no ensino fundamental I. **Gildázio Garcia Vitor** (Ipatinga, MG) *
- Saneamento, educação e SUS. **Salazar Antonio Chagas** (São João del Rei, MG) *
- Na educação. Inclusive no salário dos professores, educadores e funcionários da escola. **Jimmy Robson Nascimento Caldas** (São Paulo, SP) *
- Ficaria muito realizada com mais saneamento básico e rodovias mais seguras. **Isabella Ribeiro do Valle Dias** (Garanésia, MG) *
- Creches, educação, saúde, saneamento básico, geração de emprego e proteção do ambiente. **Fernando Marcos Mota Pereira e Silva** (Belém, PA) *
- Vou pela via inversa. Não deve investir em aumentar salários, privilégios e penduricalhos da elite do funcionalismo. **Welton Carvalho Malheiros** (Campinas, SP) *
- Segurança pública. **Silvia Dutra** (Campinas, SP) *
- Na infraestrutura das escolas, para que possa haver uma educação completa. **Herta Elbern** (Porto Alegre, RS) *
- Educação, energia sustentável, políticas públicas para proteção da Amazônia e da população indígena. **Claudia Martins Leite Garcia** (Rio de Janeiro, RJ) *
- Fazer o que obriga a Constituição Federal no seu artigo 3º: erradicar a pobreza, a marginalização e as desigualdades sociais. **Helio Cardoso** (Mirassol, SP)

Temas mais comentados pelos leitores no site

De 2 a 8 abr. - Total de comentários: 12.949

- 366 Lula pede para militância pressionar famílias de deputados; bolsonaristas reagem (Política) 6abr
- 262 Eduardo Bolsonaro ironiza tortura sofrida pela jornalista Miriam Leitão (Política) 3abr
- 243 Quem não sabe distinguir piada de ofensa não está pronto para sociedade (João Pereira Coutinho) 2abr

OUTROS ASSUNTOS

- Combustíveis**
Editorial "Percalços de Lula" (Opinião, 9/4) fala da "cantilena demagógica de Lula em favor do controle de preços dos combustíveis". Por que cantilena? E por que demagogia? Alguém pode ser contra controle de preços dos combustíveis em um país movido quase só por caminhões? **Ademar G. Feiteiro** (São Paulo, SP)
- Demétrio Magnoli**
A sempre covarde indignação seletiva ("Escaladas da covardia", Política, 9/4). Tem algo a dizer sobre os ataques de Lula a Nise Hamagushi? **Adriana Mara de Moura e Souza** (Barroso, MG)
- Cláudio Castro**
A questão é "descolar" ("Aliados de Castro alertam para risco de colar imagem a Bolsonaro", Painel, 9/4). Primeiro a milícia elege Witzel, depois derruba Witzel. Agora fingem que não é adepto do "um manda, outro obedece"? **José Roberto Pereira** (Curitiba, PR)
- Ucrânia**
A hipocrisia ocidental fala tanto em segurança jurídica e a deixa de lado quando conveniente. Biden é um grande enganador. ("Barcos, helicópteros, arte: Europa congela US\$ 30 bilhões em ativos de oligarcas russos", Mercado, 9/4) **Josue de Oliveira** (Rio de Janeiro, RJ)

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 09 a 11/04/2022	Caderno: Economia



Do Uber e táxi às passagens aéreas, alta dos combustíveis faz preços dispararem

Desde que a Petrobras anunciou o megarreajuste do preço do diesel e da gasolina, tarifas de quase todos os serviços ao consumidor também tiveram altas expressivas

Renée Pereira e Márcia De Chiara, O Estado de S. Paulo

09 de abril de 2022 | 14h00

A alta no preço dos combustíveis vai muito além dos gastos para encher o tanque do carro. Nas últimas semanas, [desde o último anúncio de reajuste feito pela Petrobras](#) - de 18,8% na gasolina e 24,9% no diesel nas refinarias -, vários aumentos foram anunciados. As tarifas de viagens por aplicativos subiram cerca de 6%; as entregas de encomendas (delivery), até 50%; e as passagens aéreas, entre 32% (internacionais) e 62% (nacionais). Isso sem contar o que vem pela frente. As empresas de transporte público reivindicam aumentos de cerca de 20%.

Alimentos e produtos industrializados também sentem os efeitos da alta dos combustíveis, por causa do aumento dos fretes. Hoje, o Brasil movimenta mais de 60% de suas cargas por rodovias, em caminhões movidos a diesel. [Como o reajuste impacta o custo das transportadoras, esse aumento também é repassado para o frete](#). Algumas já conseguiram recompor as perdas, outras ainda estão renegociando os contratos com os clientes para repassar, pelo menos, parte do aumento.

O presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Carga de São Paulo e Região (Setcesp), Adriano Depentor, afirma que a entidade aconselhou seus associados a reajustarem o frete entre 14% e 15%. “A orientação é repassar os aumentos para manter as contas saudáveis. Mas cada um vai decidir o porcentual e a melhor forma de revisar

seus preços”, diz o executivo, destacando que as companhias têm contratos de longo prazo com clientes.

Em 12 meses, diz, o valor do frete por quilômetro subiu entre 20% e 28% por causa da inflação e da mão de obra. “Quem viveu os tempos da hiperinflação tem até arrepio de ver a escalada dos preços.”

Efeito bola de neve

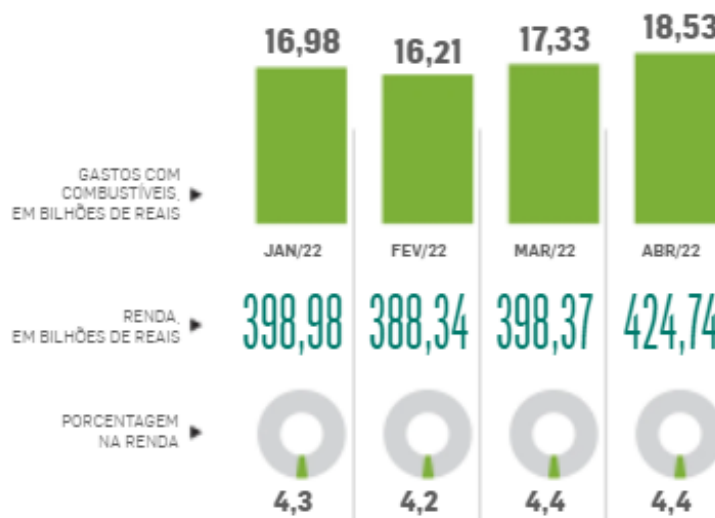
Para o presidente da Trevisan Escola de Negócios, VanDyck Silveira, [a alta dos combustíveis provoca uma bola de neve na economia por causa dos repasses](#). Além do preço do frete, que é transferido para outros produtos, o setor de serviços também reflete o aumento. As viagens de carro por aplicativos, por exemplo, ficaram mais salgadas desde o anúncio da Petrobrás.

Entre os meses de março e abril, o gasto dos brasileiros com despesas essenciais, como combustíveis, alimentos e educação, aumentou R\$ 16 bilhões. Desse total, R\$ 1,25 bilhão veio do reajuste da gasolina e diesel, segundo dados da consultoria Tendências Consultoria Integrada. Isso explica o avanço de 1,62% da inflação em março, a maior para o mês em 28 anos.

A expectativa é que os preços continuem a pressionar a renda dos consumidores, que vem sendo corroída ano após ano. A economista da Tendências, Alessandra Ribeiro, afirma que, como se trata de um bem com pequena elasticidade, o aumento reduz o espaço no orçamento do brasileiro para outros bens e serviços. “E isso tem um efeito redutor no crescimento econômico.”

Reflexo na renda

Aumento do preço dos combustíveis retirou renda do consumidor brasileiro



Aplicativos e táxis mais caros

O presidente da Associação de Motoristas de Aplicativos, Eduardo Lima de Souza, afirma que a tarifa da 99 subiu 5% e a do [Uber](#), 6,5% por km rodado. “O aumento dos combustíveis foi de 18%, então continuamos com defasagem. Muitos motoristas estão tendo de ampliar a carga horária para manter a renda.” Isso significa trabalhar até 14 horas por dia.

Nesse caso, o consumidor não tem para onde correr. O preço das corridas de táxis também subiu. Em São Paulo, depois de sete anos sem aumento, a prefeitura autorizou o reajuste. O valor inicial da corrida saltou para R\$ 5,50, com aumento de 22%. O quilômetro percorrido teve alta de 45%. A tarifa horária, cobrada quando o carro está parado ou em baixa velocidade, subiu 48%, para R\$ 49.

“O aumento tinha de sair de qualquer jeito, a categoria estava numa situação delicadíssima”, afirma Luiz Capelo, vice-diretor do Sindicato dos Taxistas Autônomos de São Paulo. Ele conta que, antes do reajuste, muitos motoristas enfrentavam “pane seca”: paravam de rodar por falta de dinheiro para abastecer.

A maioria roda com carros movidos a etanol e [gás natural veicular \(GNV\)](#). Só pequena parcela abastece com gasolina. Dados da [Agência Nacional do Petróleo](#) mostram que, nos últimos três meses, o preço médio do GNV subiu 25,86%, a gasolina comum teve alta de 10,93% e o etanol, de 4,15%.

Efeito nas entregas

Outro hábito que caiu nas graças do brasileiro, o delivery também teve suas taxas revisadas pelas empresas. Desde o início do mês, os entregadores do [iFood](#) tiveram aumento de 50% no valor mínimo por km rodado, de R\$ 1 para R\$ 1,50, e outro de 13% no valor da rota mínima (a menor quantia que recebem por uma entrega), de R\$ 5,31 para R\$ 6.

Segundo a companhia, o aumento teve caráter de urgência por causa da inflação e do aumento dos combustíveis.

No transporte escolar, o reajuste médio das mensalidades, que ficou em torno de 20%, fez com que 30% dos pais desistissem do serviço, conta Anderson Malafaia, presidente da União Geral do Transporte Escolar.

A entidade tem 3 mil associados no Estado de São Paulo, entre motoristas autônomos, empresas e cooperativas.

Quase a totalidade dos veículos usados no transporte escolar são movidos a diesel. “O impacto da alta do diesel foi muito relevante para nós e o nosso custo operacional subiu demais”, diz Malafaia.

Mesmo com aumento da mensalidade do transporte escolar, que varia muito a depender do bairro, entre R\$ 200 e R\$ 900, por exemplo, Malafaia diz que esse reajuste não cobre todos os aumentos de custos que os motoristas tiveram. A necessidade de reajuste da mensalidade para retornar à situação pré-pandemia seria em torno de 40%.

Pressão no transporte público

Outro que reivindica uma revisão dos preços é o setor de transporte público, em que o diesel representa 30% da operação (antes do aumento da Petrobras era de 26,6%).

Segundo o presidente executivo da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, Francisco Christovan, com a alta do diesel o setor teria de reajustar tarifas em 19,5%, mas nada foi repassado.

Nos bares e restaurantes, por causa da pressão de alimentos e, sobretudo, gás de botijão - que aumentou quase 30% em 12 meses -, a situação é crítica. “O gás representa entre 8% e 10% do custo das nossas mercadorias”, afirma Paulo Solmucci, presidente da Abrasel.

Pesquisa recente da entidade revela que 38% dos estabelecimentos amargam prejuízos e 60% declararam estar no vermelho porque não conseguiram repassar aumentos de custos para o cardápio.

Veículo: G1	
Data: 10/04/2022	Caderno: Globo Rural



Alta no preço do diesel encarece custo das lavouras

Com o aumento, agricultor tem gastado mais dinheiro no abastecimento de máquinas agrícolas e frete.

Por Globo Rural

10/04/2022 09h14 Atualizado há um dia



Alta no preço do diesel encarece custo das lavouras

A alta dos combustíveis no Brasil também tem causado impacto no campo, já que o agricultor precisa gastar mais dinheiro para abastecer máquinas agrícolas e pagar o frete .

- O valor do diesel, por exemplo, subiu quase 25% nas refinarias e o aumento foi imediatamente repassado para o consumidor, encarecendo o custo da lavoura.
- Um exemplo do impacto do alto valor está no uso de uma colheitadeira, que consome 500 litros por dia. No mês passado, ela gerava uma despesa diária de R\$ 2.500 mil. Agora, são gastos R\$ 3.500. Para não encarecer ainda mais todos os processos, a solução tem sido buscar alternativas.

Mudança em preço de transferência eleva imposto sobre múltis

Brasil trabalha com OCDE para mudar sistema; organização descarta perda de investimento

Por Assis Moreira — De Genebra

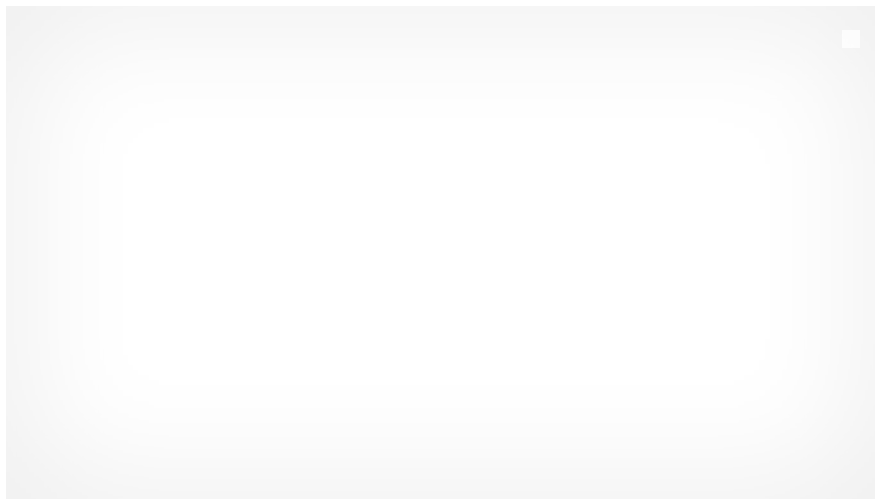
11/04/2022 05h00 · Atualizado há 4 horas



O alinhamento do Brasil ao padrão de preços de transferência da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Economico (OCDE) vai evitar ao país continuar a sofrer perdas de receita de bilhões de reais por ano, afirma Pascal Saint-Amans, diretor do Centro de Política e Administração Fiscal da OCDE, em entrevista ao **Valor**.

Autoridades brasileiras e Saint-Amans vão detalhar as características técnicas do novo sistema brasileiro amanhã em Brasília, resultado de convergência entre a OCDE e a Receita Federal. Segundo ele, a fase final dos estudos iniciados em fevereiro de 2018 mostrou uma surpreendente dimensão de perdas para o Brasil pelo sistema atual.

PUBLICIDADE



“Se dizemos que o Brasil perde receita hoje e mudando as regras perderá menos, quer dizer que as empresas vão pagar mais imposto”, diz Saint-Amans. “Alguém pode argumentar que não é bom para o investimento. Na realidade, como a situação é complexa, não é incompatível com uma melhora do regime fiscal das empresas no Brasil.”

Preço de transferência é uma questão que todas as multinacionais enfrentam. Pode ser usado para mover lucros de um país a outro. Diz respeito ao valor cobrado quando bens ou serviços são vendidos entre duas companhias do mesmo grupo em países diferentes. Pode permitir que elas minimizem legalmente suas obrigações fiscais, por exemplo, contabilizando

transações com preços baixos ou excessivos ou transferindo lucros para jurisdições com impostos baixos, como em paraísos fiscais. Para algumas transações, pode ser relativamente fácil definir os preços de transferência e também para que as autoridades tributárias os controlem. Mas há transações mais complexas, envolvendo, por exemplo, ativos intangíveis e certas transações financeiras, o que torna mais desafiador o controle pelas autoridades fiscais.

O sistema brasileiro, com margem fixa, foi originalmente projetado para ser simples e fácil de aplicar. Mas a avaliação na OCDE é de que o fez de uma forma desconectada da realidade comercial e resultou em perdas bilionárias de receita e em problemas de dupla tributação.

Para aderir à OCDE, o Brasil adotará um novo sistema totalmente alinhado ao padrão da entidade, que busca determinar o preço de mercado apropriado na transação. Ao mesmo tempo, serão desenvolvidas medidas de simplificação para alcançar os objetivos do antigo sistema, mas com base na realidade econômica. Autoridades brasileiras deverão determinar o momento em que um projeto de lei será apresentado ao Congresso e como o sistema será colocado em prática - de forma gradual.

Saint-Amans é uma das maiores autoridades mundiais na área tributária. Está no centro da luta contra a evasão fiscal. E foi peça-chave na criação do imposto mínimo mundial de 15% sobre as multinacionais, na principal reforma do sistema tributário internacional em décadas. Leia a seguir trechos da entrevista antes de sua viagem a Brasília:

Valor: *O sistema brasileiro de preço de transferência tem efeitos prejudiciais para o Brasil?*

Pascal Saint-Amans: Sim, é isso. Identificamos já há um bom tempo que a política de preço de transferência do Brasil era atípica, muito diferente e não em linha com o padrão da OCDE. Para facilitar uma mudança, decidimos com o Ministério da Economia e com a Receita Federal fazer um trabalho de análise. Esse trabalho está terminando e levou a constatações bastante

surpreendentes. Pensávamos que o sistema brasileiro era bem diferente, mas muito robusto e que protegia a base fiscal do Brasil. A imagem do Brasil era de “tough guy”, muito severo. O estudo mostrou que o sistema brasileiro tinha várias falhas e levava a muitas perdas de receita. A principal lição desse trabalho é que, de maneira construtiva, relaxada, pudemos fazer uma análise comum da situação entre OCDE, de um lado, e Receita Federal de outro, e se dar conta de deficiências e de algumas vantagens, mas que são limitadas, para chegar a essas conclusões comuns que facilitarão a aproximação e alinhamento do Brasil aos padrões internacionais.

Valor: *Como essa perda de receita pelo Brasil ocorre, na prática?*

Saint-Amans: As multinacionais são atualmente capazes de transferir legalmente os lucros gerados pelas operações no Brasil para jurisdições estrangeiras de baixa ou nenhuma tributação explorando algumas das divergências entre a estrutura de preço de transferência brasileira em comparação com o padrão internacional. Um exemplo concreto é o caso de uma empresa com produtos de grande valor e se beneficia de fatores de produção baratos. Devido ao sistema brasileiro de margens fixas a empresa pode legalmente deixar apenas uma pequena quantidade de lucro no Brasil, digamos 15% do custo de produção, enquanto o valor real agregado está próximo de 100%! O produto será vendido para outra empresa do grupo em um país de baixa tributação e revendido de lá para terceiros; por causa da margem fixa, o lucro terá sido transferido para fora do Brasil. Esse é só um exemplo, muitas outras situações surgem em relação a outras transações que afetam todos os setores da economia brasileira, incluindo transferências de ativos valiosos, inclusive intangíveis, bem como transações financeiras.

“

O Brasil tem duas razões para se alinhar às regras da OCDE: elas são mais robustas e as do país, bastante frágeis”

Valor: *O Brasil perde quanto de receita fiscal por ano nesse caso?*

Saint-Amans: Não tenho cifras precisas, mas falamos de montantes bastante elevados, bilhões de reais, sem dúvida. Esse estudo se apoiou no “reporting” país por país adotado no caso do BEPS (Erosão da Base Tributária e Transferência de Lucros). Examinando esse estudo, o Brasil percebeu que boa parte da base tributável que deveria ter ficado no país era transferida para países que ofereciam vantagens. O preço de transferência brasileiro, que dava a impressão de ser sólido, com preço fixo na transação em função da atividade, na prática era facilmente contornado ou mesmo utilizado para transferir lucros ao estrangeiro. O sistema favorece transferência ao estrangeiro, com perda de receita, como também é rígido em alguns domínios, o que é um obstáculo a melhor integração do Brasil nas cadeias de valor.

Valor: *Quanto o Brasil perderia, então?*

Saint-Amans: São montantes elevados, não são valores secundários sobre uma empresa.

Valor: *Muitas multinacionais adotam essa prática, de evitar imposto no Brasil?*

Saint-Amans: A resposta é sim. É algo sistematicamente utilizado, o que é lógico. Há um sistema fiscal com suas vantagens e seus inconvenientes, e as empresas lidam com ele. A vantagem desse sistema, e por isso quisemos construir uma resposta comum com a Receita Federal, é que é simples a administrar. Não necessita muitos auditores fiscais ou muitos controles, pois há margem fixa determinada de antemão e as empresas não têm escolha. Já com o preço de transferência da OCDE é preciso examinar transação por transação. Reconhecemos que é complicado, sofisticado e necessita mais recursos na administração fiscal. Dito isso, tentamos compreender como a própria OCDE poderia simplificar as coisas. O Brasil vai se alinhar às regras da OCDE, e por sua vez a OCDE evolui na direção um pouco do lado positivo do sistema brasileiro.

Valor: *Por exemplo?*

Saint-Amans: O que fizemos nos últimos anos na OCDE foi modificar o padrão de preço de transferência. No projeto BEPS, temos três medidas sobre preço de transferência. Primeiro, dizemos que se [a empresa] quiser localizar propriedade intelectual num país é preciso ter substância. Segundo, podemos simplificar as referências sobre preço de matérias-primas, como petróleo, e olhar o preço do mercado como fazem o Brasil e a Argentina. Portanto reconhecemos que esse chamado “sexto método” não é incompatível com o padrão da OCDE. Também desenvolvemos o acordo global anunciado em outubro de 2021 com dois pilares: o pilar 2 introduz um imposto mínimo mundial de 15% sobre as multinacionais - e o Brasil deverá se colocar a questão se vai aplicar esse imposto; vamos trabalhar estreitamente com o Brasil para ver se é possível. E o pilar 1 prevê duas coisas: as maiores múltis, notadamente americanas e europeias, que acumulam US\$ 700 bilhões de lucros anuais, quando esse acordo político será juridicamente aplicado, acima do lucro de 10% deixarão uma fatia de 25% nos países de mercados em função de critérios, que a empresa tenha ou não presença física no país. Teremos de US\$ 125 bilhões a US\$ 200 bilhões por ano redirecionados a países de mercado. O Brasil é um grande país de mercado. Portanto, é uma mudança fundamental. Além disso, quando uma empresa tem atividade de distribuição num país, que é pouco remunerada, vamos também simplificar regras, como faz o Brasil, para a empresa e o país terem mais segurança jurídica. Será uma abordagem que respeitará o princípio de plena concorrência, só que mais simplificada. O Brasil tem duas razões para se alinhar às regras da OCDE: elas são mais robustas e as regras brasileiras são bastante frágeis.

Valor: *Quais as modificações legais que o Brasil deverá fazer, então, para se alinhar ao sistema OCDE?*

Saint-Amans: O Brasil precisa aprovar uma lei que vai colocar em questão seus princípios de margem fixa e reconhecer a pertinência de uma abordagem transacional. Entendo que esse projeto de lei está bem avançado, mas a questão agora política, que não nos pertence, é sobre a sequência, o timing para essa mudança legislativa. Entendemos que tem eleição no Brasil neste ano. Mas esses são trabalhos técnicos e bipartidários, não é de

partido contra partido. Temos confiança de que esses trabalhos vão resultar em maioria possível no Brasil após as eleições.

Valor: *Ou seja, o Brasil precisará aderir ao princípio de “arm’s length” (plena concorrência), no centro do padrão da OCDE?*

Saint-Amans: Sim. “Arm’s length” em inglês quer dizer à distância do braço. Ou seja, devemos fazer as transações como se não estivéssemos em família. Em família, nos abraçamos. Quando somos estrangeiros, estamos à distância do braço, o que a expressão em francês ou português não traduz exatamente. Assim, o princípio obriga uma empresa, ao fazer transação interna, a colocar o preço do mercado, que seria como com uma entidade independente e não como com alguém da família. É uma regra que data de 1928. Cada transação interna deve ser feita ao preço de mercado. Esse sistema tem sua fraqueza, pois num mundo aberto, com paraísos fiscais, as empresas tem interesse a localizar seu lucro nos países onde tem pouca tributação. Por isso, fizemos o BEPS.

“

A OCDE recomenda a reforma tributária para ser mais eficaz e penalizar menos a fluidez dos negócios”

Valor: *Sua implementação será gradual ou rápida?*

Saint-Amans: A mudança deverá vir, e é importante. Agora, a aplicação será gradual, daí a importância de ter a Receita Federal se sentindo confortável com essa mudança, e não algo imposto do exterior. Daí o interesse desses trabalhos construídos de maneira muito construtiva, que podemos duplicar na área de convenção fiscal do Brasil. O Brasil tem uma política de convenção fiscal bastante estrita, que tem justificativas de um lado e fraquezas de outro. Podemos imaginar trabalhar de forma construtiva nessa área, como ocorreu com preços de transferência, que foi uma experiência única e muito positiva.

Valor: *Com a mudança nos preços de transferência no Brasil, as múltis pagarão mais impostos?*

Saint-Amans: Sim, se dizemos que o Brasil perde receita hoje e mudando as regras perderá menos, quer dizer que as empresas vão pagar mais imposto. Alguém pode argumentar que não é bom para o investimento. Na realidade, como a situação é complexa, não é incompatível com uma melhora do regime fiscal das empresas no Brasil. É que o sistema atual acumula inconvenientes. Não estou dizendo que o Brasil era muito ruim e o resto do mundo era muito bom, não. Mas a simplicidade do sistema brasileiro esbarra no problema da dupla tributação.

Valor: *A OCDE diz que a mudança ajudará o Brasil nas cadeias globais de valor. Como?*

Saint-Amans: É ligado ao que acabamos de falar. O Brasil tem suas próprias regras, que fundamentalmente se articulam mal com o resto do mundo. Constatamos que as empresas não faziam necessariamente todos os investimentos que elas poderiam fazer no Brasil. Pensamos que não é só o obstáculo fiscal, mas há um obstáculo fiscal que é significativo. E se ele é resolvido, poderá facilitar uma melhor integração.

Valor: *A mudança do preço de transferência também precisa ser feita para o Brasil aderir à OCDE?*

Saint-Amans: Claro, para aceder à OCDE o Brasil precisa estar em conformidade com os padrões da OCDE. Estar em conformidade com regras do preço de transferência e sem dúvida também na área de convenção fiscal é condição "sine qua non".

Valor: *Ou seja, o país deve fazer isso em dois, três anos?*

Saint-Amans: É preciso fazer isso antes de poder aceder à OCDE. Há um calendário apertado. Depende da velocidade com que o Brasil quer entrar, mas manifestamente é um dos pontos importantes da acessão do país à OCDE. Mas, eu insisto nisso, não é uma pressão imposta pela OCDE, construímos isso juntos.

Valor: *O ministro Paulo Guedes passou recentemente na OCDE e conversou com o senhor sobre a reforma tributária. É algo que pesa também para a adesão?*

Saint-Amans: A questão de política fiscal em geral não é uma questão de acessão. Temos padrões como de troca de informação fiscal com o Brasil, o país aplica o BEPS e se engajou a fornecer informações confiáveis para nossas estatísticas. Em contrapartida, a OCDE tem recomendações nessa área, que os países não são obrigados a aplicar. O que vemos do Brasil é que sua carga tributária é elevada (33,9% do Produto Interno Bruto em 2021) e com um sistema de IVA (imposto sobre o valor agregado) que não é bom, por causa da estrutura federal e da maneira como é repartido entre o governo federal e os Estados. Os trabalhos que começaram de simplificação e melhora da eficácia da IVA são muito importantes, e assegurar receita sem distorção econômica. IVA é imposto muito bom, que pode ser um pouco regressivo e é preciso prestar atenção a isso. E no Brasil ele não é tão eficaz.

Valor: *No Brasil, paga-se muito imposto?*

Saint-Amans: O IVA no Brasil não é eficaz, gera renda mas causa também obstáculos à fluidez das trocas, torna a vida mais complicada. No domínio de imposto sobre as empresas, a receita poderia ser mesmo mais elevada ao mesmo tempo facilitando mais a vida das companhias. Uma recomendação da OCDE pode fazer a reforma tributária para ser mais eficaz, menos penalizante para a fluidez dos negócios. Hoje, o sistema brasileiro comparado aos outros países da América Latina tem um nível de imposição obrigatório que é mais elevado, mas vai com um nível de desenvolvimento do Estado que é superior a outros países da região.

Valor: *Com pandemia e agora guerra o endividamento dos países cresce. A tendência é de se pagar mais imposto?*

Saint-Amans: Globalmente, a tendência é efetivamente de alta da taxa de imposição em relação ao PIB. Mas há situações muito diferentes. Na Europa, a França tem carga tributária extremamente elevada, superior a 45%. A América Latina, África, um pouco menos na Ásia tem taxas muito baixas. Na América Latina, posso citar Guatemala, onde a carga tributária deve ser 12%, e com isso um país não pode financiar a justiça, a educação, a saúde. No Chile, deve ser em torno de 20% e isso conduziu a

agitações sociais. É um país que se desenvolveu, mas sem uma cobertura social suficiente para assegurar a paz social. O Brasil tem um nível relativamente elevado, comparável à média da OCDE. A questão para o Brasil é mais a eficácia do sistema tributário.

Valor: *Onde aumentar impostos hoje?*

Saint-Amans: Aí também a situação é diferente segundo os países. Mas vemos algumas maneiras de aumentar a tributação de maneira eficaz, que não penalize as empresas, e isso é importante. Primeiro, nos países em desenvolvimento, lutar contra a economia informal e em particular aproveitar a digitalização das administrações tributárias para coletar muitas informações e fazer com que o “compliance” se faça facilmente. Segundo, é assegurar a boa coleta do IVA, notadamente numa época digital, onde mais e mais transações são feitas digitalmente. O terceiro, mais para os países desenvolvidos, é a aplicação uma tributação mais inteligente sobre a renda do capital.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados portaboola

LINK PATROCINADO

Feito pra corrida, esse Adidas super macio poupa seus joelhos no dia a dia

FACILLY

LINK PATROCINADO

Queima de estoque, o Nike mais vendido do ano em oferta imperdível

FACILLY

LINK PATROCINADO

Conheça o bombástico tênis masculino que conquistou brasileiros

LOJAS PLATINUM

Comprar agora

LINK PATROCINADO

Conheça o tênis masculino lançamento que está fazendo sucesso pelo mundo

LOJAS PLATINUM

Comprar agora

LINK PATROCINADO

Novo tratamento para sintomas de sinusite e rinite impressiona especialistas

NASECURE

Clique aqui

LINK PATROCINADO

Óculos militar é liberado no Brasil e vira febre entre pescadores e motoristas

MAXVISION™



Por Alex Ribeiro

Cobriu o BC para o Valor, a Gazeta Mercantil e a Folha de S. Paulo. É especializado em economia pelo Birkbeck College. Foi correspondente do Valor em Washington

Inflação maior e juros altos por mais tempo

Em reação a novas surpresas negativas, como o IPCA de março, os analistas econômicos estão elevando projeções de inflação de 2023 para 4% ou mais

11/04/2022 05h00 · Atualizado há 4 horas

O recado do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, de que pretende parar de subir os juros em junho está levando o mercado a rever as suas apostas para a inflação e juros. Em reação a novas surpresas negativas, como o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) de março, os analistas econômicos estão elevando projeções de inflação de 2023 para 4% ou mais. Também estão prevendo que será preciso manter os juros altos por mais tempo no próximo ano.

O IPCA de março, divulgado na sexta-feira, ficou em 1,62%, acima das previsões mais pessimistas. Uma boa parte dessa alta está ligada ao reajuste feito pela Petrobras na gasolina e, em tese, não deveria assustar tanto. O próprio Campos Neto chamou a atenção, recentemente, sobre como o repasse da alta de preços pela empresa está chegando mais rápido aos postos de combustíveis. Se o índice fica maior agora, pode ficar menor mais adiante, pois as diferenças acabam por se compensar ao longo do tempo.

Mercado acha que BC adiará cumprimento da meta de inflação

A inflação de abril e maio deverá ter contribuições baixistas importantes, com a adoção da bandeira verde para energia elétrica, a redução do preço do gás de cozinha e a queda recente do dólar.

Mas há sinais preocupantes. Os núcleos de inflação continuam a se acelerar, e a inflação de serviços, que é muito mais resistente, chegou a 6,3%. A inflação subjacente de serviços está ainda mais alta, em 7%. As surpresas negativas no IPCA têm sido recorrentes e, por isso, o mercado tem revisto cada vez mais para cima as suas projeções de inflação, não apenas para este ano, mas também para 2023. Isso preocupa, porque a política monetária está sendo calibrada para cumprir a meta de inflação do próximo ano.

Com o apagão de dados causado pela greve dos servidores do Banco Central, não é possível saber ao certo onde se encontram as expectativas de inflação. Pelo boletim Focus mais recente, com dados até o dia 25 de março, o mercado projetava uma inflação de 3,8% para 2023. É bem possível que esteja acima disso, já que a trajetória era claramente de alta.

Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), realizada em 16 de março, o Focus apontava uma inflação de 3,7% para o próximo ano. No próprio dia 25 de março, o IPCA-15 veio mais salgado do que o mercado esperava, o que deve ter pressionado ainda mais as previsões de inflação para o ano para mais perto de 4%.

Na sexta-feira, o **Valor** consultou informalmente, sem pretensões científicas, perto de duas dezenas de bancos e consultorias, para ter uma ideia dos humores após a divulgação do IPCA. Já havia um bom número de analistas que, diante da evolução negativa dos dados, estava com inflação em 4% ou mais. Outros, caminhava para tal - e o índice de março foi o empurrão que faltava para ajustar para cima.

Os juros esperados pelo mercado também estão se descolando para o alto. Pelo último dado do Focus, de 25 de março, o consenso do mercado era que o Banco Central fosse levar os juros a um pico de 13% ao ano. Ou seja, havia uma certa descrença de que o Copom seria capaz de parar o ciclo em 12,75% ao ano em maio, cenário que Campos Neto vinha afirmando que era o mais provável. O IPCA levou

os analistas econômicos e o próprio mercado a consolidar a visão de que será preciso levar a meta da Selic a 13,25% ao ano.

Mas a mensagem mais negativa está vindo da trajetória de juros mais longa, até 2023, tanto prevista pelos analistas do mercado quanto da curva de juros futuros. O Banco Central tem um bom controle dos juros no curto prazo, por isso, quando Campos Neto sinaliza que o ciclo não vai avançar muito mais, isso limita as apostas de aperto no curto prazo. Mas fortalece as apostas de que os juros vão ter que ficar mais altos por mais tempo.

Depois que o Banco Central sinalizou que vai parar de subir em breve, os analistas consultados no Focus aumentaram o juro médio previsto para o ano que vem. Como o juro vigente em 2023 determina a inflação de 2024, esse é um outro sinal de que o mercado não acredita muito que o BC será capaz de cumprir a meta de inflação em 2023.

Os juros negociados em mercado tiveram um comportamento errático. Depois que o Copom foi mais “dovish”, ou menos inclinado ao aperto monetário, as taxas de juros futuros com vencimento em janeiro de 2024 recuaram. Declarações de Campos Neto que indicam pouca disposição para seguir apertando, nos dias seguintes à reunião do Copom, também contribuíram para os juros mais longos caírem. Os índices de inflação divulgados na semana passada, primeiro o IGP-DI e depois o IPCA, desfizeram uma boa parte dessa queda de juro.

Visto no conjunto, a alta nas projeções de inflação de 2023 para bem acima da meta e a previsão de juros mais altos ao longo do ano que vem significam que, para o mercado, o Banco Central vai levar a inflação para a meta apenas em 2024 ou mesmo depois. A expectativa de inflação de 2024 já estava em 3,2% em 25 de março, acima da meta do ano, de 3%.

Por que o mercado está tão descrente que o BC vai cumprir o seu objetivo dentro do chamado horizonte relevante de política monetária? São vários motivos. Um deles é que, para tanto, os juros teriam que subir muito além do que está nas contas. Para baixar uma inflação que, na previsão de 25 de março, tinha um desvio de 0,55 ponto percentual em relação à meta, seria preciso levar o juro para acima de 14% ao ano. Parece natural, para muita gente, que o BC faça uma convergência mais lenta da inflação para a meta, para poupar a economia real.

Outro fator que leva o mercado a duvidar de um aperto mais forte é que estamos cada vez mais perto das eleições presidenciais. O BC não

costuma subir a taxa de juros quando os candidatos estão em campanha. Houve pausa nos dois últimos ciclos de alta, em 2010 e 2014, com a retomada do aperto logo depois.

Há muitos bons argumentos para uma trajetória mais gradual de cumprimento das metas, mas também há riscos. Quanto mais tempo a inflação seguir alta, maiores as chances de se tornar mais resistente.

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente

E-mail: alex.ribeiro@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Aproveite! Multiplicador Wi-Fi com desconto imperdível

CUPOM ONLINE

LINK PATROCINADO

Pós-Graduação 100% online por 12x R\$89,90.

DESCOMPLICA PÓS

LINK PATROCINADO

Próstata inchada e bexiga cheia? Homens em Salvador estão fazendo isto 2x ao dia.

10125 HOMENS APROVARAM

LINK PATROCINADO

Testamos o novo ar-condicionado portátil, confira o que achamos

AR CONDICIONADO PORTÁTIL

LINK PATROCINADO

Bombástico tênis creation!

LOJAS PLATINUM

Comprar agora

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

Esqueleto gigante de cobra encontrado no Google Maps gera polêmica sobre serpente pré-histórica Titanoboa

UM SÓ PLANETA

O rei da selva se assustou: leão sobe em árvore para escapar de rebanho de búfalos em vídeo viral

UM SÓ PLANETA

Enzo Celulari sobre estilo de vida sustentável: "Deixei de consumir diversas marcas de moda e beleza"

UM SÓ PLANETA

Mais do Valor **Econômico**

Estrangeiros sacam R\$ 16,4

No Rio, deputado mexe na Fazenda

Rodrigo Bacellar articulou troca do secretário de Fazenda em fase decisiva da aprovação do RRF

Por Gabriel Vasconcelos — Do Rio

11/04/2022 05h02 · Atualizado há 4 horas

A troca no comando da Fazenda do Rio, em momento decisivo da negociação com a União sobre o regime de recuperação fiscal, revela a dimensão da influência de um deputado estadual recém-chegado ao PL, Rodrigo Bacellar, no governo Claudio Castro (PL).

O **Valor** apurou que Bacellar, político do norte fluminense com trajetória meteórica, articulou a substituição do experiente contador Nelson Rocha, que chefiava a pasta, pelo economista Leonardo Lobo, um servidor de carreira da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com passagem recente pelas Fazendas de Rio e Goiás.

A informação foi confirmada por fontes graduadas do governo e da Assembleia Legislativa (Alerj). A troca teria sido motivada pela abertura de espaço para indicações políticas na administração fazendária e por atritos entre a Fazenda e grupos econômicos ligados a Bacellar, em especial do setor de combustíveis. Haveria divergências com relação a incentivos fiscais e ações de fiscalização e controle que avançaram dentro da secretaria sob Rocha. Agora à frente da secretaria de Planejamento, Rocha era simpático a aumentar o rigor do fisco ao setor de combustíveis a fim de maximizar receita tributária. Procurado, Rocha não se pronunciou.

A troca de secretário, oficializada na noite de 4 de abril, vem dias antes de uma audiência de conciliação entre Estado e União marcada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para discutir a aprovação final do RRF. O acordo sobre o relaxamento temporário do pagamento da dívida de R\$ 184 bilhões do Rio com a União segue travado na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que vê inconsistências como a manutenção do triênio, adicional por tempo de serviço aos servidores. Como Rocha era artífice do RRF, a mudança causou estranhamento

entre deputados e na própria Fazenda. Além de avanços no plano, houve aumento de receita de 37,2% nas receitas estaduais em 2021, com estabilidade de despesas e redução de gasto com pessoal.

Procurado, Bacellar não respondeu às perguntas do **Valor**. Advogado em primeiro mandato na Alerj, ele tem reduto eleitoral em Campos dos Goytacazes, no norte fluminense, onde rivaliza com o grupo político de Anthony Garotinho (União Brasil), a quem têm fechado as portas do Palácio Guanabara. O ex-governador buscava se aproximar de Castro para compor aliança nas eleições em troca de participação no governo.

Bacellar foi eleito em 2018 com votação modesta, 26 mil votos, e só ganhou notoriedade ao ser relator do processo de impeachment do ex-governador Wilson Witzel. Foi quando se aproximou de Castro, o principal beneficiário da cassação de seu ex-cabeça de chapa. Com a posse definitiva de Castro, o deputado ascendeu rapidamente e foi nomeado para chefiar a secretaria de Governo em maio de 2021, cargo que deixou na semana passada para tentar a reeleição esse ano.

Na pasta, Bacellar tocou programas de grande evidência, como o Segurança Presente, levado para outras cidades para além da capital, e cuidou da interlocução do governo com parlamentares, impondo derrotas ao presidente da Alerj, André Ceciliano (PT). O desempenho, dizem colegas, o habilita a disputar a presidência da Casa, articulação que seria facilitada com o apoio de Castro, se reeleito.

Sobre a última prova de força de Bacellar, a troca na Fazenda, um episódio é comentado nos bastidores: o avanço do cerco à usina de etanol Canabrava, de Campos dos Goytacazes, sua cidade natal. A usina é denunciada pelo Ministério Público do Estado por irregularidades na utilização de benefícios fiscais e sonegação de impostos, pelo que o órgão pede a restituição de R\$ 430 milhões ao erário estadual.

Segundo procuradores do MPRJ e auditores fiscais do Estado, a usina comprava combustível de produtores paulistas e revendia às

distribuidoras no Rio como se tivesse fabricado no estado. Assim, tirava proveito da alíquota especial de 3% exclusiva para o etanol produzido localmente, uma vantagem concedida ainda em 2012 no governo Sérgio Cabral. A tarifa cheia sobre o produto, sem incentivos, é de 32%. O **Valor** procurou a Canabrava, mas não conseguiu contato.

Após as ações do MPRJ, a Fazenda suspendeu, pela segunda vez em menos de um ano, a inscrição estadual da Canabrava, impedindo-a de comercializar álcool combustível. Em paralelo, corre, dentro da secretaria, processo administrativo para cassar em definitivo os incentivos fiscais à usina. Em fase final, o processo ainda não foi concluído. E, ainda que fontes com conhecimento do assunto afirmem não haver mais espaço para reverter a medida, mudanças no comando da Fazenda Estadual podem travá-la. Como são poucas as usinas “produtoras” de etanol no Estado, eventual volta da Canabrava ao mercado com a alíquota de ICMS cheia alteraria não só suas margens de lucro como a de outros atores da cadeia de combustível no Estado.

A primeira investida da Fazenda do Rio contra a inscrição da Canabrava ocorreu em maio de 2021 e, como agora, coincidiu com a troca do então secretário Guilherme Mercês por Rocha. Dois meses, depois, em julho de 2021, Rocha editou resolução que permitia a empresas alvo de processos de cassação de inscrição voltarem a realizar transações. A medida era geral, mas beneficiou diretamente a usina de Campos. À época, Bacellar, já secretário de Governo, foi um dos articuladores da solução, abraçada por Castro. Em agosto, com a Canabrava já de volta ao mercado, Castro chegou a visitar à cidade, sendo homenageado por empregados da usina, que também mencionavam Bacellar.

O governo do Rio informou que a troca tem “apenas razões técnicas” e que Rocha foi para o Planejamento para substituir Jose Luís Zamith, que saiu para a iniciativa privada. A ideia seria manter a integração entre as pastas e garantir respeito ao RRF em orçamentos futuros. Há, também, o argumento de que Lobo, o novo ocupante da Fazenda, também pode contribuir com as negociações em Brasília, por ser servidor do Tesouro.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Feito pra corrida, esse Adidas super macio poupa seus joelhos no dia a dia

FACILLY

LINK PATROCINADO

"Super quebra-cabeças" se tornam febre no Brasil

PUZI

Saiba mais

LINK PATROCINADO

Bem-estar que cabe na rotina e no bolso.

GYMPASS

LINK PATROCINADO

Revolucionário tênis d'água chega ao Brasil

TENIS DAGUA

Comprar agora

LINK PATROCINADO

Próstata inchada e bexiga cheia? Homens em Salvador estão fazendo isto 2x ao dia.

10125 HOMENS APROVARAM

LINK PATROCINADO

Pós-Graduação 100% online por 12x R\$89,90.

DESCOMPLICA PÓS

Esqueleto gigante de cobra encontrado no Google Maps gera polêmica sobre serpente pré-histórica Titanoboa

UM SÓ PLANETA

O rei da selva se assustou: leão sobe em árvore para escapar de rebanho de búfalos em vídeo viral

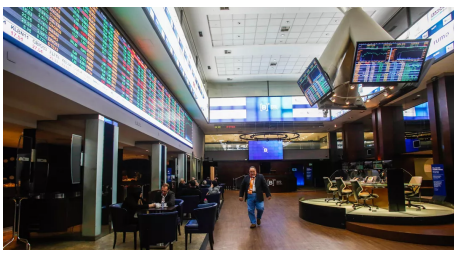
UM SÓ PLANETA

Artista faz esculturas com materiais recuperados do lixo

UM SÓ PLANETA

Ver comentários

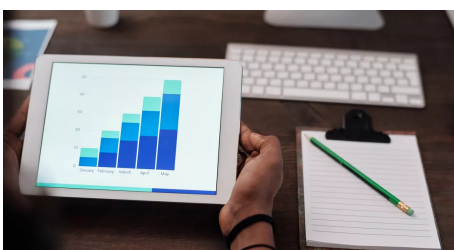
Mais do Valor Econômico



Investidores estrangeiros sacam R\$ 16,4 milhões na B3 no dia 6 de abril

Com isso, o acumulado anual caiu para R\$ 66,03 bilhões

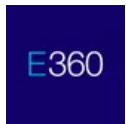
11/04/2022 09:38 — Em Finanças



Telefônica Brasil cria fundo e prevê aportes de R\$ 320 milhões em startups

Nos próximos 5 anos, objetivo é direcionar os recursos do fundo para empresas inovadoras de setores como saúde, finanças, educação, entretenimento, casa inteligente e marketplace

11/04/2022 09:22 — Em Empresas



Valor Empresas 360 | Para quem investe sabendo

Agora você pode saber tudo sobre as empresas em um único lugar. Antes de investir, acesse e consulte

[Saiba mais →](#)

Falta opção de nova política de preço para Petrobras, diz Luna

Presidente vê pouca margem de manobra para próxima diretoria

Por Andrea Jubé — De Brasília

11/04/2022 05h01 · Atualizado há 40 minutos

Às vésperas de deixar o cargo, o presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, acredita que dificilmente a nova direção da estatal, que será eleita na quarta-feira, terá instrumentos para alterar a política de preços da empresa, como vem sendo cobrado publicamente pelo presidente Jair Bolsonaro.

- **LEIA MAIS:**
- **[Como será a assembleia da Petrobras?](#)**
- **[Divisão da Solvay atrai fundos e estrangeiros](#)**
- **[Preço do gás natural às distribuidoras segue fórmulas pactuadas, diz Petrobras](#)**

“Não tem margem de manobra para mudar isso”, afirmou o general da reserva em entrevista ao **Valor**. Mesmo com resultados expressivos, como o lucro recorde de R\$ 106 bilhões relativo a 2021 (15 vezes superior ao resultado de 2020), ele sofreu fritura pública do governo por não ceder à pressão para mudar a política de preços da Petrobras, baseada na paridade internacional.

“Com o que tem hoje de legislação, de norma, não dá [para mudar a política de preços]. É preciso considerar que a empresa toma decisão

compartilhada, é uma vontade coletiva, passa pelo comitê executivo, pelo conselho de investimentos. Não vejo como alterar isso na Petrobras”, completou.

Sem alterar as normas, e sem ceder a Bolsonaro, ele conseguiu a proeza de anunciar na última sexta-feira - a cinco dias de deixar o cargo -, a redução do preço do gás de cozinha (GLP) em mais de 5%. Em comunicado oficial, a empresa justificou a iniciativa pela “evolução dos preços internacionais e da taxa de câmbio, que se estabilizaram em patamar inferior para o GLP”.

Silva e Luna argumentou que o caminho responsável para mitigar o aumento do combustível seria por meio de ações do Congresso e do governo. Lembrou que a política de subsídios foi praticada no passado “por um período curto, bem definido, para fazer um amortecimento dessas pressões”. Mas o governo recusou-se a recorrer a esse mecanismo desta vez.

O presidente da estatal alegou que um dos impeditivos para a Petrobras rever a política de preços é o alto índice de importação de combustível: “a razão é conhecida, importamos 30% do combustível. Pagar o preço mais caro e vender mais barato vai gerar desabastecimento, mesmo”, sublinhou.

Ele acrescentou que a estatal vem sendo exposta a “crises sucessivas”, que impactam os preços dos combustíveis, como a pandemia “que ainda não está concluída”. Ele citou, ainda, a “crise de energia do ano passado, que teve impacto grande no setor elétrico e energético”, e agora a guerra na Ucrânia.

Ele argumentou que a empresa está fazendo o possível para evitar aumentos. Antes de anunciar o reajuste de 18,8% para a gasolina, e de 24,9% para o diesel no dia 10 de março, que irritou Bolsonaro, havia 57 dias que a estatal não revia os preços. “O que a empresa está fazendo? Produzir o máximo que ela pode produzir em 25 anos. Todas as

refinarias bateram seus recordes acima de 92% de produtividade”, observou.

Ele elogiou as escolhas do governo para a nova direção da empresa. Sobre o ex-secretário de Minas e Energia José Mauro Coelho, que vai substituí-lo no comando da estatal, Silva e Luna classificou como “grande acerto”. Disse que Coelho “vai somar muito” porque tem “grande conhecimento na área de óleo e gás, é pessoa de fácil trato, e vai se encaixar bem”.

Quanto à indicação do atual conselheiro Márcio Weber para a presidência do conselho de administração, ele classificou como “excepcional”. “Ele foi funcionário da Petrobras, é muito respeitado, vai continuar com o trabalho que estava fazendo”, avaliou.

Silva e Luna afirmou que a nova administração vai enfrentar os mesmos desafios que ele encarou quando assumiu o cargo, há um ano. Ele não vê rumo diferente para a empresa, a não ser continuar investindo no pré-sal, que responde por 71% da exploração e produção do óleo da companhia. “É uma área de grande produtividade, com baixo teor de enxofre”, salientou. Além disso, afirmou que é preciso “investir nas refinarias, e continuar olhando para a transição energética”.

O general se despede do posto com a relação estremecida com Bolsonaro, que comandou à luz do dia a fritura do antigo aliado.

Questionado se o episódio provocou rugas na relação dos militares com o presidente, Silva e Luna disse não ter como fazer essa avaliação. Mas disse ter recebido manifestações de solidariedade de dezenas de colegas de caserna, da ativa e da reserva. “Não me sinto arranhado por nada”, afirmou.

No período de um ano que comandou a Petrobras, a estatal começou a operar a maior plataforma de óleo e gás, a FPSO Carioca, no campo de Sépia. A empresa atingiu recorde de produção no pré-sal, antecipou pagamento da dívida em R\$ 64 bilhões, investiu R\$ 360 bilhões em novos projetos em cinco anos, 24% acima do volume projetado pelo ciclo anterior, diz relatório parcial de sua gestão.

Ainda no período de sua gestão, a estatal conseguiu retornar ao Índice Dow Jones de Sustentabilidade, em reconhecimento às iniciativas nas áreas ambiental, social e de governança. E obteve a elevação da nota de crédito global pela agência Moody's.



Silva e Luna deixa cargo desgastado pelas críticas do presidente Jair Bolsonaro à política de reajustes de preços da estatal — Foto: Andre Dusek/AE

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Últimos dias: Cupom Multiplicador Wi-Fi com até 70% off

CUPOM ONLINE

LINK PATROCINADO

Feito pra corrida, esse Adidas super macio poupa seus joelhos no dia a dia

FACILLY

LINK PATROCINADO

Testamos o novo ar-condicionado portátil, confira o que achamos

AR CONDICIONADO PORTÁTIL

LINK PATROCINADO

Óculos militar é liberado no Brasil e vira febre entre pescadores e motoristas

MAXVISION™

LINK PATROCINADO

Novo tratamento para sintomas de sinusite e rinite impressiona especialistas

NASECURE

[Clique aqui](#)

LINK PATROCINADO

Novo Honda City traz uma carroceria inédita

WEBMOTORS

[Saiba mais](#)

Esqueleto gigante de cobra encontrado no Google Maps gera polêmica sobre serpente pré-histórica Titanoboa

UM SÓ PLANETA

Filha de Ana Maria Braga defende maternidade ecológica com fralda de pano e aromaterapia



Valor Empresas 360 | Para quem investe sabendo

Agora você pode saber tudo sobre as empresas em um único lugar. Antes de investir, acesse e consulte

[Saiba mais →](#)

Como será a assembleia da Petrobras?

O tema principal da assembleia de acionistas da Petrobras, marcada para quarta, é a eleição do conselho de administração da petroleira para o período 2022-2024

Por Gabriela Ruddy — Do Rio

11/04/2022 05h02 · Atualizado há 31 minutos

O tema principal da assembleia de acionistas da Petrobras, na quarta-feira, é a eleição do conselho de administração da petroleira para o período de 2022 a 2024. A assembleia passou por reviravoltas nas últimas semanas, com a decisão do presidente Jair Bolsonaro de mudar o comando da estatal. Candidatos indicados pela União para o colegiado desistiram e outros entraram na disputa.

- **LEIA MAIS:**
- **Falta opção de nova política de preço para Petrobras, diz Luna**
- **Divisão da Solvay atrai fundos e estrangeiros**
- **Preço do gás natural às distribuidoras segue fórmulas pactuadas, diz Petrobras**

O químico José Mauro Ferreira Coelho foi indicado pelo governo para presidir a empresa, enquanto o engenheiro Márcio Andrade

Weber surge para comandar o conselho. Eles entram, respectivamente, nas vagas de Adriano Pires e de Rodolfo Landim, que desistiram. Na reunião, há ainda outros temas para aprovação, como a remuneração dos administradores da empresa e uma reforma no estatuto social. A seguir o **Valor** lista os principais assuntos da assembleia:

Temas da assembleia

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) da Petrobras vai ser realizada no formato digital a partir das 15h de quarta-feira. A reunião vai eleger os membros dos conselhos de administração e fiscal da empresa. A eleição é importante uma vez que o próximo presidente da companhia precisa ser membro do conselho da empresa para poder tomar posse.

Candidatos ao conselho da Petrobras

Executivos serão eleitos para as 11 vagas em 13 de abril

Indicados pela União

■ José Mauro Coelho (presidente executivo)

Químico, foi Oficial de Artilharia do Exército brasileiro e pesquisador da área de Engenharia de Materiais do Instituto Militar de Engenharia (IME). Foi professor de graduação e pós-graduação em diversas universidades. Atuou na Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e foi secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis no Ministério de Minas e Energia. Preside o conselho da PPSA.

■ Luiz Caroli

Almirante de Esquadra da Marinha. Foi presidente do conselho de administração da Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON) e representante permanente do Brasil junto à Organização Marítima Internacional.

■ Márcio Weber (presidente do conselho)

Engenheiro civil, trabalhou por 16 anos na Petrobras, onde foi membro da diretoria de Serviços da Petrobras Internacional (Braspetro). Foi diretor da Petroserv e presidente da BOS Navegação. É conselheiro de administração da Petrobras desde 2021.

■ Sonia Sulzbeck Villalobos

Administradora com experiência no mercado acionário. Tem passagens pela Equipe DTVM, Banco Iochpe, Banco Garantia. Foi sócia-fundadora e gestora dos fundos de ações na América Latina pela Lanin Partners. É membro do conselho da Telefônica do Brasil e da LATAM Airlines Group. É conselheira da Petrobras.

■ Ruy Schneider

Engenheiro industrial mecânico e de produção, é Oficial da Reserva da Marinha. Foi conselheiro de administração e fiscal de empresas como Xerox do Brasil, Banco Brascan, Grupo Multiplan e Indústrias Nucleares do Brasil (INB). É presidente do conselho da Petrobras e conselheiro da Petrobras.

■ Murilo Marroquim

Geólogo, atuou por 23 anos na Petrobras, onde ocupou funções gerenciais na área de exploração e produção. Foi gerente geral da IBM da Unidade de Soluções da Unidade de Soluções para Indústria de Petróleo na América Latina e consultor na ANP. Presidiu a Devon Energy do Brasil e é membro do conselho da Petrobras desde 2021.

■ Carlos Lessa Brandão

Engenheiro civil, atua em consultoria em governança e sustentabilidade. Foi executivo da AG Telecom e Valepontocom. Desde 2016 atua como conselheiro de administração independente, tendo ocupado o cargo na CEG, Progen, Cemig e Multiner.

■ Eduardo Karrer

Engenheiro, tem 30 anos de experiência na gestão de conglomerados, incluindo entidades públicas e privadas, tais como MPX, Rio Polímeros, El Paso e Eneva, onde foi presidente. Foi gerente executivo da Petrobras e da BR Distribuidora. É sócio gestor e fundador da startup Cia Positiva de Energia.

Indicados pelos acionistas minoritários

■ José João Abdalla Filho

Candidatura dos fundos FIA Dinâmica Energia e Banclass FIA, ambos administrados pelo Banco Clássico, presidido pelo próprio Juca Abdalla. É um dos maiores investidores individuais de longo prazo da B3 e é conselheiro da Cemig e Taesa.

■ Daniel Alves

Sócio do Alves Ferreira & Mesquita Sociedade de Advogados. Participou dos conselhos de administração da Cemig, Taesa, Santo Antonio Energia, Madeira Energia, e Renova Energia, sendo que, neste último, foi presidente do colegiado. É conselheiro da Eletrobras. Já atuou no conselho fiscal da Petrobras entre 2018 e 2021 e é membro do comitê de auditoria estatutária da Eletrobras. indicado pelo FIA Dinâmica Energia e Banclass FIA

■ Marcelo Gasparino

Advogado, foi indicado pelo FIA Dinâmica Energia e Banclass FIA. Foi diretor jurídico-institucional da Celesc e, há onze anos, foca sua atuação como membro de conselhos de administração. É presidente do CA da Eternit e atua como conselheiro da Vale, Petrobras e Cemig, empresa em que já presidiu o colegiado.

■ Ana Horta

Economista, iniciou carreira no BNDES. Atuou na área de investimentos de longo prazo do Banco Pactual, onde participou dos conselhos da Eletropaulo, Light e da Equatorial Energia, empresa da qual também foi diretora estatutária. Foi presidente e diretora de relações com investidores da Light. Atua no conselho de administração e é membro de comitês na Vinci Partners e Rio Energy. Foi indicada por fundos geridos pelo Navi Capital.

■ Rodrigo de Mesquita

Advogado, indicado pelo FIA Dinâmica Energia e Banclass FIA. Foi promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo e atuou no conselheiro fiscal da Cemig. Foi suplente do conselho fiscal da Petrobras de 2018 a 2019 e é atual membro do conselho de administração da companhia.

■ Francisco Petros

Economista e advogado, foi indicado pelos acionistas Magnus Barbagallo e Hassan Jorge Filho. Foi Presidente do Conselho de Supervisão dos Analistas de Mercado de Capitais, instituído pela CVM. Foi conselheiro de administração da Petrobras até 2019, onde participou de diversos comitês, como o de Auditoria Estatutária e o de Indicação, Remuneração e Sucessão. Também foi conselheiro da BRF.

■ Marcelo Mesquita

Indicado pelos fundos de investimento geridos por Navi Capital, Távola Capital e Kapitalo. É economista, sócio-fundador da Leblon Equities, e atua como e gestor de fundos. No mercado de ações, trabalhou no UBS Pactual e Banco Garantia. É conselheiro da Petrobras desde 2016.

Representante dos empregados

■ Rosangela Buzanelli

Graduada em geociências e engenharia, é funcionária da Petrobras desde 1987. Foi eleita como conselheira pelos empregados da estatal em 2020 e reeleita para o cargo em 2022. Atualmente está lotada na área de ativos exploratórios da Gerência Executiva de Exploração.

O colegiado da Petrobras tem onze vagas. A União, controladora da companhia, lançou oito candidatos pelo sistema de chapa em

que o investidor vota no conjunto dos candidatos. Com a desistência de Adriano Pires e de Rodolfo Landim aos cargos de CEO e de “chairman”, respectivamente, a lista da União havia sido reduzida para seis nomes. As duas vagas em aberto depois do recuo de Pires e de Landim foram preenchidas com os nomes de Coelho e Weber.

A União corre o risco de não conseguir eleger todos os oito candidatos porque acionistas minoritários devem pedir o uso do voto múltiplo na eleição, desfazendo a chapa da União e levando a escolha para uma disputa em que ganham os nomes mais votados individualmente. Nesse cenário, há risco de a União eleger somente seis ou sete dos oito candidatos, mas, mesmo assim, irá manter o controle da companhia. Os conselheiros são eleitos para um mandato de dois anos, mas podem ser destituídos na próxima assembleia, a ser convocada no ano que vem. É um cenário possível considerando as eleições presidenciais de 2022.

Preços de combustíveis

A troca do atual presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, foi confirmada dia 28 de março depois de críticas do presidente Bolsonaro à política de preços de combustíveis da estatal, que segue o mercado internacional. A questão é que o CEO não pode, sozinho, mudar a política de preços. Na assembleia, além da eleição dos novos membros do conselho, os acionistas da companhia também vão votar a reforma do estatuto da companhia, proposta feita pela estatal para reforçar mecanismos de proteção contra intervenções do governo. Entre os pontos do novo estatuto, está a necessidade de que as políticas da empresa na área de responsabilidade social sejam fixadas pelo conselho.

Vagas da União no conselho

A União divulgou três listas de candidatos. No começo de março, a União havia publicado uma primeira lista. A novidade na ocasião foi a inclusão de Rodolfo Landim, presidente do Flamengo, à vaga de “chairman” da Petrobras no lugar do atual presidente do conselho, almirante Eduardo Bacellar. A lista incluía cinco candidatos à reeleição: Joaquim Silva e Luna, atual presidente da Petrobras; Márcio Weber; Murilo Marroquim; Ruy

Schneider e Sonia Sulzbeck Villalobos, além de três novos nomes: Landim, Carlos Lessa Brandão e o almirante Luiz Henrique Caroli.

Nos dias seguintes, o presidente Bolsonaro, descontente com os reajustes da Petrobras, aumentou a “fritura” sobre Silva e Luna. Em 28 de março, Silva e Luna foi demitido e Adriano Pires apontado pela União para substituí-lo. No começo da semana passada, entretanto, houve nova reviravolta. Pires e Landim desistiram das candidaturas. O Ministério de Minas e Energia (MME), ao qual a Petrobras está subordinado, então confirmou os nomes de Coelho e Weber.

Vagas dos minoritários

Os acionistas minoritários querem ampliar os representantes no conselho e há sete candidatos na disputa. Pelo sistema de voto múltiplo, concorrem Juca Abdalla Filho e Marcelo Gasparino, indicados pelos detentores de ações ordinárias. Outros cinco indicados vão concorrer pelo sistema de voto em separado do controlador. Por esse sistema, os detentores de ações ordinárias indicaram Francisco Petros, Ana Horta e Rodrigo de Mesquita. Para a vaga dos detentores de ações preferenciais por eleição em voto em separado, concorrem Marcelo Mesquita e Daniel Alves.

Sistemas de votação

Os candidatos da União foram indicados por uma chapa, que será desfeita caso os acionistas convoquem o sistema de voto múltiplo, no qual podem concentrar votos nos candidatos individualmente, o que aumenta as chances de eleição dos indicados por minoritários. Também poderá ser convocada uma votação em separado, para eleger um representante dos detentores de ações ordinárias e um dos detentores de ações preferenciais. O voto em separado ocorre por meio da formação de um colégio eleitoral sem o controlador, no qual o candidato com mais votos é eleito. Os acionistas que optarem por participar do voto em separado não podem participar da eleição pelo voto múltiplo.

Processos para eleição

Para se tornar gerente, diretor ou conselheiro da Petrobras, um executivo precisa passar por verificação de requisitos de integridade e capacidade. Márcio Weber foi checado. Mas na

governança da Petrobras é possível fazer a análise de candidatos após a assembleia uma vez que há nomes que surgem muito perto da reunião. Nesse caso, se houver vedação aos nomes depois da eleição, os executivos correm o risco de não tomar posse sendo necessária nova assembleia.

Outros temas da assembleia

Os investidores vão deliberar sobre a destinação de R\$ 106,6 bilhões de lucro de 2021. Isso inclui o pagamento de R\$ 101,39 bilhões em dividendos, correspondentes a 95% do lucro líquido da companhia, dos quais R\$ 37,3 bilhões serão pagos em maio. Os acionistas vão aprovar ainda a remuneração dos administradores para os quais se propôs reservar R\$ 39,584 milhões de abril de 2022 a março de 2023. A empresa de recomendação de voto ISS diz que há baixa transparência na remuneração.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Feito pra corrida, esse Adidas super macio poupa seus joelhos no dia a dia

FACILLY

LINK PATROCINADO

Queima de estoque, o Nike mais vendido do ano em oferta imperdível

FACILLY

LINK PATROCINADO

Conheça o bombástico tênis masculino que conquistou brasileiros

LOJAS PLATINUM

Comprar agora

LINK PATROCINADO

Revolucionário tênis d'água chega ao brasil

TENIS DAGUA

Comprar agora

LINK PATROCINADO

Conheça o tênis masculino lançamento que está fazendo sucesso pelo mundo

LOJAS PLATINUM

Comprar agora

LINK PATROCINADO

Testamos o novo ar-condicionado portátil, confira o que achamos

AR CONDICIONADO PORTÁTIL

Esqueleto gigante de cobra encontrado no Google Maps gera polêmica sobre serpente pré-histórica Titanoboa

UM SÓ PLANETA

Aéreas vão a Guedes pedir alívio tributário

Companhias reclamam dos preços elevados do querosene de aviação

11/04/2022 05h01 · Atualizado há 4 horas

Os presidentes das companhias aéreas Latam, Gol, Azul e Passaredo vão hoje ao ministro da Economia, Paulo Guedes, manifestar a preocupação do setor com o preço do querosene de aviação e pedir alívio tributário ao setor.

Os executivos querem um programa de refinanciamento tributário (Refis) para o setor, ou ao menos um diferimento de tarifas de controle aéreo. Pedem ainda alívio na tributação da folha de salários, ao adicional de periculosidade, à Cofins aplicado à importação, ao ICMS e ao Imposto de Renda sobre o leasing de aeronaves.

Segundo as companhias, o combustível já havia subido 76% em 2021 e representa hoje 50% dos custos (ante os tradicionais 30%) em meio à guerra na Ucrânia e à disparada do preço do petróleo.

As empresas relatam prejuízo ao setor de R\$ 16,5 bilhões em 2021 e culpam a alta das passagens em parte pelos problemas concorrenciais no mercado de combustíveis. Reclamam do que chamam de monopólio da Petrobras, de oligopólio na cadeia de distribuição, da falta de transparência na precificação dos combustíveis.

Economia



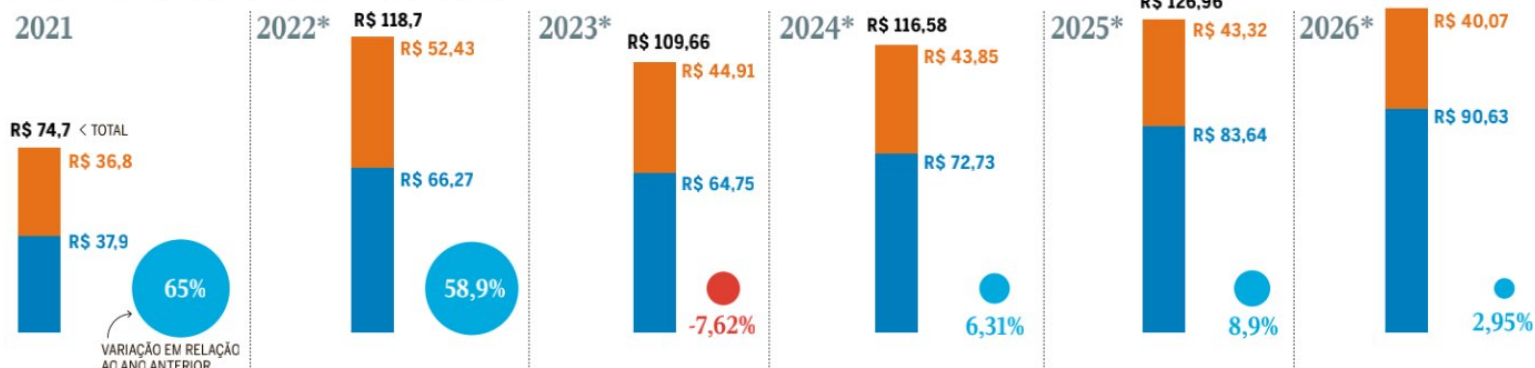
EM MEIO À GUERRA
PIB da Ucrânia pode tombar mais de 45%

Estimativa é do Banco Mundial, que prevê ainda retração de 11,2% na Rússia este ano

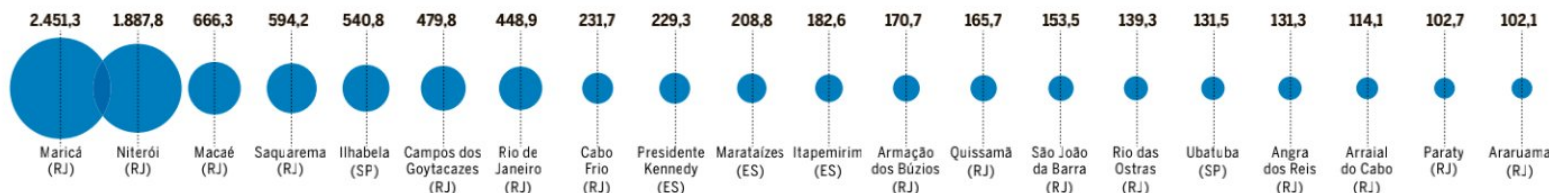


O SALTO NOS ROYALTIES E AS CIDADES QUE MAIS GANHAM

Arrecadação de royalties e participações especiais no Brasil ■ ROYALTIES ■ PART. ESPECIAIS *PROJEÇÃO



2021 Royalties + participações especiais (Em R\$ milhões)



Fonte: ANP e Info Royalties. Nas estimativas para 2022 e os próximos anos, a ANP considerou a cotação do barril do petróleo a US\$ 105,22 este ano e a US\$ 88,98 nos seguintes. No caso do dólar, a estimativa é de uma cotação de R\$ 5,28 este ano, R\$ 5,27 em 2023 e R\$ 5,18 nos anos seguintes.

NOVO RECORDE NAS RECEITAS DO PETRÓLEO

Arrecadação de royalties reforça cofres públicos com R\$ 118,7 bi no ano eleitoral

CAROLINA NALIN
 carolina.nalin@infoglobo.com.br

A disparada dos preços internacionais do petróleo reforça os cofres públicos no ano eleitoral. Depois de bater recorde em 2021, avançando 65% em relação ao ano anterior, a arrecadação de União, estados e municípios com royalties e participações especiais da produção de petróleo e gás no país deve terminar o ano com um novo salto de nada menos do que 58,9%, para R\$ 118,7 bilhões, segundo projeção da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Em janeiro, a previsão era de quase R\$ 77 bilhões no ano. A revisão reflete a aceleração da trajetória de alta do barril no mercado internacional provocada pela eclosão da guerra na Ucrânia no fim de fevereiro e as sanções impostas à Rússia, que é um dos maiores produtores do mundo. Também influenciam a conta o dólar ainda alto e a expansão da produção nos campos de alta produtividade do pré-sal na Bacia de Santos.

Especialistas alertam para o risco de o calendário eleitoral impedir a aplicação dessa "gordura extra" em investimentos de longo prazo como saúde, saneamento, educação e meio ambiente, como prevê a lei.

A receita dos royalties (cujas alíquotas em contratos variam de 5% a 15% do valor da produção mensal) e participações especiais (contribuições extras trimestrais com alíquotas progressivas para campos de grande volume de produção) tem sido turbinada pelo dólar alto e pela valorização do petróleo desde a retomada da

economia global no ano passado, após o baque da Covid-19. Em março deste ano, o barril do tipo Brent bateu US\$ 139, a maior cotação desde 2008. Apesar do recuo nas últimas semanas, ainda acumula um salto de mais de 30% neste ano. Na sexta-feira passada, o contrato futuro do Brent terminou o dia em US\$ 102,78.

RJ FICA COM A MAIOR PARTE

A expectativa é que os preços do petróleo continuem altos durante o ano, o que encarece os combustíveis, mas favorece principalmente estados e municípios, que ficam com cerca de 60% dos royalties. Governadores e prefeitos de Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo são os mais beneficiados por concentrarem a maior parte da produção no mar.

A tendência é que cidades como as fluminenses Maricá, Niterói e Macaé, a paulista Ilhabela e a capixaba Presidente Kennedy se mantenham na liderança dessa arrecadação, com a manutenção em vigor do sistema que privilegia os entes federativos produtores. Uma lei aprovada no Congresso para alterar essa distribuição segue suspensa à espera de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo dados da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), somente a receita dos municípios fluminenses com royalties cresceu 66% em 2021, somando R\$ 8,6 bilhões, a quinta alta consecutiva. Alguns municípios do estado também receberam participações especiais, totalizando R\$ 2,9 bilhões. Mais otimista que a ANP, a Firjan prevê que a arrecadação de

royalties no país cresça 83% este ano, considerando a cotação do barril em US\$ 115 e a do dólar em R\$ 4,92.

—Hoje, o Rio responde por cerca de 80% do total de petróleo produzido no país. E esse percentual só tende a crescer porque as principais oportunidades de expansão da produção estão localizadas em águas fluminenses — diz Fernando Montero, coordenador de Conteúdo de Petróleo, Gás e Naval da Firjan.

Especialistas em contas públicas concordam que o prolongamento do conflito entre Rússia e Ucrânia ainda pode levar as cotações do petróleo a níveis mais altos ou mantê-las pressionadas por mais tempo, resultando numa receita ainda maior que o previsto para este ano. No entanto, alertam para o risco de gestores usa-

rem mal os recursos extras por causa da pressão das campanhas eleitorais para elevar despesas de custeio. Royalties foram criados para financiar investimentos e políticas de longo prazo capazes de promover desenvolvimento sustentável para um futuro sem o petróleo, mas são recorrentes as manobras fiscais para gastos correntes e isenção de impostos.

—É preciso que as amarras da Lei de Responsabilidade Fiscal e da lei eleitoral sejam ainda mais destacadas para evitar gastos e renúncias permanentes em cima de uma receita temporária — diz Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado Federal.

Istvan Kaznar, professor da Ebape/FGV, alerta para a falta de expertise dentro das secretarias de fazenda para alo-

car os royalties em planejamentos estratégicos de cinco, dez anos. Ele destaca que desequilíbrios financeiros constantes levam prefeitos, que funcionam como os principais cabos eleitorais em anos de eleições para presidente e governadores, a direcionarem royalties para o custeio da máquina pública.

APELO ELEITORAL

Os impactos econômicos da pandemia e o aumento de demandas sociais tendem a reforçar o apelo de gastos eleitorais neste ano.

—Há administrações sérias, mas infelizmente muitos entes federativos usam royalties para criar cabides de empregos — observa Kaznar.

Rodrigo Lira, professor da Universidade Cândido Mendes (Ucam), concorda:

—O município acaba alocando essa renda oriunda do petróleo em custeio, e isso é agravado pela gramática da política brasileira. Em ano de eleição, então, imagina. Se não tiver regramento, acaba sendo revertido para aumento de salários e algumas políticas de custeio que depois o município não vai conseguir manter.

O risco de continuidade das ações é real, já que a festa da multiplicação dos royalties tem data para acabar. Em 2023, a ANP prevê uma queda de 7,62% na receita total de royalties e participações especiais. E, a partir de 2024, a expansão deve retomar ritmo bem mais moderado.

—Hoje o preço do petróleo está num patamar histórico, mas, a partir de 2023, pode cair, e com um real mais valorizado do que as médias de 2021 e 2022. Tudo isso pode jogar contra, e a tendência é que a arrecadação deste ano não se repita — diz Edmar Almeida, professor do Instituto de Energia da PUC-Rio.

Para Fernando Montero, da Firjan, os municípios impactados pela bonança dos royalties precisam aprender a se preparar para os desafios que também são trazidos pela indústria do petróleo, como riscos ambientais advindos da exploração, bem como com a atração de migrantes, que aumenta a demanda por serviços públicos.

—É importante pensar que (o petróleo) é um recurso finito e variável. Hoje, o preço está alto, amanhã pode estar baixo, e a responsabilidade na utilização do recurso tem que levar em consideração essa realidade.

PLANO DE FUTURO

Rodrigo Lira, da Ucam, enfatiza a necessidade de os municípios descobrirem sua vocação e usarem os recursos do petróleo para estimular alternativas econômicas:

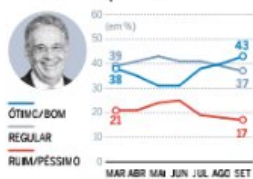
— Todo o investimento precisa ser antecedido de um diagnóstico para que se entenda quais seriam as vocações dessa cidade, para então fomentar o desenvolvimento dessas atividades. Atento a essa projeção de arrecadação, o olhar do governante precisa ser no desenvolvimento econômico da cidade e não em situações pontuais.



Maré favorável. Maricá, na Região dos Lagos do Estado do Rio, é a campeã dos royalties entre as prefeituras de país

POPULARIDADE DOS PRESIDENTES E INVESTIMENTO NO ANO ELEITORAL*

Fernando Henrique - 1998



MEDIDAS SOCIAIS

Com dificuldade no Nordeste, anunciou, em junho de 1998, programa para combater a seca na região, além de sancionar a Lei de Renda Mínima para a Educação, que entraria em vigor no ano seguinte

Recursos anunciados contra seca (R\$ bilhões)

1998 ■ 3,5

*Os valores foram corrigidos pelo IPCA

Lula - 2006



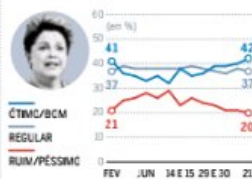
Entre maio e junho de 2006, aumentou em 21% o número de contemplados pelo Bolsa Família, recorde em governos do PT, e mudou regras de bloqueio do benefício para quem descumprira contrapartidas

Orçamento do Bolsa Família (R\$ bilhões)

2005 ■ 10,9

2006 ■ 15,1

Dilma - 2014



Em 2014, a então presidente anunciou aumento de 10% no valor do Bolsa Família, que passou a ser pago em junho, e um reajuste na tabela de imposto de renda de 4,5%

Orçamento do Bolsa Família (R\$ bilhões)

2013 ■ 41,50

2014 ■ 42,60

Bolsonaro - 2022



Aumentou para R\$ 400 o valor mínimo do Auxílio Brasil e ampliou o número de famílias contempladas. Também liberou empréstimo consignado para beneficiários do auxílio, além do saque no FGTS de até R\$ 1 mil

Orçamento Bolsa Família e Auxílio Brasil (R\$ bilhões)

2021 ■ 35

2022 ■ 91

PERCENTAGEM DE BRASILEIROS NA POBREZA E ELEIÇÕES

A pobreza no país caiu nos anos em que houve pleito para presidente e, na maioria dos casos, subiu nos anos seguintes, em meio a ajustes na economia, sobretudo nos anos posteriores a disputas por reeleição.



Fontes: DataFolha, Acervo O GLOBO e Ministério da Cidadania. FGV Social/CPS a partir de dados do IBGE/A Incha da pobreza corresponde a R\$ 233 por pessoa em agosto de 2018

APELO ECONÔMICO

Bolsonaro repete antecessores e aposta em pacote de R\$ 160 bi para atrair eleitor

ELEIÇÕES 2022

MARLEN COU TO
ELIANE OLIVEIRA
publica@oglobo.com.br
mcoenx@oglobo.com.br

Ao lançar mão de um "pacote de bondades" com impacto até o momento de R\$ 160 bilhões na economia, o presidente Jair Bolsonaro (PL) mira o bolso dos brasileiros para elevar a popularidade no ano eleitoral. A estratégia, que passa pelo aumento da renda e estímulos econômicos de curto prazo, visa ainda a atender a segmentos da população em que seu desempenho nas pesquisas de intenção de voto é pior, como o eleitorado de menor renda e as mulheres. O modelo não é novo: antecessores do atual ocupante do Palácio do Planalto também abriram os cofres às vésperas da eleição e, como resultado, colheram melhorias na avaliação das próprias gestões.

No caso de Bolsonaro, os efeitos já começam a aparecer: a pesquisa Datafolha de março, mostrou redução da reprovação ao presidente, de 53% para 46%. O carro-chefe da estratégia para o pleito de outubro é o Auxílio Brasil. O programa, que substituiu o Bolsa Família no ano passado, elevou os gastos com transferência de renda de R\$ 35 bilhões para R\$ 91 bilhões anuais.

Outros exemplos são os cortes de tributos — como os federais sobre diesel —, o saque de R\$ 1.000 do FGTS para trabalhadores com carteira assinada, o vale-gás, o crédito para mulheres empreendedoras e caminhoneiros, a liberação de empréstimo consignado para beneficiários do Auxílio Brasil



Estratégia. O presidente Jair Bolsonaro elevou os gastos do Auxílio Brasil, substituiu o Bolsa Família, de R\$ 35 bilhões para R\$ 91 bilhões anuais

e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a redução do custo com a conta de luz após a antecipação do fim da taxa extra. Em outra frente, o governo estuda reajustar salários de servidores e a tabela do Imposto de Renda.

"POPULISMO ELEITORAL"

O impacto fiscal das principais medidas chega a R\$ 86 bilhões, mas boa parte das ações anunciadas não deve afetar as contas públicas, a exemplo do saque do FGTS, cujos recursos são dos trabalhadores. O maior volume vem das renúncias com isenção de tributos federais sobre o diesel (R\$ 20 bilhões) e o corte de 25% do IPI (R\$ 20 bilhões, metade nas receitas de estados e municípios), possíveis porque houve aumento de receitas decorrente da inflação.

A estratégia em ano eleitoral não é uma novidade do governo Bolsonaro, e se mostrou regra nas últimas décadas. Um indício está na sintonia entre o impacto de medidas para redução da miséria e o processo eleitoral. Um levantamento do economista Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social), com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad), aponta que, desde a redemocratização, a pobreza no Brasil caiu nos anos em que houve eleições federais e, na maioria dos casos, subiu nos anos seguintes, em meio a ajustes na economia. Nos anos posteriores a disputas pela reeleição do presidente, a exceção é 2007, durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), quando a pobre-

za continuou a cair mesmo após o pleito. Ainda segundo os dados, a queda média de pobreza em ano eleitoral foi de 12,82%, e o aumento no ano pós-eleitoral foi de 14,92%, entre 1982 e 2014. Sem considerar 1986, que corresponde ao ano do Plano Cruzado, em que o ciclo é mais evidente, a queda média da pobreza foi de 8,34% em ano eleitoral, seguida de aumento médio de 8,2% em anos subsequentes. A pesquisa chama a atenção para o fato de os maiores ganhos relativos se originarem de programas sociais e se direcionarem a brasileiros com idade para votar. Para Neri, ainda que a ofensiva eleitoral também tenha ocorrido em governos anteriores, a gestão Bolsonaro traz "inovações". O economista alerta para medidas adicio-

nais, além do atual programa de transferência de renda, como a consignação de empréstimos de beneficiários do Auxílio Brasil: —O Brasil é um país em que você vê o ciclo eleitoral a olho nu. O ano de 2023 gera preocupação. Tem uma conta a ser paga, e uma "novavelha" gera de populismo eleitoral está acontecendo de forma intensa. Há um upgrade nesse populismo, e isso é bastante deletério a longo prazo. Professor da Fundação Dom Cabral e autor do livro "Dinheiro, eleições e poder: as engrenagens do sistema político brasileiro", Bruno Carazza lembra que, ao priorizar as eleições, os governantes correm risco de fazer mal uso dos recursos, gastando de forma não planejada. No caso de Bolsonaro, ele vê uma tentativa

de beneficiar nichos que são seus pontos fracos do ponto de vista eleitoral.

—Quando vemos o perfil do eleitor do Bolsonaro, a gente identifica que ele tem dificuldade em três grupos: mulheres, eleitores mais pobres e moradores do Nordeste. O pacote de estímulos está voltado para esses grupos. Além disso, temos o orçamento secreto direcionado principalmente para o Nordeste, sobretudo para as cidades pequenas.

Estudioso da relação entre economia e ciclos eleitorais, o cientista político Hugo Borsani, da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Unif), afirma que a aposta na máquina para elevar a aprovação às vésperas do pleito parte da premissa de que o eleitor só vai considerar para o voto o ano da eleição. Governantes com aprovação menor e que veem risco de não se elegerem, explica, tendem a recorrer mais a essas medidas:

—Como a avaliação do eleitor é feita em um ponto de discussão. O eleitor quando vota toma duas decisões. Ele vai premiar ou castigar o governo atual pelo que fez, mas ao mesmo tempo está escolhendo um governo para o futuro. A perspectiva do voto retrospectivo, porém, aponta que o eleitor pensa em como vai ser o futuro em função do que já foi feito. Os governos se baseiam nesse comportamento.

O desempenho dos últimos presidentes que buscaram a reeleição traz algumas pistas do impacto nas urnas. Dados do Datafolha apontam que os antecessores de Bolsonaro conseguiram aumentar ou recuperar a popularidade de seus governos ao longo do ano eleitoral, em meio aos acenos com foco nos pleitos, embora a aprovação também possa ser influenciada por outros fatores relacionados à própria disputa eleitoral.

TÁTICA ANTIGA

Depois de registrar queda consecutiva na sua aprovação entre março e junho de 1998, o ex-presidente Fernando Henrique (PSDB) conseguiu aumentar a avaliação positiva de seu governo, até atingir um pico de aprovação em setembro. Em junho, o tucano, que àquela altura havia perdido intenções de voto no Nordeste e entre eleitores com menor renda, anunciou um investimento equivalente a R\$ 3,5 bilhões, corrigidos pelo IPCA, contra a seca na região e sancionou a Lei de Renda Mínima para a Educação, que entraria em vigor no ano seguinte por imposição da legislação eleitoral.

Já o ex-presidente Lula registrou um salto de aprovação a partir de agosto de 2006. A alta aconteceu dois meses após sua gestão aumentar em 21% o número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, maior expansão em um mês e outro registrada pelo programa de transferência de renda criado em 2003. A ex-presidente Dilma Rousseff (PT), por sua vez, conseguiu interromper o aumento da rejeição ao seu governo em 2014. Em abril, anunciou reajuste de 10% no valor do Bolsa Família, que passou a vigorar em junho, e prometeu correção na tabela do Imposto de Renda de 4,5%. Às vésperas do segundo turno, atingiu seu maior índice de avaliação positiva daquele ano. A partir de 2015, porém, o governo reeleito teve que anunciar cortes em programas sociais e um ajuste fiscal.

Economia



ALTA DE PREÇOS

Bolsonaro culpa guerra e Covid por

Presidente diz que problema é global e volta a relacionar custo dos com

inflação

PARA
ACESSAR
O PONTE
O GLOBO
PARA
O QR CODE

Substituição de importações. A Electrolux expandiu suas frentes de produção e passou a fabricar no Brasil linha de fornos que viria de fora. Crise logística global favorece nacionalização na indústria

'DESGLOBALIZAÇÃO'

SAÍDA NACIONAL

Nó das cadeias globais estimula indústria a aumentar produção local

BRUNO ROSA
bruno.rosa@globo.com.br

Logo no início da pandemia, em 2020, quando o fluxo global de mercadorias deu um nó, a fabricante brasileira de eletrodomésticos Mondial começou a elevar paulatinamente o seu índice de produção local. Cafeteiras, fritadeiras e sanduicheiras estão entre os produtos da empresa que foram nacionalizados para depender menos de itens estrangeiros e ampliar mercados na América do Sul. O movimento não é isolado. Faz parte de uma nova tendência de substituição de importações na indústria que começou pelas fabricantes de eletroeletrônicos e já alcança outros setores.

A guerra na Ucrânia reforçou ainda mais essa espécie de "desglobalização" nos planos estratégicos das empresas com a disparada dos preços do frete internacional e dos combustíveis. A ideia agora é ter fornecedores e consumidores o mais perto possível.

— A crise atual é um ingrediente acelerador. A China desindustrializou o mundo todo. Agora, estamos em um movi-

mento contrário. Os países começaram a perceber os malefícios dessa dependência. Sabemos que os preços elevados (do frete) não vão se normalizar tão cedo. Por isso, trabalhamos com estoques acima da média — diz Giovanni Cardoso, cofundador da Mondial.

CRISE É OPORTUNIDADE

Para líderes empresariais como Cardoso, está uma oportunidade para a indústria brasileira recuperar terreno. Se a pandemia colocou em xeque o modelo de hiperglobalização no qual um produto se constitui de componentes oriundos de diferentes partes do mundo, a invasão da Ucrânia pela Rússia adiou ainda mais a reorganização das cadeias globais de produção que haviam alterado a indústria mundial nos últimos anos. As empresas então começam a mudar de estratégia. Além de buscar fornecedores locais, aumentam a produção para substituir produtos importados — que já sofrem com o dólar alto — nas prateleiras das lojas.

Na Mondial, a meta é que o índice de produtos feitos no

Brasil suba dos atuais 65% para 72% até o fim de 2023 com o aumento da produção e a busca de fornecedores locais. Além da compra de novas máquinas, investe R\$ 129 milhões na ampliação de fábricas no Amazonas e na Bahia.

A Multilaser também decidiu ampliar a produção de diversos itens em suas fábricas no Brasil neste ano. Em alguns casos, pretende até triplicar a produção nas unidades do Amazonas e de Minas Gerais neste ano. Os investimentos somam R\$ 156 milhões, revela Alexandre Ostrowiecki, presidente da empresa.

Segundo ele, haverá aumento na produção de eletroeletrônicos como liquidificador, fritadeiras, aspirador de pó, além de equipamentos de ginástica e câmeras de segurança. Também está nos planos a produção de motos elétricas com a aquisição da fabricante Watts por R\$ 10,5 milhões.

— O preço do contêiner subiu nos últimos dois anos de US\$ 1 mil para US\$ 13 mil. Não há perspectiva de baixar o preço. Decidimos elevar a produção nacional. Não está pensando trazer para o

Brasil — explica Ostrowiecki.

A Mallory, outra fabricante de eletrodomésticos, busca parceiros para substituir peças e matérias-primas importadas. Por isso, vem investindo em treinamento e tecnologia em empresas brasileiras para que elas consigam suprir itens estrangeiros. O grupo agora busca parcerias para fabricar motores, por exemplo.

— Hoje, montamos produtos no Brasil, fabricamos 100% e há casos em que importamos tudo. Internalizar algo exige planejamento, pois tem que investir e treinar. É uma cadeia que envolve vários parceiros. Agora, está mais barato produzir no Brasil do que trazer da China, cujo contêiner passou de US\$ 5 mil para

US\$ 13 mil — exemplifica Amílcar Santos, supervisor de Engenharia da Mallory.

PARCERIA SUSTENTÁVEL

A Electrolux também acelera o processo de nacionalização. Segundo Ramez Chamma, vice-presidente de Operações da empresa na América Latina, a estratégia é expandir a produção nacional nos próximos anos trazendo fornecedores para cada vez mais perto.

— Nacionalizamos os principais e maiores categorias de produtos. Na fábrica de São Carlos (SP), passamos a produzir localmente a linha de fornos de embutir Electrolux e Continental e também trouxemos a produção de refrigeradores *multidoor* de alta capacidade, que antes eram importados. Isso garantiu mais agilidade na chegada dos produtos ao mercado e, consequentemente, maior competitividade. Para os próximos anos, já temos aprovados outros projetos para nacionalização — diz.

Feliciano Almeida, presidente da Michelin América do Sul, firmou uma parceria com a WWF-Brasil para estimular produtores de borracha natu-

ral na Amazônia, matéria-prima dos pneus da empresa.

— Nossas equipes de logística, compras e indústria seguem trabalhando para buscar alternativas, desenvolvendo múltiplos fornecedores, buscando diminuir a cadeia logística e privilegiar o mercado local — conta o executivo.

No setor têxtil, a Brandilli decidiu aumentar a produção local de roupas infantis ao perceber maior procura das lojas por itens nacionais dada a maior dificuldade de importação. Para isso, investiu R\$ 10 milhões para ampliar a capacidade.

— Neste momento, a indústria nacional pode ser favorecida. A globalização está sendo revista. Por que depender tanto do mercado externo? O Brasil tem condições, mas é preciso que o governo estimule os investimentos — diz Jacques Douglas Filippi, diretor-geral da Brandilli.

Rafael Latore, gerente-geral da Antares Vision, que produz softwares de rastreamento e aumentou investimentos em 50% para ampliar a capacidade de produção no Brasil, acredita que é um movimento inevitável no atual contexto:

— Estamos hoje diante de uma globalização não globalizada. A crise dos semicondutores afetou muitas indústrias no mundo todo. As empresas tiveram que buscar soluções. Agora, há uma tendência em alguns setores de produzir o que antes era importado, mas não por uma questão de custo e sim de falta de componentes.

PEDRAS NO CAMINHO

Analistas concordam com as oportunidades que os empresários enxergam para a indústria nacional, que vem perdendo espaço, mas destacam obstáculos conjunturais, como custos e juros altos. André Duarte, professor e pesquisador do Insuper, cita o México, que tem atraído indústrias para atender ao mercado dos EUA, como um exemplo que poderia ser seguido pelo Brasil para atender o mercado interno e países vizinhos:

— A busca é por cadeias mais curtas e mais ágeis e que também poluem menos. Diferentemente de outros momentos em que a industrialização contou com apoio do governo, agora é um movimento orgânico das empresas. Por outro lado, há movimentos contrários que não ajudam, como a alta taxa de juros, que tende a tornar a tomada de decisão de investimento mais demorada.

Lia Valls, pesquisadora associada ao Ibre/FGV, ressalta que essa busca por novos fornecedores pode criar um cenário de fragmentação, com consequente alta nos custos:

— Há o tempo de aprendizado e a economia de escala. E isso leva tempo. Podemos aproveitar esse momento para desenvolver nichos específicos, mas é preciso aumentar os investimentos em pesquisa e melhorar o "custo Brasil".



"Estamos diante de uma globalização não globalizada. A crise dos semicondutores afetou todas as indústrias"

Rafael Latore, gerente-geral da Antares Vision

AS ESTRATÉGIAS DAS EMPRESAS

Demanda do varejo

A Brandili, fabricante de roupas infantis, investiu R\$ 10 milhões para ampliar sua capacidade de produção. O objetivo é atender à maior demanda das redes varejistas por produtos nacionais com a dificuldade de importar.



Exportação

Na Mondial, a meta é, com o aumento da produção no Brasil, ampliar as exportações, que hoje respondem por 3% do faturamento. O objetivo é chegar a 5% até o fim de 2023, diz Giovanni Cardoso, co-fundador da empresa.



Cadeia local

A Michelin fez parceria com a ONG WWF para estimular a produção de borracha natural no Brasil. A união gerou mais de 7,5 toneladas de matéria-prima na Região Norte para abastecer a fábrica de pneus da companhia em Manaus.



Economia



NA BOMBA
Diesel sobe pela segunda semana
 Segundo a ANP, valor médio do litro passou de R\$ 6,593 para R\$ 6,600, a

seguida



alta de 0,1%

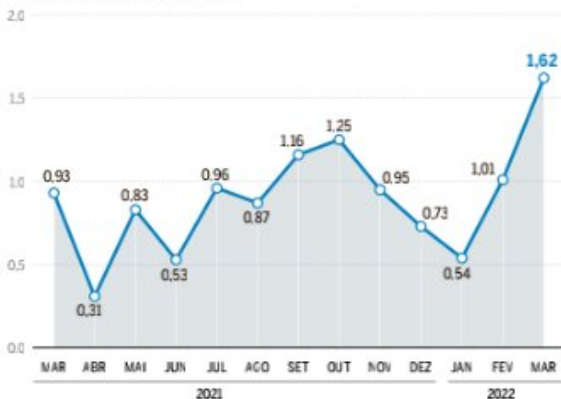
INFLAÇÃO SURREAL

ESCALADA DE PREÇOS

IPCA tem maior alta para março desde 1994, antes do Plano Real

O COMPORTAMENTO DO ÍNDICE

IPCA - Variação mensal, em %

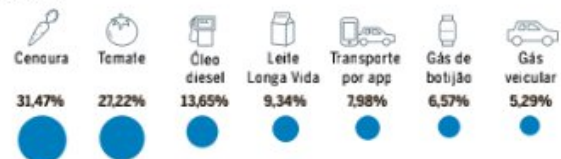


IPCA - inflação acumulada em 12 meses, em %

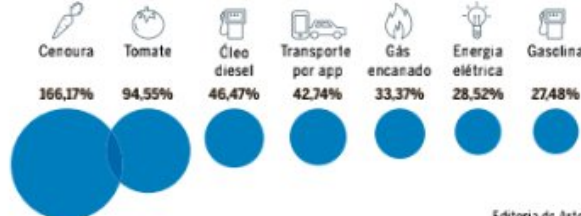


MAIORES ALTAS

No mês



Em 12 meses



Fonte: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), IBGE

CAROLINA NALIN
 carolina.nalin@infoglobo.com.br

A inflação acelerou em março e chegou a 1,62%. Trata-se da maior taxa para o mês desde 1994, quando atingiu 42,75%, antes da implementação do Plano Real, que entrou em vigor em julho daquele ano. É também a maior taxa mensal registrada no país desde janeiro de 2003 (2,25%).

O resultado do IPCA, índice oficial de inflação, superou as projeções de analistas, que previam alta de 1,28%. A escalada dos preços no mês passado foi puxada por itens como gasolina, diesel e gás de cozinha, afetados pelo reajuste anunciado pela Petrobras em 11 de março. Com a pressão nos itens que compõem o orçamento do brasileiro, a in-

flação acumulada em 12 meses chegou a 11,3%, consolidando um período de sete meses seguidos com taxa em um ano nos dois dígitos.

—Foi uma alta disseminada nos preços. Vários alimentos sofreram uma pressão inflacionária. Isso aconteceu por questões específicas de cada alimento, principalmente fatores climáticos, mas também está relacionado ao custo do frete. O aumento nos preços dos combustíveis acaba refletindo em outros produtos da economia, entre eles, os alimentos — analisa Pedro Kislano, gerente do IPCA.

PRESSÃO DE COMBUSTÍVEIS

Oito dos nove grupos pesquisados pelo IBGE tiveram alta de preço. Transportes e alimentos responderam por 72% da variação da inflação.

Bolsa cai, e dólar fecha a R\$ 4,70

> Com a alta do IPCA a Bolsa fechou em baixa de 0,45%, aos 118.322 pontos. Na semana, o Ibovespa caiu 2,67%.

> O dólar operou em alta na primeira parte do pregão, chegando a atingir R\$ 4,79, mas perdeu fôlego ao longo do dia e encerrou os negócios a R\$ 4,70 com baixa de 0,66%, com a percepção de que o

Banco Central terá de manter o ciclo de alta de juros por mais tempo.

—A inflação afeta a economia real e os mercados. Pode ser que haja uma surpresa sobre o patamar precificado para o fim do ciclo de alta de juros, com a finalização em patamar mais alto — diz o sócio da H3 Invest, Samuel Cunha. (Vitor da Costa)

Em Transportes, a alta foi puxada, principalmente, pelo aumento nos preços dos combustíveis, com destaque para a gasolina, que subiu 6,95%. — Houve altas nos preços do gás veicular (5,29%), do etanol (3,02%) e do óleo diesel (13,65%). Além dos combus-

tíveis, outros componentes ajudam a explicar a alta nesse grupo, como o transporte por aplicativo (7,98%) e o conserto de automóvel (1,47%). Nos transportes públicos, tivemos reajustes nas passagens dos ônibus urbanos em Curitiba, São Luís, Recife e Belém —

detalha Kislano.

O grupo Habitação avançou 1,15% em razão do aumento de 6,57% do gás de botijão. A alta de 1,08% da energia elétrica também contribuiu para o resultado do grupo. No mês passado, os clientes residenciais da Light, no Rio, tiveram aumento de 15,53% na tarifa, enquanto os da Enel, que atende Niterói, Região dos Lagos e Norte Fluminense, tiveram reajuste de 17,39%.

SELIC E IPCA MAIORES

Diante desse quadro, economistas já revisam suas projeções para o IPCA de 2022 para um patamar mais próximo de 8% do que de 7%, ainda mais distante do centro da meta de inflação para este ano, de 3,5%. Além disso, esperam que o Banco Central seja obrigado a aplicar uma dose maior

de aumento dos juros para corrigir as expectativas em relação ao comportamento dos preços no próximo ano.

Fábio Romão, economista da LCA Consultores, afirma que sua projeção de inflação foi revista de 7,5% para 8% após o IPCA de março.

— Considero taxas mais altas de combustíveis e a alimentação mais pressionada. Temos perspectiva de nova alta importante para bens industriais no IPCA. Mesmo com esse alívio do [corte no] IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), isso não chegou ao consumidor. As pressões estão espalhadas — diz Romão, que prevê a inflação dos alimentos batendo dois dígitos este ano.

O banco JPMorgan vê a inflação encerrando o ano em 7,6%, ante estimativa anterior de 7,1%. Já a projeção para o IPCA em 2023 passou de 4% para 4,2%, em razão da inércia inflacionária.

Em relatório, Cassiana Fernandes e Vinicius Moreira disseram que o resultado de ontem indica "que o Banco Central continuará o ciclo de aperto além de maio, apesar da mensagem do Comitê de Política Monetária (Copom) de que a última alta aconteceu na próxima reunião."

Para os economistas, a aceleração da inflação é fator de preocupação, pois contamina as expectativas para 2023, o que faz com que o que se imaginava ser um aumento transitório se torne algo mais duradouro, em razão dos mecanismos de indexação da economia.

"Há um risco crescente de que os mecanismos de fixação de preços e salários ampliem a inércia inflacionária", sinalizou Alberto Ramos, diretor de Macroeconomia do Goldman Sachs para a América Latina, que defende que o cenário requer uma calibragem conservadora da política monetária.

Com estimativa de que o ciclo de alta na Selic se encerre com taxa de 14% ao ano, os economistas Solange Srouf, Lucas Vilela e Rafael Castilho, do Credit Suisse, afirmam que só não revisaram a previsão do IPCA de 7,8% para 2022 porque a surpresa com a inflação de março deverá ser compensada pela recente queda nos preços do petróleo. "A inflação no Brasil aumenta com o aumento da inflação atual", disseram, em relatório.

Sérgio Vale, economista da MB Associados, vê mais chance de o BC elevar a Selic para 13,5% ao ano, ante estimativa anterior de 13%.

— Essa inflação está muito preocupante e deve chegar a 12% no acumulado em 12 meses até abril. Para chegar ao fim do ano com inflação de 7,8%, como projetamos, é preciso ter uma média extramente baixa de maio até o fim do ano.

Editoria de Arte

TER - Miriam Leitão, QUA - Rachel Maia (mensal), QUI - Miriam Leitão, SEX - Rogério Werneck (quinzenal), Fábri Giambiagi (quinzenal), SÁB - Carlos Góes (quinzenal), Ricardo Henriques (quinzenal), DOM - Miriam Leitão

CARLOS GÓES

oglobo.com.br/economia
economia@oglobo.com.br

Petrobras: passado, presente e futuro

A Petrobras está, de novo, no meio de um turbilhão. O governo federal, controlador da empresa, teve muita dificuldade para indicar seu terceiro presidente desde o começo do mandato do presidente Bolsonaro. Dado o contexto problemático, este é um momento apropriado para repensar o passado, o presente e o futuro da estatal.

Os problemas recentes da empresa começaram a ficar evidentes em 2010. Foi a partir de então que o valor de mercado da Petrobras se descolou do valor das outras empresas de petróleo. Nos cinco anos seguintes, o preço das ações das outras petrolíferas se manteve estável na Bolsa de Nova York, enquanto o preço

das ações da Petrobras derreteria 87,5%.

Naquela época, o debate político era sobre uma suposta autossuficiência brasileira em petróleo, que na verdade nunca foi atingida. Por trás da publicidade, já existiam fraturas que podiam ser observadas nos relatórios financeiros da empresa.

Entre 2002 e 2010, estava em vigor a política que limitava a transmissão de variações no preço internacional do petróleo ao mercado doméstico. Nesse período, o preço real do petróleo subiu aproximadamente 150%, enquanto o preço real da gasolina no mercado doméstico só foi reajustado em 75%. Independentemente do julgamento subjetivo que cada um possa ter quanto à necessidade de subsidiar a gasolina no mercado doméstico, o fato concreto é que a política limitou a rentabilidade da empresa.

Outra variável importante foi a política de conteúdo local, que exigia que até 70% dos componentes de plataformas e navios comprados pela Petrobras tivessem de ser fabricados no Brasil. Na prática, isso significava que a empresa pagava cerca de 50% acima do preço de mercado por produtos de qualidade problemática.

A título de exemplo, o primeiro dos navios petroleiros encomendados pela política de conteúdo local, João Cândido, foi entregue com dois anos de atraso e custo 56% acima do previsto. Segundo relatos da imprensa na época, a falta de mão de obra especializada foi

um gargalo. Cerca de 75% do trabalho de soldagem realizado no navio teve que ser refeito, o que explica o atraso e o aumento de custos.

Isso tudo ilustra o fato de que as decisões dos gestores políticos da empresa limitaram tanto as receitas quanto a qualidade dos investimentos da Petrobras. A estatal se endividou para realizar esses investimentos, mas o retorno não veio. Em determinados momentos, o valor de

A estatal deve ser uma gigante do petróleo ou uma empresa de energia verde reinventada? Só a sociedade brasileira poderá dizer

mercado da empresa ficou abaixo de seu valor contábil. Isso indicava que os investidores não acreditavam que a empresa valia o que ela dizia que seus ativos valiam.

Este é o seu passado recente. Já o presente tem girado principalmente ao redor da nova

política de preços de paridade internacional dos derivados de petróleo.

Em agosto de 2016, a Petrobras passou a ajustar os preços da gasolina (e outros produtos) com base em seus preços internacionais. Um dos objetivos era evitar esses prejuízos citados anteriormente.

A partir de então, o preço da gasolina em reais se moveu mais ou menos junto ao preço do petróleo em dólares. Ou seja, a empresa repassou mais as variações diretas (quando o

petróleo subiu, a gasolina subiu), do que as indiretas (quando o dólar subiu, a gasolina não subiu) no preço.

No longo prazo, a paridade faz sentido. Alterar preços relativos, subsidiando o preço dos combustíveis fósseis abaixo do seu preço de mercado, prejudica alternativas de menor dano ambiental.

Contudo, no curto prazo, isso leva a custos políticos altos. Por isso, organismos financeiros internacionais têm sugerido aos governos a adoção de um mecanismo de suavização do preço dos combustíveis, fazendo com que o preço atual da gasolina se mova com a média do petróleo nos últimos 12 ou 24 meses, por exemplo.

Além disso, o governo pode usar mecanismos mais específicos para atingir seus objetivos. Se a preocupação é com o impacto na inflação via transportes, faz sentido subsidiar o diesel; se a preocupação é com o acesso da população ao gás de cozinha, o foco pode ser esse. Não é necessário subsidiar todos os combustíveis.

Os desafios são grandes: evitar os problemas de gestão do passado; sobreviver aos dilemas políticos do presente; e construir uma Petrobras do futuro. Qual deveria ser essa empresa do futuro: uma gigante do petróleo ou uma empresa de energia verde reinventada? Só a sociedade brasileira poderá dizer.

Petrobras reduz preços do gás de botijão em 5,58%

Queda entra em vigor a partir de hoje. Reajustes da estatal responderam por mais de um terço da inflação de março

BRUNO ROSA E CAROLINA NALIN
economia@oglobo.com.br

Dois dias depois de o governo divulgar o novo nome para comandar a Petrobras, a estatal anunciou redução de 5,58% no preço do gás de botijão (GLP). Os novos valores valem a partir de hoje.

O preço médio de venda de GLP da Petrobras para as distribuidoras passará de

R\$ 4,48 para R\$ 4,23 por quilo. No total, o preço será de R\$ 54,94 pelo botijão de 13 quilos para distribuidoras, refletindo redução média de R\$ 3,27.

“Acompanhando a evolução dos preços internacionais e da taxa de câmbio, que se estabilizaram em patamar inferior para o GLP, e coerente com a sua Política de Preços, a Petrobras reduzirá seus preços de venda às

distribuidoras”, diz a estatal em nota.

A companhia afirma ainda que “reitera seu compromisso com a prática de preços competitivos e em equilíbrio com o mercado, ao mesmo tempo em que evita o repasse imediato para os preços internos, das volatilidades externas e da taxa de câmbio causadas por eventos conjunturais”.

Apesar da queda, o consu-

midor vem pagando cada vez mais caro pelo GLP. Segundo dados da ANP, o preço subiu de R\$ 102,40, em janeiro, para R\$ 113,63 na semana passada. É uma alta de 10,9% no acumulado do ano. A redução não compensa o aumento anunciado em março, quando o quilo subiu 16,1%, passando de R\$ 3,86 para R\$ 4,48.

Sergio Bandeira de Mello, presidente do Sindigás, que

reúne as empresas do setor, disse que redução já era esperada pelo mercado:

— Não foi surpresa, pois o preço internacional vem com quedas sucessivas nas últimas semanas, e ainda tivemos a valorização do real frente ao dólar. É uma pequena queda, mas sempre bem-vinda.

Porém, os reajustes já praticados pela Petrobras na gasolina, gás de cozinha, die-

sel e gás veicular foram um dos principais motivos para que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em março tivesse subido para 1,62%, a maior taxa para o mês desde 1994.

Somente esses três itens responderam por mais de um terço do índice. O peso chegou a 35% da taxa, considerando apenas o impacto direto nos preços.

— Quando há uma alta no preço da gasolina e do diesel, você tem um efeito sobre toda a economia. Todos os produtos e serviços acabam sendo afetados — diz Pedro Kislakov, gerente da pesquisa do IBGE.

Governo vai corrigir tabela do Imposto de Renda

Mudança, que foi promessa de campanha de Bolsonaro, deve ser feita por meio de medida provisória. Proposta em estudo é fazer um reajuste escalonado, beneficiando principalmente as faixas de menor renda

MANOEL VENTURA
manoel.ventura@brasil.globo.com.br
BRASÍLIA

O governo do presidente Jair Bolsonaro avalia editar uma medida provisória aplicando um reajuste escalonado da tabela do Imposto de Renda em ano eleitoral. A medida poderia reajustar os valores pagos pelos contribuintes, sem impacto, porém, nas declarações de ajuste enviadas neste ano.

Uma atualização na tabela, por outro lado, iria mudar os valores retidos na fonte, por exemplo. A ideia, neste momento, é fazer um reajuste escalonado, beneficiando mais as faixas mais baixas.

A correção da tabela do IR foi uma promessa de campanha de Bolsonaro ainda em 2018 que, até agora, não foi concretizada, mas que ganha fôlego em ano eleitoral. Caso isso venha a ser confirmado, o presidente deve usar a correção como trunfo durante a sua campanha de reeleição.

O ministro da Economia,

Paulo Guedes, encomendou estudos à Receita Federal para identificar o total que pode ser usado para reajustar as faixas do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Guedes, até agora, vinha resistindo à ideia de apenas atualizar a tabela sem uma reforma tributária mais ampla, proposta pelo governo, aprovada pela Câmara, mas parada no Senado. Essa proposta, por exemplo, permitiria a taxação de dividendos, hoje isentos. Como a iniciativa não avançou, o ministro aceitou discutir a possibilidade de apenas reajustar a tabela.

EXCESSO DE ARRECAÇÃO

Os valores ainda estão sendo calculados pela Receita. Segundo fontes do governo, o objetivo é fazer uso do excesso de arrecadação para reajustar a tabela. A ideia é usar um espaço na meta fiscal deste ano, com um déficit de R\$ 170 bilhões. Apesar de o reajuste da tabela não implicar aumento de gasto, se trata de uma renúncia de receita. Por isso, precisa caber na meta



Diferença. Apenas no governo Jair Bolsonaro, a defasagem na tabela do Imposto de Renda é estimada em 24,49%

(diferença entre gastos e arrecadação).

De acordo com fontes do governo, há um espaço de R\$ 10 bilhões a R\$ 20 bilhões na meta fiscal que pode ser usado para reajustar a tabela.

A tabela do Imposto de Renda não teve nenhum reajuste desde 2015. Estão

isentos hoje, os rendimentos mensais menores que R\$ 1.903,98. A faixa máxima atinge os salários acima de R\$ 4.664,68.

Segundo o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco), a tabela acumula uma defasagem de 134,53% desde 1996.

Apenas no governo Bolsonaro, a defasagem está em 24,49%.

PROGRAMA PARA CATADORES

Em outra frente, o governo deve lançar ainda neste mês um programa para remunerar catadores informais que trabalham com a recicla-

gem, de acordo com integrantes da equipe econômica.

A intenção é que o programa possa incrementar a renda dos catadores em R\$ 200 a R\$ 300 por mês, para que eles passem a ser "agentes de preservação do meio ambiente".

A proposta é que o programa seja bancado com recursos das empresas, sem dinheiro público envolvido.

Hoje, as empresas já precisam investir em programas de logística reversa, inclusive atingindo metas. A ideia é que esses recursos sejam investidos em catadores, por meio de um programa que será criado pelo governo.

Pelas regras atuais, as empresas têm responsabilidade compartilhada no manejo e retorno dos resíduos. Com o novo programa, será criado um estímulo para que possam cumprir a cota gastando menos.

Segundo uma fonte do governo, há cerca de 800 mil catadores no país, público que seria beneficiado pela proposta.

Reajuste de servidor pode sair só para policiais, Receita e BC

Esta é uma das três propostas na mesa do governo sobre o assunto

BRASÍLIA

O governo tem três propostas na mesa para reajustar os salários dos servidores públicos, em meio a uma pressão cada vez maior de diferentes categorias do funcionalismo. A decisão final caberá ao presidente Jair Bolsonaro, segundo integrantes do governo.

A ideia é que os novos vencimentos passem a valer a partir de 1º de julho deste ano. A proposta que mais agrada ao ministro da Economia, Paulo Guedes, é de dar um reajuste de R\$ 400

no vale-alimentação.

Um reajuste dessa magnitude, avaliam integrantes do governo, custaria cerca de R\$ 2 bilhões e teria impacto maior sobre quem recebe menos. Por outro lado, não beneficiaria inativos. O vale-alimentação do Executivo é de cerca de R\$ 400.

BÔNUS E REAJUSTE

A outra proposta do governo é um reajuste linear de 4% a 5%. É a inflação estimada pelo Ministério da Economia entre julho de 2022 e junho de 2023. Para isso, seria necessário en-

contrar espaço de R\$ 5 bilhões a R\$ 6 bilhões no Orçamento.

Uma outra possibilidade é conceder um reajuste direcionado apenas para os policiais federais, para a Polícia Rodoviária Federal e para o Departamento Penitenciário Nacional. Essa promessa de Bolsonaro desagradou a outras categorias, especialmente à Receita Federal e ao Banco Central.

Por isso, caso a decisão seja de beneficiar apenas policiais, servidores da Receita ganhariam o bônus que reivindicam (custando cerca de R\$ 200 milhões neste ano) e também se-



Pressão. Governo também considera alta de vale-alimentação e reajuste linear

ria dado reajuste para o Banco Central (R\$ 250 milhões). Servidores da Receita e do BC estão entre a elite do funcionalismo. Analistas do BC, por exemplo, recebem entre R\$ 19 mil a R\$ 27 mil, dependendo do tempo de trabalho.

Nesse caso, seria possível aplicar inclusive reajustes

superiores a 20%, como chegou a ser ventilado para os policiais federais.

Os servidores da Receita estão fazendo movimentos de protesto e há uma greve deflagrada no BC. Em razão desse movimento, a autoridade monetária já adiou uma série de divulgações, como a

pesquisa Focus, que coleta estimativas de mercado para indicadores econômicos. Na próxima semana, o órgão também não divulgará o IBC-Br, dado considerado a prévia do PIB. "Oportunamente, informaremos com 24 horas de antecedência as novas datas para as divulgações", disse o BC em nota.

A área jurídica do Ministério da Economia entende que é possível conceder aumento a todos os servidores, desde que seja até o limite da inflação para não enfrentar restrições previstas na Lei Eleitoral.

Há um segundo prazo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A lei fala que não é possível aumentar ou executar qualquer ato que eleve a despesa de pessoal, como reajuste em benefícios, seis meses antes do fim do mandato do chefe do Poder — ou seja, a partir de julho.

União desiste de fazer nova redução de IPI para a indústria

BRASÍLIA

O governo descartou, por ora, uma nova redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de acordo com integrantes da equipe econômica. Com isso, fica mantido o corte de 25% nas alíquotas, sem uma ampliação para 33%, como chegou a ser anunciado pelo ministro

da Economia, Paulo Guedes.

O novo corte foi descartado em conversas do presidente Jair Bolsonaro com integrantes de seu governo. O motivo é que, para o governo, houve uma quebra de acordo com alguns parlamentares.

O corte de 25% do IPI irritou parlamentares do Amazonas, já que a Zona Franca de Manaus tem seus benefícios base-

ados nesse tributo. Um IPI menor para todos prejudica os produtos que são feitos ali.

VENDA DE AÇÃO DA PETROBRAS

Para aprovar no Senado as mudanças no ICMS sobre os combustíveis, a equipe econômica aceitou excetuar os produtos feitos em Manaus do corte de impostos — mantendo a vantagem dessa região.

Para o governo, porém, o acordo foi quebrado quando governadores não reduziram o ICMS. Por isso, o governo não tirou os produtos da Zona Franca do corte de IPI. Era essa mudança que faria a redução do tributo ser ampliada para 33% nos demais produtos.

Em outra frente, o governo passou a estudar um modelo

para privatizar a Petrobras no futuro por meio da venda de ações sob controle do BNDES e da pulverização do controle. Paulo Guedes, ministro da Economia, quer usar a crise na troca de comando da empresa para impulsionar o discurso em prol da privatização.

A ideia do ministro é destinar os recursos arrecadados a fundos voltados para investi-

mentos e ações sociais, além de ao pagamento da dívida pública, informou uma fonte do governo a par do debate.

Integrantes do governo admitem, porém, que não deve haver tempo hábil para fazer isso neste ano. Em entrevista ao GLOBO, a secretária especial de Produtividade e Competitividade, Daniella Marques, disse avaliar que a classe política inteira “demonstra estar se convencendo” da necessidade da privatização. (Ma-noel Ventura)